

ACESSO À INTERNET E À TELEVISÃO E POSSE DE TELEFONE MÓVEL CELULAR PARA USO PESSOAL PNAD CONTÍNUA 2018

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua investigou, no quarto trimestre de 2018, o tema complementar Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC nos aspectos de acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Na PNAD Contínua, o tema TIC foi pesquisado pela primeira vez no levantamento de 2016 e prosseguiu sem alteração nos de 2017 e 2018.

A investigação abrangeu o acesso à Internet e à televisão nos domicílios particulares permanentes e o acesso à Internet e a posse de telefone móvel celular para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES

Existência de televisão no domicílio

A televisão é um meio importante de acesso à Informação que foi introduzido no País em 1950 e se disseminou amplamente nos domicílios ao longo do tempo. Nos anos mais recentes, vem ganhando outras funcionalidades.

Em 2018, dos 71 738 mil domicílios particulares permanentes do País, em 96,4% havia televisão, enquanto que, em 2017, eram 96,7%. Esse reduzido movimento, de 2017 para 2018, ainda que pouco expressivo, ocorreu em área urbana (de 97,4% para 97,1%) e em área rural (92,3% para 92,0%). Também, de 2016 para 2017, esse percentual apresentou pequena retração. Assim sendo, no período de 2016 a 2018, houve tendência de decréscimo, ainda que branda, nesse indicador.

Em 2018, a Região Norte continuou detendo o menor percentual de domicílios com televisão no total (92,3%) e, também, em área urbana (94,7%) e em área rural (83,9%). A Região Sudeste permaneceu com o maior resultado desse indicador no total (97,8%) e em área urbana (97,9%), enquanto que, na área rural, o mais elevado foi o da Região Sul (96,0%).

Tabela 1.1 - Percentual de domicílios com televisão, no total de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com televisão, no total de domicílios particulares permanentes (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	97,2	96,7	96,4	97,9	97,4	97,1	92,9	92,3	92,0
Norte	93,7	92,8	92,3	96,3	95,2	94,7	84,5	84,4	83,9
Nordeste	96,2	95,6	94,9	97,4	96,8	96,1	92,7	91,8	91,4
Sudeste	98,2	97,8	97,8	98,4	98,0	97,9	95,4	94,9	95,1
Sul	97,8	97,6	97,2	97,9	97,8	97,4	96,7	96,3	96,0
Centro-Oeste	96,9	96,3	95,9	97,3	96,6	96,3	93,6	93,1	92,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, a parcela dos domicílios com televisão ultrapassava 98% no Rio de Janeiro (98,9%), no Distrito Federal (98,3%) e no Rio Grande do Sul (98,2%). Os menores percentuais de domicílios com televisão já estavam próximos de 90% e ocorreram no Acre (89,7%) e em Roraima (89,8%).

Os resultados do rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes mostraram diferenças sensíveis, especialmente entre os das Regiões Norte e Nordeste em relação aos das demais. Em 2018, esse rendimento estava em R\$ 1 010, na Região Nordeste, em R\$ 1 048, na Região Norte, subiu abruptamente para R\$ 1 816, na Região Centro-Oeste, e atingiu o máximo na Região Sudeste (R\$ 1 906). O distanciamento acentuado entre os resultados desse rendimento das Regiões Norte e Nordeste em relação aos das demais perdurou de 2016 a 2018.

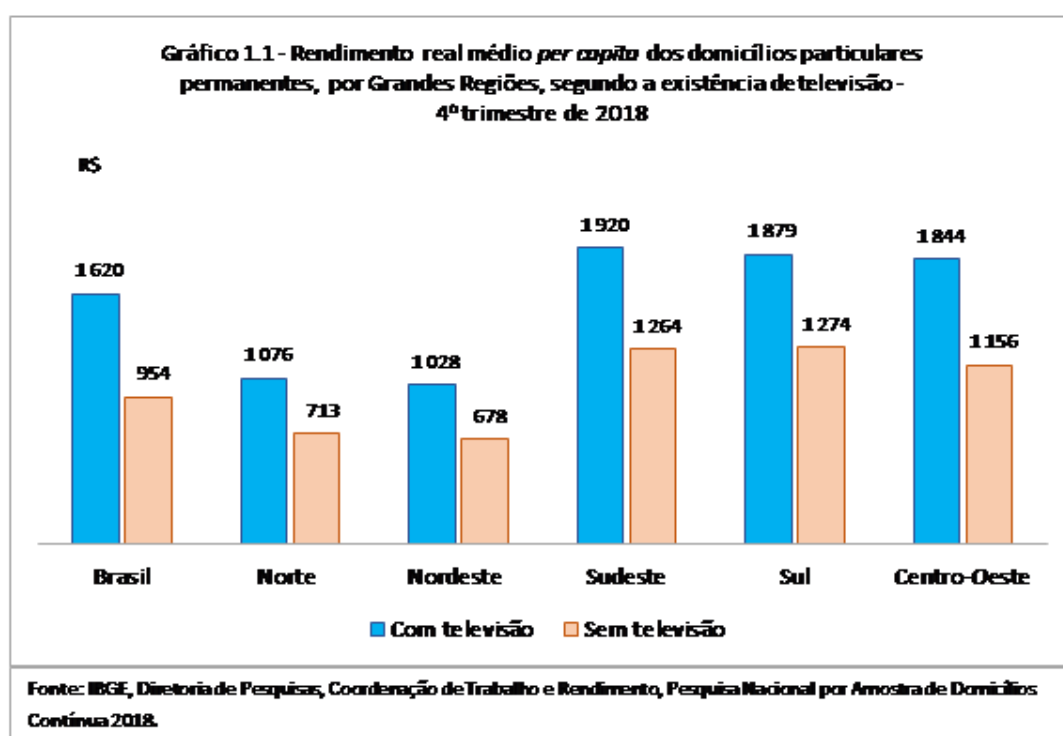
Tabela 1.2 - Rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Rendimento real médio <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes (R\$)		
	2016	2017	2018
Brasil	1 509	1 560	1 596
Norte	956	1 044	1 048
Nordeste	961	1 004	1 010
Sudeste	1 803	1 837	1 906
Sul	1 759	1 846	1 862
Centro-Oeste	1 724	1 804	1 816

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Os efeitos dos distintos níveis desse rendimento se refletem em diversos indicadores regionais apresentados para este tema.

Constatou-se diferença marcante entre os valores do rendimento real médio *per capita* dos domicílios com e sem televisão. No País, em 2018, esse rendimento dos domicílios sem televisão representava 58,9% daquele referente ao dos que tinham televisão. Nas Grandes Regiões, esse percentual variou de 62,7%, na Região Centro-Oeste, a 67,8%, na Região Sul.



Tipo de Televisão

No País, de 2017 para 2018, repetindo o ocorrido de 2016 para 2017, houve aumento acentuado no número de domicílios com televisão de tela fina (de 49 milhões para 53 milhões) e retração substancial no de domicílios com televisão de tubo (de 27 milhões para 23 milhões).

Nos domicílios do País, de 2017 para 2018, o percentual daqueles com televisão de tela fina subiu de 69,8% para 74,3%, enquanto o daqueles com televisão de tubo caiu de 38,8% para 31,9%. Esses mesmos movimentos ocorreram em todas as Grandes Regiões.

Ainda que o processo de substituição das televisões de tubo pelas de tela fina tenha ocorrido com expressiva intensidade, em 2018, os domicílios com televisão de tubo ainda eram muito numerosos, especialmente em área rural.

De 2017 para 2018, o percentual de domicílios com televisão de tela fina nas residências da área urbana aumentou de 74,0% para 78,2% e nas da área rural, de 42,8% para 49,1%. No caso do percentual dos domicílios com televisão de tubo, a queda foi de 36,2% para 29,2%, na área urbana, e de 56,1% para 48,9%, na rural.

Em 2018, somente na área rural da Região Nordeste, em mais da metade dos domicílios ainda se encontrava televisão de tubo. Como nos dois anos anteriores, a Região Nordeste foi a que deteve o maior percentual de domicílios em que havia televisão de tubo (38,4%, no total; 33,4%, em área urbana; e 53,8%, em área rural) e a Região Centro-Oeste, o menor (26,8%, no total; 25,5%, em área urbana; e 39,3%, em área rural).

Tabela 1.3 - Percentual de domicílios com televisão de tela fina e com televisão de tubo, no total de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com televisão de tela fina, no total de domicílios particulares permanentes (%)			Percentual de domicílios com televisão de tubo, no total de domicílios particulares permanentes (%)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Total						
Brasil	65,0	69,8	74,3	44,9	38,8	31,9
Norte	54,7	59,6	65,0	47,2	40,4	32,7
Nordeste	52,1	58,4	63,1	52,3	45,0	38,4
Sudeste	72,6	76,5	80,4	40,3	35,3	29,2
Sul	69,5	73,9	79,6	46,8	41,0	30,6
Centro-Oeste	66,9	71,8	76,1	39,4	32,5	26,8
Urbana						
Brasil	69,3	74,0	78,2	42,2	36,2	29,2
Norte	60,7	65,4	70,5	45,3	38,2	30,2
Nordeste	59,4	65,7	70,2	47,6	40,2	33,4
Sudeste	74,4	78,2	81,9	38,9	34,0	27,9
Sul	72,6	77,0	82,0	44,6	38,9	28,7
Centro-Oeste	69,0	73,8	78,0	38,1	31,1	25,5
Rural						
Brasil	37,6	42,8	49,1	62,1	56,1	48,9
Norte	34,2	39,2	45,1	53,4	48,2	41,5
Nordeste	29,5	35,4	41,3	66,9	60,3	53,8
Sudeste	46,1	51,2	56,4	60,2	54,8	48,4
Sul	49,7	53,8	63,5	60,8	54,8	43,4
Centro-Oeste	48,5	54,1	59,3	51,4	45,1	39,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

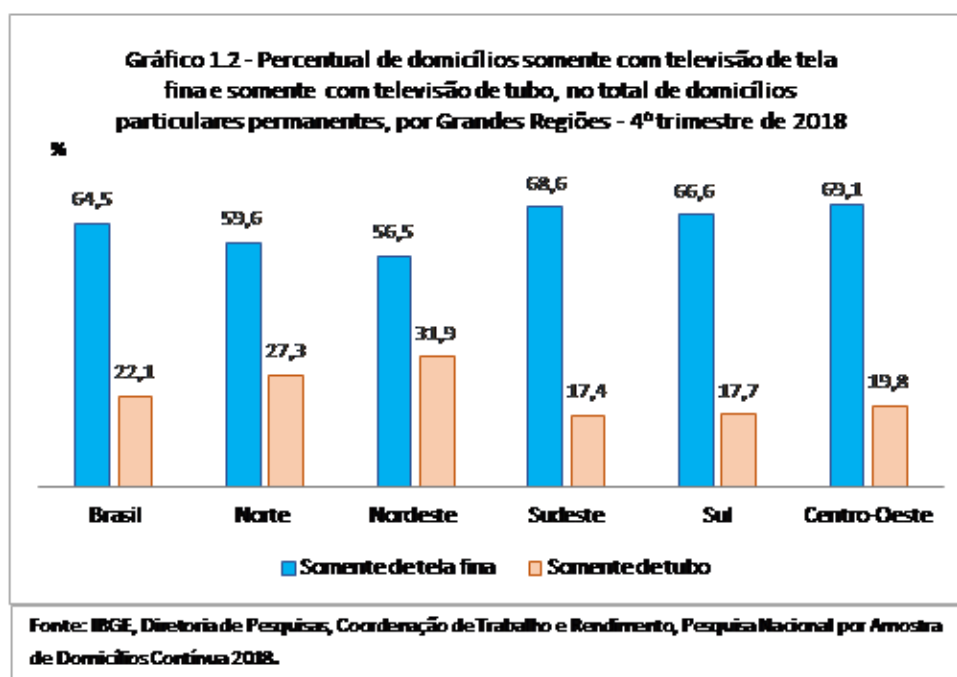
Nos domicílios das Unidade da Federação, em 2018, o percentual dos que tinham televisão de tubo foi mais alto no Piauí (48,5%) e mais baixo no Distrito Federal (18,1%). No que concerne ao percentual de domicílios com televisão de tela fina, o maior foi o do Distrito Federal (88,1%) e o menor, do Piauí (54,5%). O posicionamento dessas duas Unidades as Federação em relação às demais foi o mesmo ocorrido em 2017.

No período de 2016 a 2018, tanto o crescimento de domicílios com somente televisão de tela fina como a diminuição dos que tinham somente televisão de tubo ocorreram em ritmo acelerado.

Nos domicílios do País, a parcela dos que tinham somente televisão de tela fina estava em 52,3%, em 2016, subiu para 57,9%, em 2017, e alcançou 64,5%, em 2018, enquanto a daqueles em que havia somente televisão de tubo estava em 32,2%, em 2016, caiu para 27,0%, em 2017, e baixou para 22,1%, em 2018. O mesmo

comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.

Em 2018, os resultados do percentual de domicílios que tinham somente televisão de tela fina nos domicílios das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ficaram nitidamente mais elevados que os das Regiões Norte e Nordeste e, no caso dos tinham somente televisão de tubo, o comportamento foi inverso.



O nível do rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que havia televisão de tela fina foi muito mais elevado que o daqueles que tinham televisão de tubo. Essa diferença foi ainda mais acentuada entre os domicílios que tinham somente um desses dois tipos de televisão.

No País, em 2018, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios com televisão de tubo representava 53,8% daquele dos que tinham televisão de tela fina. Esse rendimento dos domicílios somente com televisão de tubo compreendia somente 39,6% daquele dos que tinham somente televisão de tela fina. O mesmo comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.

Tabela 1.4 - Rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes com televisão, por tipo de televisão, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2018

Grandes Regiões	Rendimento real médio <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes com televisão (R\$)			
	Tela fina		Tubo	
	Total	Somente de tela fina	Total	Somente de tubo
Brasil	1 875	1 922	1 008	761
Norte	1 285	1 303	663	579
Nordeste	1 277	1 293	639	536
Sudeste	2 136	2 217	1 223	925
Sul	2 068	2 141	1 309	1 027
Centro-Oeste	2 080	2 092	1 206	935

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Em 2018, nos 69 156 mil domicílios que tinham televisão no País, existiam 103 932 mil televisões, das quais 74,7% eram de tela fina. Em área urbana, esse percentual alcançou 77,3% e, em área rural, situou-se em 51,5%. Como já observado de 2016 para 2017, esses indicadores mantiveram acentuado crescimento. Em 2017, estavam, respectivamente em: 68,5%, 71,3% e 44,3%.

O aumento do número de televisões de tela fina, de 2017 para 2018, ocorreu em todas as Grandes Regiões, tanto em área urbana como em área rural. Entretanto, apesar de não serem fabricadas desde 2011, as televisões de tubo ainda representavam, em 2018, parcela expressiva dos aparelhos de televisão existentes nos domicílios, especialmente na área rural.

No total de televisões existentes nos domicílios em 2018, a parcela constituída por aqueles de tela fina ficou abaixo de 50% somente na área rural da Região Nordeste (43,8%).

Tabela 1.5 - Percentual de televisões de tela fina, no total de televisões existentes nos domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de televisões de tela fina, no total de televisões existentes nos domicílios particulares permanentes (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	63,4	68,5	74,7	66,3	71,3	77,3	38,6	44,3	51,5
Norte	57,9	63,9	70,8	61,4	67,5	74,3	40,1	45,8	53,4
Nordeste	53,9	60,4	66,5	59,5	66,0	72,1	30,6	37,1	43,8
Sudeste	68,3	72,5	77,9	69,6	73,7	79,1	44,9	49,8	55,7
Sul	63,3	68,5	76,7	65,5	70,6	78,5	45,7	50,8	61,2
Centro-Oeste	66,5	72,7	78,1	68,0	74,2	79,5	49,1	55,3	61,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, nos domicílios com televisão do País, cerca de 1/3 tinha mais de um

aparelho de tela fina e 13,1%, mais de um aparelho de tubo. As Regiões Sul e Sudeste foram as que detiveram, destacadamente, os percentuais mais elevados de domicílios com mais de uma televisão, tanto de tela fina como de tubo.

Tabela 1.6 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão, por tipo de televisão e número de televisões, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2018

Grandes Regiões	Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão (%)					
	Tela fina			Tubo		
	Total	Número de televisões		Total	Número de televisões	
		Uma	Duas ou mais		Uma	Duas ou mais
Brasil	100,0	66,6	33,4	100,0	86,9	13,1
Norte	100,0	75,5	24,5	100,0	92,5	7,5
Nordeste	100,0	76,4	23,6	100,0	91,6	8,4
Sudeste	100,0	61,8	38,2	100,0	83,5	16,5
Sul	100,0	60,8	39,2	100,0	81,7	18,3
Centro-Oeste	100,0	71,6	28,4	100,0	90,5	9,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Em 2018, nos domicílios com televisão de tela fina, a parcela dos que tinham mais de um aparelho atingiu pelo menos 40% em cinco Unidades da Federação: Distrito Federal (45,2%), Rio Grande do Sul (43,0%), São Paulo (40,8%), Santa Catarina (40,3%) e Rio de Janeiro (40,0%). No caso dos domicílios com televisão de tubo, o percentual dos que tinham mais de um deste tipo de aparelho foi mais alto em Santa Catarina (20,8%) seguido pelo do Rio Grande do Sul (19,7%).

Os resultados de 2018 obtidos para o Brasil e as Grandes Regiões mostraram que o rendimento real médio *per capita* dos domicílios com mais de uma televisão de tela fina ficou em patamar muito mais elevado que o dos domicílios que tinham somente um aparelho deste tipo e o mesmo comportamento foi observado no caso dos que possuíam televisão de tubo. Entretanto, a distância entre esse rendimento dos domicílios com uma televisão e dos que tinham mais de uma de tela fina foi muito maior que a ocorrida no caso dos que tinham televisão de tubo. Observou-se, ainda, que esse rendimento dos domicílios com duas ou mais televisões de tubo ficou abaixo daquele dos domicílios com somente uma televisão de tela fina. Esses resultados mostraram a existência de marcante diferença no nível do rendimento real médio *per capita* dos domicílios com televisão de tela fina em relação ao dos que tinham televisão de tubo.

Tabela 1.7 - Rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes com televisão, por tipo de televisão e número de televisões, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2018

Grandes Regiões	Rendimento real médio <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes com televisão (R\$)			
	Tela fina		Tubo	
	1 televisão	2 televisões ou mais	1 televisão	2 televisões ou mais
Brasil	1 377	2 868	971	1 258
Norte	987	2 205	654	774
Nordeste	911	2 464	625	783
Sudeste	1 601	3 004	1 182	1 425
Sul	1 621	2 761	1 288	1 404
Centro-Oeste	1 526	3 478	1 194	1 322

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Acesso à televisão no domicílio

O processo de implantação do sinal digital para acesso aos canais de televisão aberta em substituição ao analógico, transmitido por antenas terrestres, ainda estava em andamento em 2018. Quando a transmissão do sinal analógico for inteiramente desligada, as televisões sem conversor para receber o sinal digital não terão acesso direto aos canais de televisão aberta, a não ser por meio de televisão por assinatura ou antena parabólica.

Televisão com conversor

O crescimento de domicílios com televisão com conversor (integrado ou adaptado) para receber o sinal digital de televisão aberta continuou acelerado. Em 2018, havia 59 872 mil domicílios com televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, ainda que não o estivesse captando, que compreendiam 86,6% dos domicílios com televisão do País. Em 2017, esse percentual estava em 79,8%. Houve acentuado incremento, de 2017 para 2018, no percentual de domicílios com televisor com conversor em área urbana (83,7% para 89,9%) e, com mais intensidade, em área rural (53,5% para 64,1%). Esses mesmos movimentos foram observados em todas as Grandes Regiões.

Nas residências com televisão, de 2017 para 2018, os maiores crescimentos no percentual de domicílios com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta ocorreram nas Regiões Norte (70,6% para 81,5%) e Nordeste (67,9% para 76,2%) e foi mais intenso em área rural (de 52,2% para 66,7%, na Região Norte, e de 45,2% para 56,3%, na Região Nordeste). Entretanto, esses resultados alcançados em

2018 ainda permaneceram inferiores aos das demais Grandes Regiões. Esse indicador da Região Sudeste permaneceu como o mais elevado no total (92,3%) e em área urbana (93,7%), mas em área rural, o resultado da Região Sul ficou na vanguarda (75,1%).

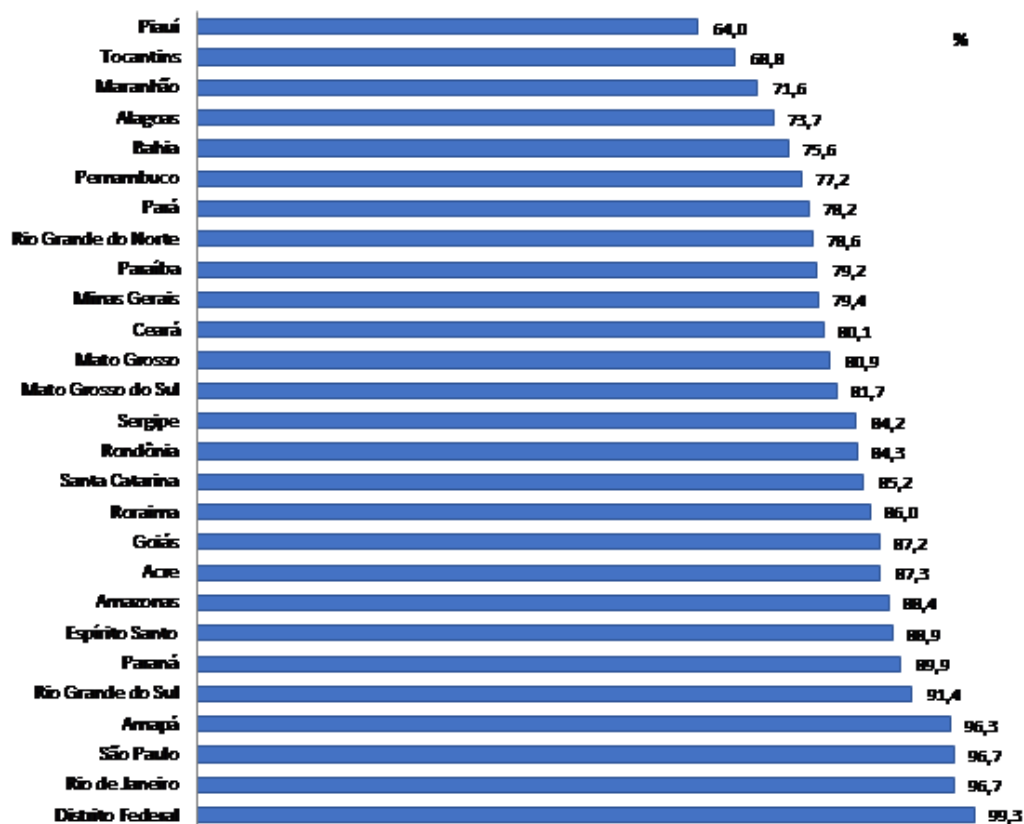
Tabela 1.8 - Percentual de domicílios com televisão com conversor para receber sinal digital de televisão aberta, no total de domicílios particulares permanentes com televisão, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com televisão com conversor para receber sinal digital de televisão aberta, no total de domicílios particulares permanentes com televisão (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	71,6	79,8	86,6	75,5	83,7	89,9	45,0	53,5	64,1
Norte	62,7	70,6	81,5	67,8	75,1	85,2	42,4	52,2	66,7
Nordeste	59,1	67,9	76,2	65,5	74,8	82,4	37,9	45,2	56,3
Sudeste	78,6	87,2	92,3	80,4	88,8	93,7	51,2	61,9	70,1
Sul	74,5	81,0	89,4	77,4	83,6	91,5	55,9	63,6	75,1
Centro-Oeste	75,7	83,7	87,3	77,7	85,5	88,9	56,7	66,3	72,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, quase todos os domicílios com televisão do Distrito Federal já tinham este aparelho com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta (99,3%). O percentual de domicílios com televisão com conversor atingiu 96,7%, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e 96,3%, no Estado do Amapá, ficando, no outro extremo, o do Estado do Piauí (64,0%). Cabe observar que esses resultados dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Amapá ficaram em patamar nitidamente distinto dos seguintes.

Gráfico 1.3 - Percentual de domicílios com televisão com conversor para receber sinal digital de televisão aberta, no total de domicílios particulares permanentes com televisão, segundo as Unidades da Federação - 4º trimestre de 2018

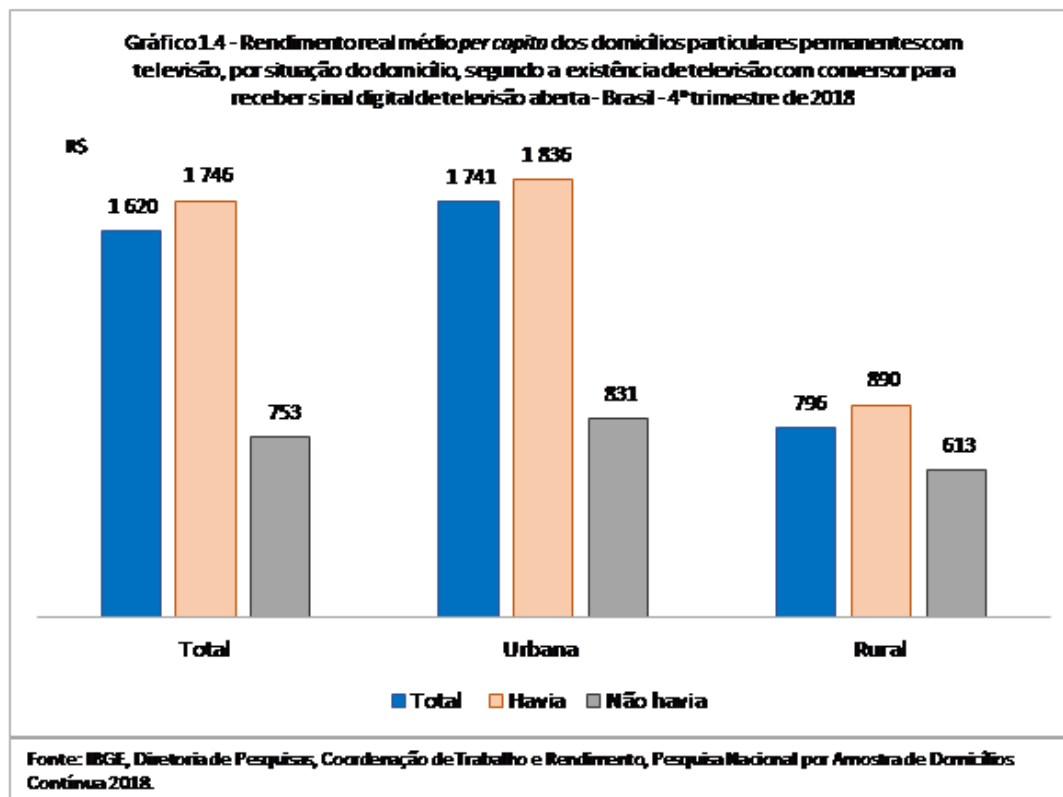


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

O confronto do rendimento real médio *per capita* dos domicílios com televisão com conversor com o dos que não tinham conversor mostrou diferença marcante e que foi mais acentuada em área urbana.

No País, em 2018, esse rendimento dos domicílios com televisão sem conversor (R\$ 753) representou 43,1% do auferido pelos que tinham o conversor (R\$ 1 746). Em área urbana, esse rendimento dos domicílios com televisão sem conversor abrangeu 45,3% do auferido nos domicílios que tinham televisão com

conversor, enquanto que, em área rural, representou 68,9%, mostrando muito menor distanciamento.



A partir de 2011, as televisões de tela fina passaram a ser fabricadas com conversor integrado para receber o sinal digital de televisão aberta. Para as televisões de tela fina fabricadas anteriormente e para as de tubo, o acesso direto ao sinal digital pode ser obtido por meio de conversor externo adaptado.

O percentual de domicílios que tinham televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta naqueles em que havia somente televisão de tubo, apresentou extraordinário crescimento no período de 2016 a 2018. Apesar dessa evolução, esse percentual ainda estava distante do alcançado nos domicílios que tinham somente televisão de tela fina.

No País, de 2017 para 2018, o percentual de domicílios em que havia

televisão com conversor subiu de 41,8% para 54,9%, nas residências em que existia somente televisão de tubo, e passou de 94,7% para 96,0%, nas que tinham somente televisão de tela fina.

Em 2018, a parcela dos domicílios que tinham televisão com conversor nas residências em que havia somente televisão de tubo ultrapassou 50% em todas as Grandes Regiões, exceto na Região Nordeste (43,0%). O máximo desse indicador ficou na Região Sudeste (65,9%). No caso dos domicílios em que havia somente televisão de tela fina, a distância entre os resultados extremos foi reduzida, variando de 93,1%, na Região Nordeste, a 98,1%, na Região Sudeste.

Nos domicílios em que havia os dois tipos de televisão no País, o percentual dos que tinham alguma televisão com conversor passou de 93,6%, em 2017, para 96,0%, em 2018, igualando-se ao dos que tinham somente aparelho de tela fina.

Os resultados do percentual dos domicílios que tinham alguma televisão com conversor naqueles em que havia os dois tipos de televisão das Grandes Regiões ficaram próximos, variando de 91,9% a 97,4%, em 2018.

Tabela 1.9 - Percentual de domicílios com televisão com conversor para receber sinal digital de televisão aberta, no total de domicílios particulares permanentes com televisão, por tipo de televisão, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, no total de domicílios particulares permanentes com televisão (%)											
	Total			Tipo de televisão								
				Somente de tela fina			Somente de tubo			Tela fina e de tubo		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	71,6	79,8	86,6	92,7	94,7	96,0	29,3	41,8	54,9	91,5	93,6	96,0
Norte	62,7	70,6	81,5	90,2	92,9	94,5	23,7	30,8	50,6	91,4	91,3	95,2
Nordeste	59,1	67,9	76,2	90,4	92,1	93,1	22,0	30,3	43,0	90,8	91,6	91,9
Sudeste	78,6	87,2	92,3	94,3	96,6	98,1	35,5	54,4	65,9	92,0	94,9	97,4
Sul	74,5	81,0	89,4	92,2	93,9	95,6	32,2	42,1	60,9	90,5	92,5	96,1
Centro-Oeste	75,7	83,7	87,3	93,0	94,1	94,3	37,1	52,8	60,1	93,1	94,3	95,5

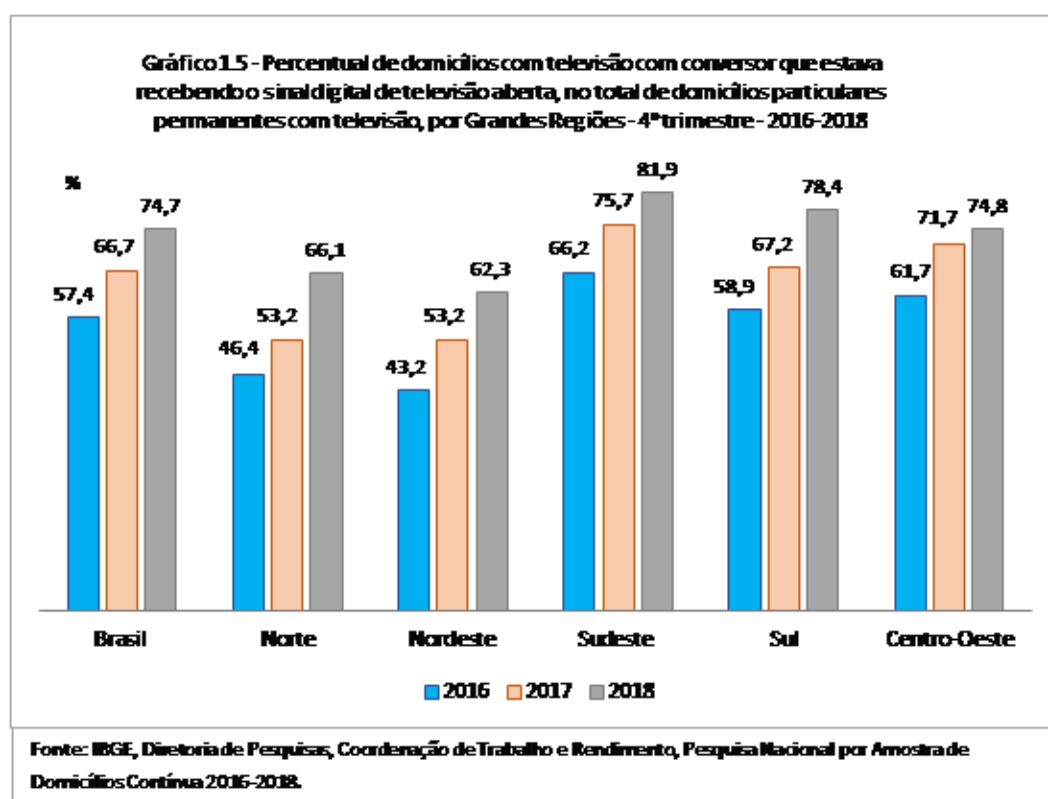
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Televisão com conversor que estava recebendo sinal digital de televisão aberta

Os domicílios com televisão com conversor que já estava recebendo o sinal digital de televisão aberta continuaram aumentando expressivamente.

Nos domicílios com televisão do País, a parcela dos que tinham este aparelho com conversor que estava recebendo o sinal digital de televisão aberta passou de 66,7%, em 2017, para 74,7%, em 2018. Esse indicador, de 2017 para 2018, apresentou incremento maior na Região Norte (de 53,2% para 66,1%) e de menos intensidade na Região Centro-Oeste (de 71,7% para 74,8%).

Em 2018, o percentual de domicílios com televisão com conversor que estava recebendo o sinal digital de televisão aberta continuou sendo mais elevado na Região Sudeste (81,9%) e foi mais baixo na Região Nordeste (62,3%).



No período de 2016 a 2018, nos domicílios que tinham televisor com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, a parcela que já o estava recebendo apresentou crescimento mais expressivo em área rural.

Nos domicílios em que havia televisão que tinha conversor, 83,5% já estava recebendo o sinal digital de televisão aberta, em 2017, e esta participação subiu para 86,3%, em 2018. Apesar desse percentual ter mantido taxa de crescimento maior em área rural, em área urbana ainda permaneceu em patamar sensivelmente mais elevado. Na área urbana, a evolução, de 2017 para 2018, foi de 85,5% para 88,0% e, na área rural, 62,2% para 69,5%. Nas Grandes Regiões, a Centro-Oeste foi a única em que esse indicador não se alterou de 2017 para 2018, permanecendo em 85,6%.

Em 2018, esse indicador já estava acima de 80% em todas as Grandes Regiões, variando de 81,1%, na Região Norte, a 88,8%, na Região Sudeste. A Região Norte também deteve o menor valor desse indicador em área urbana (84,2%) e em área rural (65,0%). O resultado mais elevado desse indicador em área urbana foi o da Região Sudeste (87,7%) e, em área rural, o da Região Sul (77,2%).

Tabela 1.10 - Percentual de domicílios com televisão que estava recebendo o sinal digital de televisão aberta, no total de domicílios particulares permanentes com televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com televisão que estava recebendo o sinal digital de televisão aberta, no total de domicílios particulares permanentes com televisão com conversor para receber o sinal digital de televisão aberta (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	80,2	83,5	86,3	82,2	85,5	88,0	57,0	62,2	69,5
Norte	74,0	75,4	81,1	77,5	78,6	84,2	52,3	57,3	65,0
Nordeste	73,2	78,3	81,8	76,8	82,0	84,7	52,3	58,4	68,2
Sudeste	84,2	86,8	88,8	85,1	87,7	89,8	62,2	65,9	68,6
Sul	79,1	82,9	87,6	81,1	84,7	88,9	60,5	67,6	77,2
Centro-Oeste	81,5	85,6	85,6	82,9	87,3	87,1	62,7	65,0	68,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Antena parabólica

A antena parabólica é um recurso para captar, via satélite, sinal de televisão em áreas que não são plenamente atendidas por meio de antenas terrestre, o que ocorre com mais frequência longe dos grandes centros. O uso de antenas parabólicas nessas áreas possibilita o acesso a mais canais de televisão aberta e com qualidade melhor. Os resultados mostraram, conforme esperado, que o uso de recepção por antena parabólica foi predominante em área rural.

O acompanhamento dos resultados de 2016 a 2018 mostrou pequenas quedas sucessivas, dando indicativo de retração no uso da recepção por antena parabólica nos domicílios com televisão.

Nos domicílios com televisão do País, o percentual dos que tinham recepção por antena parabólica passou de 32,4% para 30,0%, de 2017 para 2018. Esse indicador passou de 26,8% para 24,6%, em área urbana, e caiu de 70,5% para 66,7%, em área rural.

Nas Grandes Regiões, verificou-se esse mesmo indicativo de redução no período de 2016 a 2018, com exceção da Região Norte, tendo em vista que os seus resultados tiveram oscilações inexpressivas, tanto no total como nas áreas urbana e rural, não apresentando, portanto, indicativo de mudança de patamar. Na área rural da Região Centro-Oeste, esse indicador manteve-se estável, de 2016 para 2017, mas mostrou sentido de redução de 2017 para 2018.

A Região Sudeste é a mais urbanizada do País e, em 2018, tinha somente 6,2% dos seus domicílios situados em área rural. O percentual mais elevado de domicílios situados em área rural foi o da Região Nordeste (24,6%), vindo, em seguida, o da Região Norte (21,8%).

Em 2018, o percentual de domicílios com televisão que tinha recepção por antena parabólica continuou sendo menor nas residências em que havia este aparelho da Região Sudeste (20,0%). No outro extremo, com resultados que ultrapassaram o dobro daquele da Região Sudeste, situaram-se os da Regiões Nordeste (43,8%) e Norte (41,0%). Esses indicadores mostraram que a proporção de domicílios em área rural é um fator que se reflete no nível da utilização da recepção por antena parabólica.

Tabela 1.11 - Percentual de domicílios com recepção de sinal de televisão por antena parabólica, no total de domicílios particulares permanentes com televisão, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 2016-2018

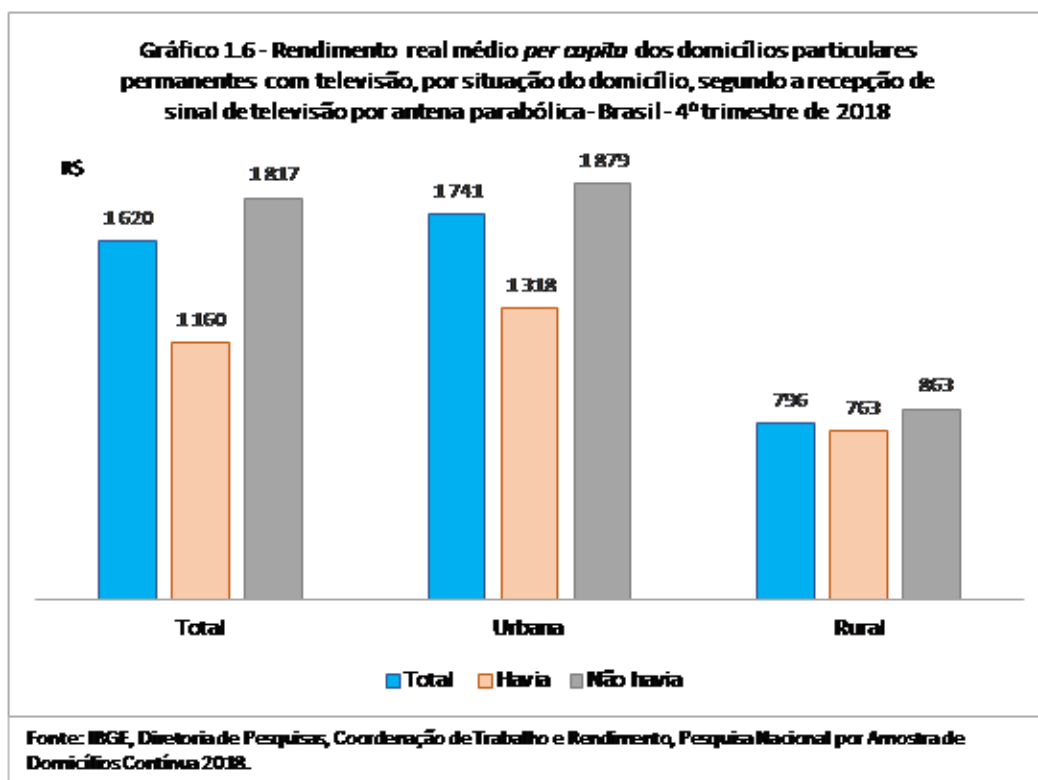
Grandes Regiões	Percentual de domicílios com recepção de sinal de televisão por antena parabólica, no total de domicílios particulares permanentes com televisão (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	34,7	32,4	30,0	29,0	26,8	24,6	73,1	70,5	66,7
Norte	40,9	40,1	41,0	32,3	31,2	32,6	74,6	75,9	74,8
Nordeste	48,3	46,1	43,8	39,6	37,3	35,1	76,8	75,2	71,9
Sudeste	24,7	22,1	20,0	21,9	19,8	17,7	66,5	59,2	55,6
Sul	35,9	33,3	29,4	30,7	28,3	24,9	69,9	66,8	59,5
Centro-Oeste	38,2	36,1	33,4	34,5	32,3	29,7	72,5	72,6	68,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, nos domicílios com televisão, assim como em 2017, a Unidade da Federação que deteve o menor percentual de residências em que havia recepção do sinal de televisão por antena parabólica foi o Distrito Federal, com somente 3,1%, que ficou bastante distanciado do segundo menor, que foi o de São Paulo (13,0%). No outro extremo, ficou o do Tocantins (64,8%), seguido pelo do Piauí (60,5%).

O rendimento real médio *per capita* dos domicílios com televisão que tinha recepção por antena parabólica ficou em patamar abaixo daquele dos domicílios com televisão sem este tipo de antena, tanto em área urbana como rural. Entretanto, a diferença entre esse rendimento dos domicílios com televisão com e sem recepção por antena parabólica em área rural foi menor que em área urbana.

Em 2018, em área rural, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios que tinham televisão com recepção por antena parabólica (R\$ 763) representou 88,4%, daquele auferido pelos que tinham televisão sem recepção por este tipo de antena (R\$ 863). Esse percentual ficou em 70,1%, em área urbana.



Serviço de televisão por assinatura

O serviço de televisão por assinatura dá acesso a um número variado de canais exclusivos, de acordo com o pacote contratado, além de captar o sinal de televisão aberta, inclusive o digital. Para isso, utiliza uma mini parabólica para captar os sinais dos canais contratados. Ao contrário do observado no uso da recepção por antena parabólica, a parcela dos domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura nas residências com televisor em área urbana foi expressivamente maior que em área rural. Ademais, a ordenação das Grandes Regiões pelo percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura foi inversa a dos domicílios com recepção do sinal de televisão por antena parabólica.

De 2017 para 2018, nos domicílios com televisão do País, não houve variação expressiva na participação dos que tinham acesso a serviço de televisão por assinatura (de 32,9% para 31,8%), o mesmo ocorrendo em área urbana (de 35,6% para 34,3%) e em área rural (de 14,1% para 14,9%).

Em 2018, a Região Sudeste continuou detendo o maior percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura no total (41,4%), em área urbana (42,2%) e em área rural (28,4%), enquanto a Região Nordeste, permaneceu com o menor no total (17,6%) e em área urbana (20,5%). A Região Norte foi a que apresentou os resultados seguintes a esses da Região Nordeste e ficou com o mínimo em área rural (7,8%).

Tabela 1.12 - Percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura, no total de domicílios particulares permanentes com televisão, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com acesso a serviço de televisão por assinatura, no total de domicílios particulares permanentes com televisão (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	33,7	32,9	31,8	37,0	35,6	34,3	11,7	14,1	14,9
Norte	21,1	22,0	21,2	24,4	25,2	24,5	7,9	8,9	7,8
Nordeste	18,4	18,0	17,6	22,2	21,1	20,5	5,9	7,7	8,4
Sudeste	44,9	43,2	41,4	46,4	44,3	42,2	22,3	26,6	28,4
Sul	34,7	34,7	34,1	37,4	36,9	36,0	16,8	19,9	20,9
Centro-Oeste	31,2	30,1	29,5	33,0	31,6	30,9	13,7	15,5	16,4

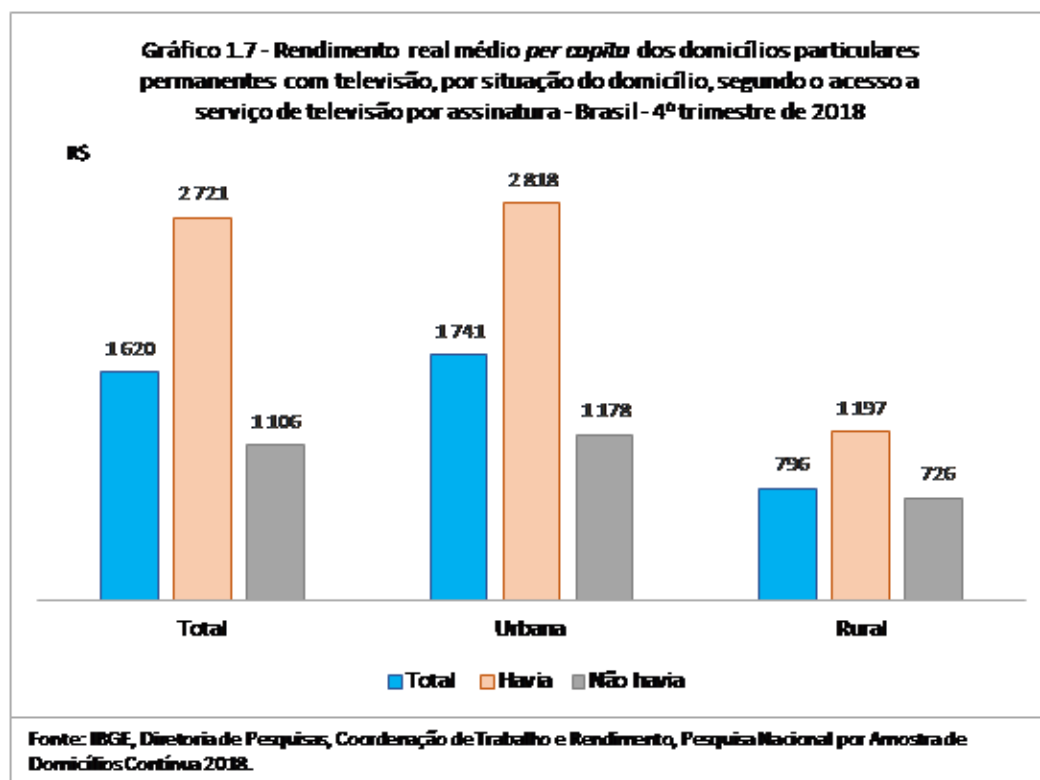
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, nos domicílios com televisão, as Unidades da Federação que detiveram os menores percentuais daqueles que tinham este aparelho com acesso a serviço de televisão por assinatura foram Paraíba (12,7%) e Amapá (12,6%), enquanto Rio de Janeiro (47,1%) e Distrito Federal (45,8%) apresentaram os maiores.

O rendimento real médio *per capita* dos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura suplantou o daqueles com televisão sem este tipo de serviço, tanto em área urbana como rural. A diferença entre esse rendimento dos domicílios que tinham televisão com e sem acesso a serviço de televisão por assinatura em área rural foi expressivamente menor que em área urbana.

Em 2018, em área rural, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios que não tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 726) representou 60,7%, daquele auferido pelos domicílios com televisão com acesso a

este tipo de serviço (R\$ 1 197). Esse percentual ficou em 41,8%, em área urbana.



O confronto do rendimento real médio *per capita* dos domicílios que tinham televisão com acesso a serviço de televisão por assinatura com o dos que tinham este aparelho com recepção por antena parabólica mostrou marcante diferença. Em 2018, no País, esse rendimento dos domicílios com televisão com recepção por antena parabólica (R\$ 1 160) representava 42,6% daquele dos domicílios que este aparelho com acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$ 2 721).

Motivo de não haver serviço de televisão por assinatura

De 2016 a 2018, o motivo para não adquirir o serviço de televisão por assinatura que mais se destacou foi o referente ao seu preço, vindo, em seguida, o da falta de interesse em adquiri-lo. Nesses três anos, nas Grandes Regiões, esses dois

motivos juntos ultrapassaram 92% dos domicílios com televisão que não tinham acesso a serviço.

No País, em 2018, nos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, 51,8% não o adquiriam por considerá-lo caro e 42,5% por não haver interesse pelo serviço. Em conjunto, esses dois motivos mais indicados abrangiam 94,3% dos domicílios com televisão sem o serviço de televisão por assinatura. Os domicílios com televisão que não tinham o serviço de televisão por assinatura porque os vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam este serviço representavam 3,5%, enquanto os que não o tinham por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, somente 1,6%.

Em 2018, nas Grandes Regiões, os dois motivos mais indicados para não adquirir o serviço de televisão por assinatura foram os mesmos do País. Nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste, os percentuais de ocorrência desses dois motivos mais citados ficaram na mesma ordem e distanciados, conforme ocorrido para o País. Entretanto, na Região Sul, a ordem dos percentuais de ocorrência desses dois motivos mais citados foi invertida e, na Região Centro-Oeste, ficaram praticamente iguais. Para os domicílios que não tinham esse serviço de televisão por assinatura por não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, o resultado da Região Norte (4,5%), ainda que pequeno, ficou destacado dos referentes às demais que variaram de 1,0% a 2,1%. No caso dos domicílios com televisão que não tinham serviço de televisão por assinatura porque os vídeos acessados na Internet o substituíam, os resultados variaram gradualmente de 1,6%, na Região Norte, a 4,9%, na Sul.

Tabela 1.13 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, por Grandes Regiões, segundo o motivo de não haver serviço de televisão por assinatura - 4º trimestre de 2018

Motivo de não haver serviço de televisão por assinatura	Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviço era caro	51,8	53,0	57,1	51,5	43,6	46,3
Não havia interesse pelo serviço	42,5	40,2	38,1	43,0	49,2	46,7
Vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam o serviço	3,5	1,6	2,8	3,8	4,9	4,1
Serviço não estava disponível na área do domicílio	1,6	4,5	1,5	1,0	1,7	2,1
Outro motivo	0,6	0,7	0,5	0,6	0,6	0,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Em 2018, no País, nas áreas urbana e rural, o primeiro e o segundo motivos mais alegados para não ter o serviço de televisão por assinatura foram os mesmos do total (serviço era caro e não havia interesse pelo serviço). Nas Grandes Regiões, a ordenação dos percentuais referentes a esses dois motivos mais expressivos para não ter serviço de televisão por assinatura no domicílio, tanto em área urbana como em área rural, foi a mesma do total, nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. Na Região Centro-Oeste, em área urbana, a participação do motivo de o serviço ser caro foi um pouco maior que a de não haver interesse pelo serviço, mas a diferença não foi significativa, e, em área rural, a ordem foi invertida, com diferença acentuada entre as participações dos dois motivos. No caso de o serviço não estar disponível na área em que se localizava o domicílio, os resultados da área urbana não alcançaram 1%, entretanto, em área rural, foram consideráveis, especialmente nas Regiões Norte (16,5%) e Centro-Oeste (12,9%), sendo o da Região Nordeste (4,1%), o menor.

Tabela 1.14 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio e o motivo de não haver serviço de televisão por assinatura - 4º trimestre de 2018

Situação do domicílio e motivo de não haver serviço de televisão por assinatura	Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Urbana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviço era caro	51,5	55,9	55,1	51,6	44,6	47,5
Não havia interesse pelo serviço	43,2	40,6	40,2	43,1	48,6	46,4
Serviço não estava disponível na área do domicílio	0,6	0,9	0,5	0,7	0,6	0,7
Outro motivo (1)	4,7	2,5	4,2	4,7	6,2	5,4
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviço era caro	53,3	43,1	62,7	50,6	37,9	36,6
Não havia interesse pelo serviço	38,6	38,9	32,3	42,0	52,4	49,1
Serviço não estava disponível na área do domicílio	6,8	16,5	4,1	5,3	7,7	12,9
Outro motivo (1)	1,4	1,5	0,9	2,1	2,0	1,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

(1) Inclusive os domicílios cuja motivação era: vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam o serviço.

Em 2018, no País, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura por ser caro (R\$ 859) ou não estar disponível na área do domicílio (R\$ 869) foram os que apresentaram os valores mais próximos e muito distanciados dos demais. No patamar seguinte ficou esse rendimento dos domicílios em que não havia interesse em ter esse serviço (R\$ 1 351). Esse rendimento dos domicílios em que não havia serviço de televisão por assinatura porque os vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam o serviço foi o mais elevado (R\$ 1 818).

Cabe notar a diferença marcante entre os rendimentos reais médios *per capita* dos domicílios que indicaram os dois motivos mais citados para não ter serviço de televisão por assinatura. Esse rendimento dos domicílios que não tinham o serviço de televisão por assinatura por ser caro representava 63,6% daquele dos que não tinham interesse em tê-lo.

Nas Grandes Regiões, o comportamento dos resultados do rendimento real médio *per capita* dos domicílios com televisão, por motivo de não haver serviço de televisão por assinatura, foi semelhante ao observado para o País.

Tabela 1.15 - Rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura, por Grandes Regiões, segundo o motivo de não haver serviço de televisão por assinatura - 4º trimestre de 2018

Motivo de não haver serviço de televisão por assinatura	Rendimento real médio <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes com televisão sem acesso a serviço de televisão por assinatura (R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Brasil	1 106	825	783	1 268	1 421	1 289
Serviço era caro	859	671	592	1 010	1 172	1 015
Não havia interesse pelo serviço	1 351	1 021	1 025	1 517	1 586	1 490
Vídeos (inclusive de programas, filmes ou séries) acessados pela Internet substituíam o serviço	1 818	1 493	1 494	1 902	1 969	2 094
Serviço não estava disponível na área do domicílio	869	593	575	1 146	1 226	1 101
Outro motivo	1 446	1 200	794	1 668	1 969	1 790

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Domicílios sem alternativa à televisão analógica aberta

O desligamento do sinal de televisão analógica ainda não estava concluído em 2018. Quando a transmissão do sinal analógico for inteiramente desligada, as televisões sem conversor para receber o sinal digital não terão acesso direto aos canais de televisão aberta, a não ser por meio de serviço de televisão por assinatura ou antena parabólica.

Os resultados de 2016 a 2018 mostraram rápida redução no número de domicílios sem quaisquer desses três meios de acesso a canais de televisão aberta no caso do desligamento do sinal analógico. Em 2018, o número desses domicílios estava em 2 142 mil.

No País, de 2016 para 2017, a redução no número de domicílios com televisão sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não tinham recepção por antena parabólica e nem serviço de televisão por assinatura ficou perto 40% e a queda, de 2017 para 2018, foi ainda maior, atingindo quase 49%. O declínio desse número foi mais forte em área urbana, alcançando 41,0%, de 2016 para 2017, e 50,6%, de 2017 para 2018. Em área rural, a baixa foi 24,7%, de 2016 para 2017, e de 38,7%, de 2017 para 2018.

Essa diminuição no número de domicílios com televisão sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não tinham recepção por antena

parabólica e nem serviço de televisão por assinatura ocorreu em todas as Grandes Regiões.

Tabela 1.16 - Domicílios particulares permanentes com televisão sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não tinham recepção por antena parabólica e nem acesso a serviço de televisão por assinatura, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Domicílios particulares permanentes com televisão sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não tinham recepção por antena parabólica e nem acesso a serviço de televisão por assinatura (1 000 domicílios)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	6 893	4 193	2 142	6 108	3 602	1 779	785	591	363
Norte	706	544	220	608	469	186	98	75	34
Nordeste	2 278	1 418	804	1 849	1 102	608	429	316	196
Sudeste	2 547	1 322	667	2 422	1 225	597	125	97	70
Sul	931	683	306	824	597	258	107	86	48
Centro-Oeste	431	226	144	405	209	130	26	17	14

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Nos domicílios com televisão do País, o percentual dos que tinham este aparelho sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não recebiam sinal de televisão por antena parabólica e nem tinham serviço de televisão por assinatura caiu de 6,2% para 3,1%, de 2017 para 2018. Em área urbana, a queda foi de 6,1% para 3,0%, e em área rural, de 6,8% para 4,1%.

Em 2018, nos domicílios com televisão nas Grandes Regiões, o percentual de domicílios com televisão sem conversor que não tinham recepção por antena parabólica e nem acesso a serviço de televisão por assinatura foi maior nas Regiões Norte e Nordeste, ambas com 4,5%, e nas demais variou de 2,2% a 2,9%. Em área urbana, os resultados foram semelhantes ao do total, ficando o máximo na Região Norte (4,7%), enquanto que, em área rural, o máximo ficou na Região Nordeste (4,7%).

Tabela 1.17 - Percentual de domicílios com televisão sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não tinham recepção por antena parabólica e nem acesso a serviço de televisão por assinatura, no total de domicílios particulares permanentes com televisão, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com televisão sem conversor para receber o sinal digital de televisão aberta que não tinham recepção por antena parabólica e nem acesso a serviço de televisão por assinatura, no total de domicílios particulares permanentes com televisão (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	10,3	6,2	3,1	10,5	6,1	3,0	9,0	6,8	4,1
Norte	15,0	11,4	4,5	16,2	12,3	4,7	10,2	7,8	3,5
Nordeste	13,1	8,1	4,5	13,9	8,2	4,5	10,5	7,7	4,7
Sudeste	8,6	4,4	2,2	8,7	4,4	2,1	6,8	5,4	3,8
Sul	9,1	6,6	2,9	9,3	6,6	2,8	7,9	6,4	3,5
Centro-Oeste	8,4	4,3	2,7	8,7	4,4	2,7	5,3	3,5	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Existência de microcomputador ou *tablet* no domicílio

Microcomputador

Os resultados de 2016 a 2018 mostraram sentido de declínio, ainda que lento, no número de domicílios em que havia microcomputador. A agregação de funcionalidades nos telefones móveis celulares, antes existentes somente em microcomputadores, que já atendessem às necessidades dos moradores de determinados domicílios pode ter sido um dos fatores que influenciaram nessa tendência de redução.

No País, o número de domicílios em que havia microcomputador estava em 31 263 mil, em 2016, passou para 30 454 mil, em 2017, e ficou em 29 911 mil, em 2018.

Outro aspecto de destaque foi a diferença entre os percentuais de domicílios em que havia microcomputador nas residências das áreas urbana e rural. Em 2018, no País, o percentual de domicílios em que havia microcomputador em residências da área rural representava 31,1% daquele dos situados em área urbana.

No total de domicílios, aqueles em que havia microcomputador representavam 43,4%, em 2017, e 41,7%, em 2018. De 2017 para 2018, esse percentual caiu de 47,9% para 46,0%, em área urbana, enquanto que, em área rural,

a diminuição foi insignificante (de 14,7% para 14,3%).

Assim como em 2017, nos domicílios das Grandes Regiões, os resultados do percentual de domicílios em que havia microcomputador ficaram nitidamente em três patamares em 2018: no primeiro, continuaram os das Regiões Norte (26,4%) e Nordeste (27,5%), no segundo, o da Região Centro-Oeste (44,0%), e, por último, os das Regiões Sudeste (49,7%) e Sul (49,5%). Em todas as Grandes Regiões, manteve-se o distanciamento acentuado entre os indicadores das áreas urbana e rural.

Tabela 1.18 - Percentual de domicílios com microcomputador, no total de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

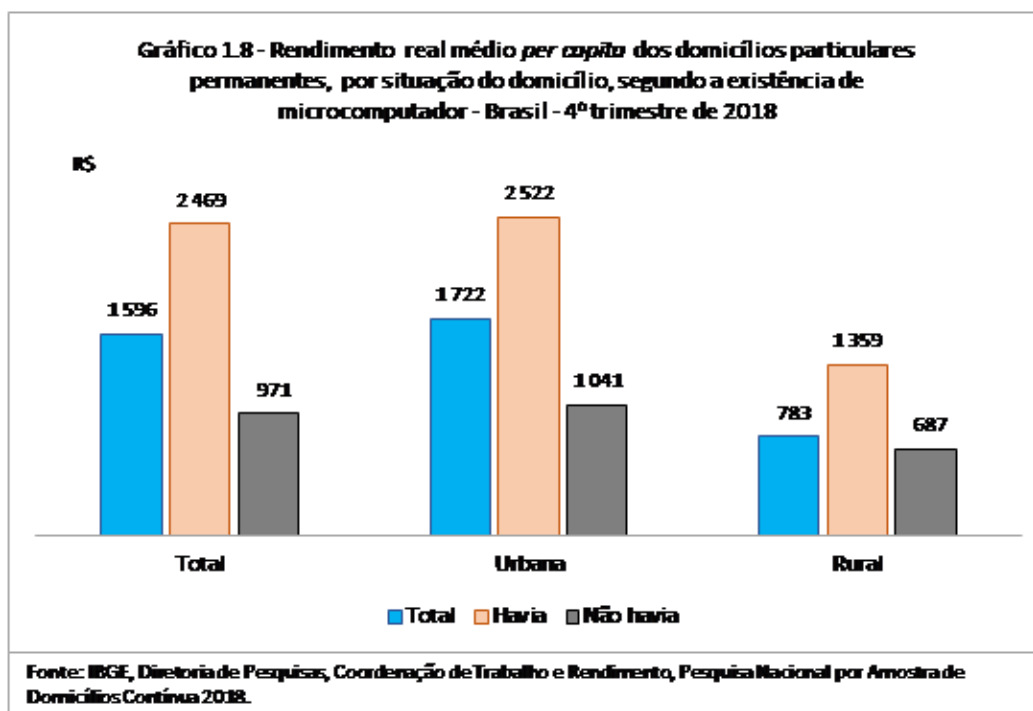
Grandes Regiões	Percentual de domicílios com microcomputador, no total de domicílios particulares permanentes (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	45,3	43,4	41,7	50,0	47,9	46,0	15,7	14,7	14,3
Norte	28,2	27,6	26,4	34,0	33,1	31,5	8,1	8,2	7,8
Nordeste	29,9	28,7	27,5	36,6	35,3	33,7	8,9	8,3	8,3
Sudeste	54,3	51,8	49,7	56,4	53,8	51,7	22,6	20,8	19,8
Sul	53,5	51,3	49,5	56,9	54,6	52,5	31,5	30,0	29,1
Centro-Oeste	47,2	45,7	44,0	50,2	48,5	46,6	20,4	19,2	20,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, havia microcomputador em 63,6% dos domicílios do Distrito Federal, sendo este o maior resultado encontrado nas Unidades da Federação, vindo depois, com diferença expressiva, os de São Paulo (53,1%) e Santa Catarina (52,8%). No outro extremo ficou o resultado do Maranhão (16,9%).

O nível do rendimento dos domicílios em área urbana suplanta o daqueles da área rural e essa diferença se reflete naturalmente nos indicadores desagregados por situação do domicílio.

Em 2018, no País, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios com microcomputador (R\$ 2 469) foi muito mais elevado que o daqueles que não dispunham deste equipamento (R\$ 971). Esse rendimento dos domicílios em que não havia microcomputador representava somente 39,3% do auferido por aqueles que tinham este equipamento. A diferença entre esses dois rendimentos em área rural foi menos acentuada que em área urbana. Na área urbana, esse rendimento dos domicílios em que não havia microcomputador representava 41,3% daquele em que havia este equipamento, enquanto que na área rural era 50,6%.



Tablet

O *tablet* é muito menos comum nos domicílios que o computador. Em 2018, nos domicílios do País, o número de domicílios em que havia *tablet* representava 30,0% daquele em que existia microcomputador.

O lento sentido de redução no número de domicílios em que havia microcomputador, no período de 2016 a 2018, também ocorreu no daqueles em que havia *tablet*. A parcela dos domicílios em que havia *tablet* nas residências localizadas em área urbana também foi acentuadamente maior que naquelas situadas em área rural. Em 2018, no País, o percentual de domicílios em que havia *tablet* em residências da área rural representava 27,5% daquele dos situados em área urbana.

Nos domicílios do País, de 2017 para 2018, o percentual daqueles em que havia *tablet* passou 13,8% para 12,5%. Em área urbana, esse indicador passou de 15,1% para 13,8% e, em área rural, de 4,7% para 3,8%.

Em 2018, a Região Sudeste continuou detendo o maior percentual de

domicílios com *tablet* (15,4%), enquanto que os menores permaneceram nas Regiões Norte (7,2%) e Nordeste (8,3%), que estavam sensivelmente abaixo daqueles das demais, o mesmo ocorrendo em área urbana. Em área rural, o maior percentual foi o da Região Centro-Oeste.

Tabela 1.19 - Percentual de domicílios com *tablet*, no total de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com <i>tablet</i> , no total de domicílios particulares permanentes (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	15,1	13,8	12,5	16,7	15,1	13,8	4,9	4,7	3,8
Norte	9,3	8,4	7,2	11,1	10,0	8,6	2,9	2,7	2,2
Nordeste	10,9	9,3	8,3	13,4	11,3	10,2	3,2	2,8	2,4
Sudeste	18,2	16,5	15,4	18,9	17,0	16,0	7,9	7,8	6,0
Sul	16,0	15,6	13,6	17,4	16,9	14,7	7,1	7,2	5,6
Centro-Oeste	16,0	15,1	13,3	17,0	15,8	14,1	6,8	7,9	6,7

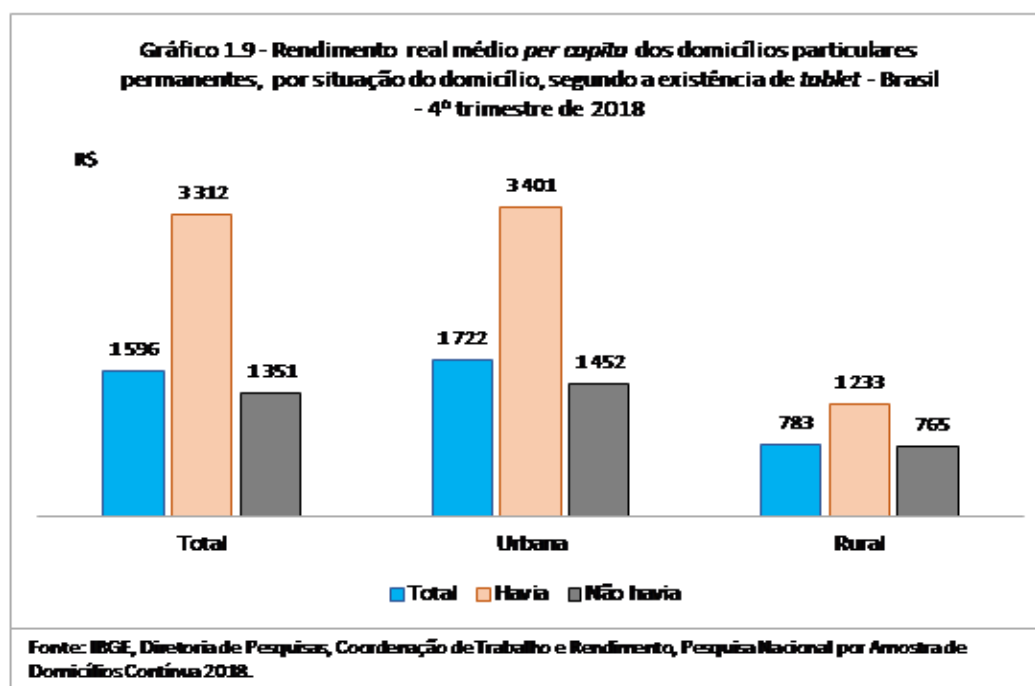
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Nas Unidade da Federação, em 2018, o percentual de domicílios em que havia *tablet*, no total de domicílios, foi mais elevado no Distrito Federal (24,7%), que ficou distante do seguinte, que foi o de São Paulo (17,4%), sendo o do Maranhão (4,8%), o menor.

Na grande maioria dos domicílios em que havia *tablet*, também existia microcomputador.

Em 2018, o microcomputador existia em 80,5% dos domicílios em que havia *tablet*. Esse percentual variou de 71,1%, na Região Norte, a 83,6%, na Região Sul.

Em 2018, no País, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios com *tablet* (R\$ 3 312) foi muito mais elevado que o daqueles que não dispunham deste equipamento (R\$ 1 351). Esse rendimento dos domicílios em que não havia *tablet* representava somente 40,8% do auferido por aqueles tinham este equipamento. A diferença entre esses dois rendimentos em área rural foi menor que em área urbana. Em área urbana, esse rendimento dos domicílios em que não existia *tablet* representava 42,7% daquele dos que tinham este equipamento e, em área rural, 62,0%.



O microcomputador é um equipamento mais caro que o *tablet* e, como já foi mostrado, a grande maioria dos domicílios em que havia *tablet* também tinha microcomputador. Esses fatos são relevantes no entendimento dos níveis do rendimento médio *per capita* domiciliar em função da existência desses equipamentos nos domicílios.

Cabe primeiramente observar a grande diferença entre o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que não havia microcomputador nem *tablet* e o daqueles que tinham pelo menos um destes equipamentos. No País, em 2018, esse rendimento foi de R\$ 957, para os domicílios que não tinham microcomputador nem *tablet*, e de R\$ 2 404, para os que tinham pelo menos um deles.

Esse rendimento dos domicílios em que havia somente *tablet* foi mais baixo que o dos domicílios que tinham somente microcomputador e o dos domicílios em que existiam ambos os equipamentos foi o mais elevado. Em 2018, no País, esse rendimento dos domicílios somente com *tablet* (R\$ 1 305) ficou perto de 2/3 daquele dos que tinham somente microcomputador (R\$ 2 046) e alcançou R\$ 3 798 nos que tinham ambos os equipamentos.

Como a grande maioria dos domicílios em que havia *tablet* também tinha

microcomputador, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios com *tablet* suplantou o dos domicílios com microcomputador. Em 2018, no País, esse rendimento foi de R\$ 3 312, para os domicílios que tinham *tablet*, e de R\$ 2 469, para os que tinham microcomputador.

Nas Grandes Regiões, o comportamento foi semelhante ao observado para o País.

Tabela 1.20 - Rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões, segundo a existência de microcomputador ou *tablet* - 4º trimestre de 2018

Existência de microcomputador ou <i>tablet</i>	Rendimento real médio <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes (R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	1 596	1 048	1 010	1 906	1 862	1 816
Com microcomputador ou <i>tablet</i>	2 404	1 930	1 838	2 607	2 412	2 593
Com microcomputador	2 469	2 007	1 912	2 663	2 461	2 681
Somente com microcomputador	2 046	1 717	1 596	2 169	2 131	2 262
Com <i>tablet</i>	3 312	2 557	2 468	3 659	3 200	3 420
Somente com <i>tablet</i>	1 305	962	935	1 562	1 314	1 167
Com microcomputador e <i>tablet</i>	3 798	3 205	3 040	4 092	3 571	3 998
Sem microcomputador e sem <i>tablet</i>	957	698	660	1 136	1 274	1 135

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Existência de telefone no domicílio

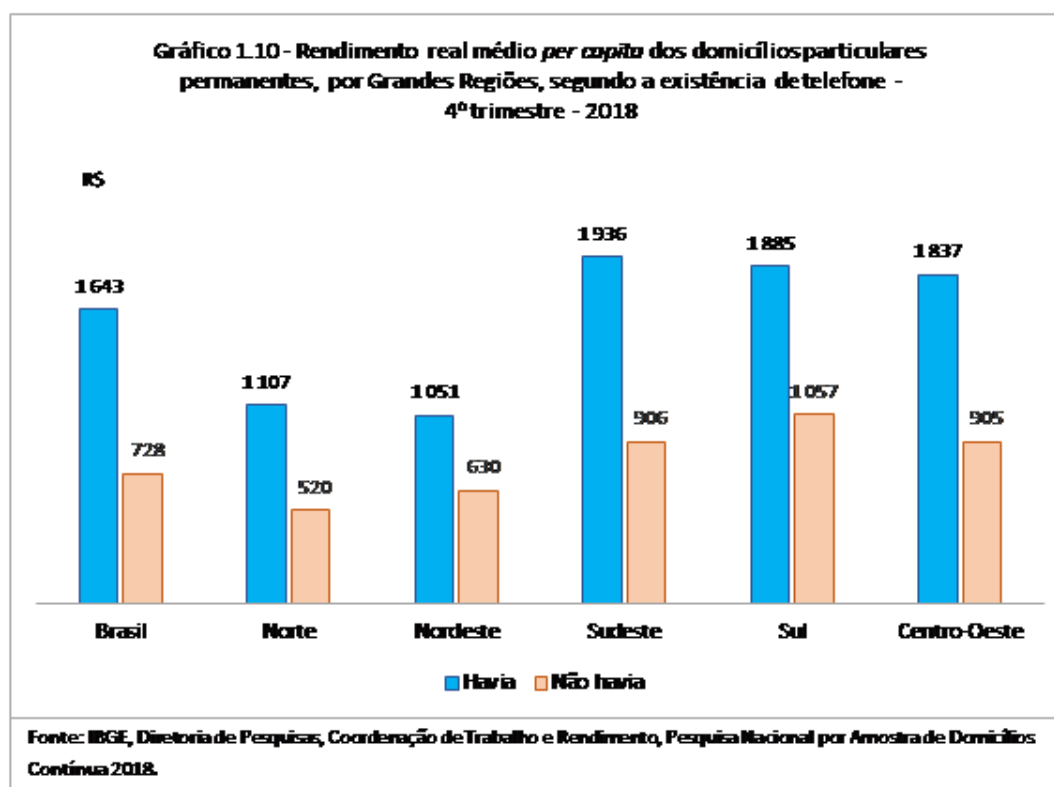
Em 2018, não havia telefone em somente 5,1% dos domicílios particulares permanentes do País. Esse resultado não apresentou alteração em relação ao de 2017. Também não houve modificação significativa, de 2017 para 2018, nas Grandes Regiões.

Em 2018, a ausência de telefone manteve-se mais elevada nos domicílios nas Regiões Norte (10,0%) e Nordeste (9,6%), enquanto nas demais não ultrapassou 3%.

O rendimento real médio *per capita* da pequena parcela de domicílios em que não havia telefone ficou muito abaixo daquele dos domicílios que tinham telefone.

No País, em 2018, esse rendimento dos domicílios que não tinham telefone (R\$ 728) representou menos da metade daquele dos que tinham telefone (R\$ 1 643).

Em todas as Grandes Regiões, a diferença entre esse rendimento dos domicílios que tinham e não tinham telefone foi elevada.



Enquanto a linha fixa convencional existente no domicílio é um meio de comunicação normalmente de uso comum dos moradores da residência, a linha móvel celular geralmente é de uso individual e permite a sua utilização dentro e fora do espaço da moradia. Inicialmente a linha móvel celular tinha custo elevado e era mais utilizada por profissionais que necessitavam desse meio móvel de comunicação ou para suprir a falta da linha fixa. Com o passar do tempo, foram sendo agregadas novas funções ao telefone móvel celular, tornando o aparelho mais versátil e popular. A disseminação desse tipo de telefone foi crescente até ultrapassar o do telefone fixo convencional, que entrou em processo de declínio.

Nos domicílios do País, o percentual de domicílios em que havia telefone fixo convencional continuou com sentido de queda no período de 2016 a 2018, enquanto o daqueles em que havia telefone móvel celular, já tendo alcançado elevado patamar, perdeu o ímpeto de crescimento, tendo ficado estagnado, de 2017 para

2018.

Em 2018, havia telefone fixo convencional em 28,4% dos domicílios do País e este percentual apresentou declínio considerável em relação ao de 2017 (31,6%). O mesmo sentido de retração ocorreu em área urbana (de 35,4%, em 2017, para 31,8%, em 2018). Em área rural, ainda que o sentido de queda tenha permanecido, a diminuição foi insignificante (de 7,2%, em 2017, para 6,9%, em 2018).

Em 2018, nos domicílios das Grandes Regiões, o percentual daqueles em que havia telefone fixo convencional foi mais baixo na Região Norte (9,3%), seguido do resultado da Região Nordeste (10,9%). Esses dois resultados ficaram muito distanciados daqueles das demais Grandes Regiões, que ficaram dispersos, variando de 25,9% a 41,4%. Em área urbana, o percentual de domicílios com telefone fixo convencional foi substancialmente mais elevado que em área rural em todas as Grandes Regiões.

Nos domicílios do País, a parcela dos que tinham telefone móvel celular permaneceu inalterada de 2017 para 2018 (93,2%). Esse percentual de domicílios em que havia telefone móvel celular praticamente não variou em área urbana (95,0%, em 2017, e 94,9%, em 2018), enquanto que, em área rural, houve crescimento insignificante (de 81,6%, em 2017, para 82,3%, em 2018).

Em 2018, nos domicílios das Grandes Regiões, o percentual de residências em que havia telefone móvel celular variou de 89,4%, na Região Norte, a 97,0%, na Região Centro-Oeste. Em área urbana, os resultados ficaram ainda mais próximos, pois o mais baixo foi 93,3%, na Região Nordeste, e o mais elevado, 97,3%, na Região Centro-Oeste. Já em área rural, a diferença entre o menor e o maior percentual ainda permaneceu acentuada (70,1%, na Região Norte, e 94,0%, na Região Centro-Oeste).

Tabela 1.21 - Percentual de domicílios com telefone fixo convencional e com telefone móvel celular, no total de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com telefone fixo convencional, no total de domicílios particulares permanentes (%)			Percentual de domicílios com telefone móvel celular, no total de domicílios particulares permanentes (%)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Total						
Brasil	33,7	31,6	28,4	92,6	93,2	93,2
Norte	11,5	10,6	9,3	88,7	89,7	89,4
Nordeste	13,7	12,3	10,9	89,2	89,9	89,7
Sudeste	49,2	46,0	41,4	93,7	94,4	94,6
Sul	36,8	35,3	31,8	94,7	95,4	95,4
Centro-Oeste	29,5	28,1	25,9	96,8	96,9	97,0
Urbana						
Brasil	37,8	35,4	31,8	94,5	95,0	94,9
Norte	13,6	12,0	10,3	94,9	95,2	94,8
Nordeste	16,9	15,0	13,3	93,2	93,7	93,3
Sudeste	51,6	48,3	43,4	94,3	94,8	95,0
Sul	40,3	38,6	34,6	95,5	96,1	96,1
Centro-Oeste	31,9	30,5	28,0	97,3	97,2	97,3
Rural						
Brasil	7,6	7,2	6,9	80,3	81,6	82,3
Norte	4,5	5,7	5,5	67,5	69,9	70,1
Nordeste	3,8	3,8	3,6	76,6	77,8	78,8
Sudeste	13,5	11,5	11,5	86,0	87,3	88,6
Sul	13,8	13,8	12,5	90,0	90,7	90,9
Centro-Oeste	8,0	6,2	6,6	92,7	93,9	94,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, nas Unidades da Federação, os resultados do percentual de domicílios com telefone fixo convencional ficaram muito dispersos, sendo que os de Alagoas (5,7%), Amapá (5,9%) e Maranhão (6,1%) foram os menores e os do Rio de Janeiro e São Paulo, ambos com 46,9%, e do Distrito Federal (45,0%), os mais elevados. No caso do percentual de domicílios em que havia telefone móvel celular, os resultados ficaram concentrados de 83,8%, no Maranhão, a 98,1%, no Distrito Federal.

Os resultados de 2016 a 2018 indicaram que a parcela dos domicílios em que havia somente telefone fixo continuou extremamente baixa, enquanto a dos que tinham somente telefone móvel celular mostrou sentido de crescimento e a dos que tinham os dois tipos de telefone teve declínio.

Nos domicílios do País, o percentual dos domicílios em que existia somente telefone fixo convencional permaneceu estável de 2017 para 2018, tendo passado de 1,7% para 1,6%. Nas Grandes Regiões, em 2018, esse percentual variou de 0,6%,

na Região Norte, a 2,4%, na Região Sudeste.

A parcela dos domicílios em que havia somente telefone móvel celular aumentou de 63,3%, em 2017, para 66,4%, em 2018, nos domicílios do País. Em 2018, as Regiões Norte (80,7%) e Nordeste (79,4%) continuaram a deter os maiores percentuais de domicílios em que havia somente telefone móvel celular e a Sudeste (55,6%), o menor. Em contrapartida, no País, o percentual daqueles em que havia telefone fixo convencional e telefone móvel celular declinou de 29,9%, em 2017, para 26,8%, em 2018. Em 2018, os resultados desse indicador das Regiões Norte (8,7%) e Nordeste (10,3%) permaneceram muito abaixo dos alcançados nas demais, sendo o da Região Sudeste (38,9%), o mais elevado.

Tabela 1.22 - Percentual de domicílios somente com telefone fixo convencional, somente com telefone móvel celular e com telefone fixo convencional e telefone móvel celular, no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios somente com telefone fixo convencional, no total de domicílios particulares permanentes (%)			Percentual de domicílios somente com telefone móvel celular, no total de domicílios particulares permanentes (%)			Percentual de domicílios com telefone fixo convencional e telefone móvel celular, no total de domicílios particulares permanentes (%)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	2,0	1,7	1,6	60,8	63,3	66,4	31,7	29,9	26,8
Norte	0,5	0,5	0,6	77,8	79,6	80,7	11,0	10,1	8,7
Nordeste	0,9	0,7	0,7	76,3	78,3	79,4	12,8	11,6	10,3
Sudeste	3,0	2,6	2,4	47,6	51,0	55,6	46,1	43,4	38,9
Sul	2,3	1,9	1,8	60,2	62,0	65,5	34,5	33,3	29,9
Centro-Oeste	0,8	0,8	0,7	68,0	69,6	71,8	28,8	27,3	25,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Cabe ainda ressaltar que, nos domicílios com telefone fixo convencional, a parcela dos que tinham telefone móvel celular permaneceu elevada e estável no período de 2016 a 2018, ficando em 94,3% em 2018.

O rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que havia telefone fixo convencional e telefone móvel celular foi acentuadamente mais elevado que os dos que tinham somente um dos dois tipos de telefone. Como apenas uma pequena parcela dos domicílios com telefone fixo convencional tinha somente este tipo de telefone, esse rendimento dos domicílios em que havia telefone fixo convencional foi pouco menor que o dos que tinham ambos os tipos de telefone.

No País, em 2018, esse rendimento dos domicílios em que havia somente telefone móvel celular (R\$ 1 232) representava menos da metade daquele dos que tinham ambos os tipos de telefone (R\$ 2 660). Esse rendimento dos domicílios que tinham somente telefone fixo (R\$ 1 673) abrangia 62,9% daquele dos domicílios em que havia ambos os tipos de telefone. Nas Grandes Regiões, o comportamento foi assemelhado.

Tabela 1.23 - Rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes com telefone, por Grandes Regiões, segundo o tipo de telefone - 4º trimestre de 2018

Tipo de telefone	Rendimento real médio <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes com telefone (R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	1 643	1 107	1 051	1 936	1 885	1 837
Telefone fixo convencional	2 603	2 345	2 474	2 589	2 575	3 069
Somente telefone fixo convencional	1 673	722	1 297	1 759	1 776	1 440
Telefone móvel celular	1 642	1 110	1 049	1 941	1 887	1 840
Somente telefone móvel celular	1 232	965	855	1 451	1 550	1 393
Telefone fixo convencional e telefone móvel celular	2 660	2 453	2 552	2 641	2 625	3 117

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Utilização da Internet no domicílio

O uso da Internet vem cada vez mais se expandindo. No começo, essa rede era utilizada nas universidades e centros de estudo, em seguida chegou ao mundo dos negócios e, depois, ao âmbito doméstico.

Os resultados de 2016 a 2018 mostraram que a utilização da Internet nos domicílios estava em contínuo e expressivo crescimento, que foi mais acelerado em área rural.

Em 2017, a Internet era utilizada em 74,9% dos domicílios do País e este percentual subiu para 79,1%, em 2018. O crescimento mais acelerado da utilização da Internet nos domicílios da área rural contribuiu para reduzir a grande diferença em relação aos da área urbana. De 2017 para 2018, o percentual de domicílios em que a Internet era utilizada passou de 80,2% para 83,8%, em área urbana, e aumentou de 41,0% para 49,2%, em área rural. O mesmo sentido de crescimento

ocorreu em todas as Grandes Regiões.

Em 2018, nas Grandes Regiões, o percentual de domicílios em que havia utilização da Internet continuou mais baixo nas Regiões Nordeste (69,1%) e Norte (72,1%), que ficaram distanciados dos demais, enquanto o da Região Sudeste (84,8%) permaneceu como o mais elevado. Em área urbana, os resultados das Regiões Sudeste (86,5%) e Centro-Oeste (86,4%) ficaram praticamente iguais, e o da Região Nordeste (77,2%) manteve-se como o menor e mais distante dos demais. Já em área rural, o menor foi o da Região Norte (33,1%) e o maior, da Região Sul (61,4%).

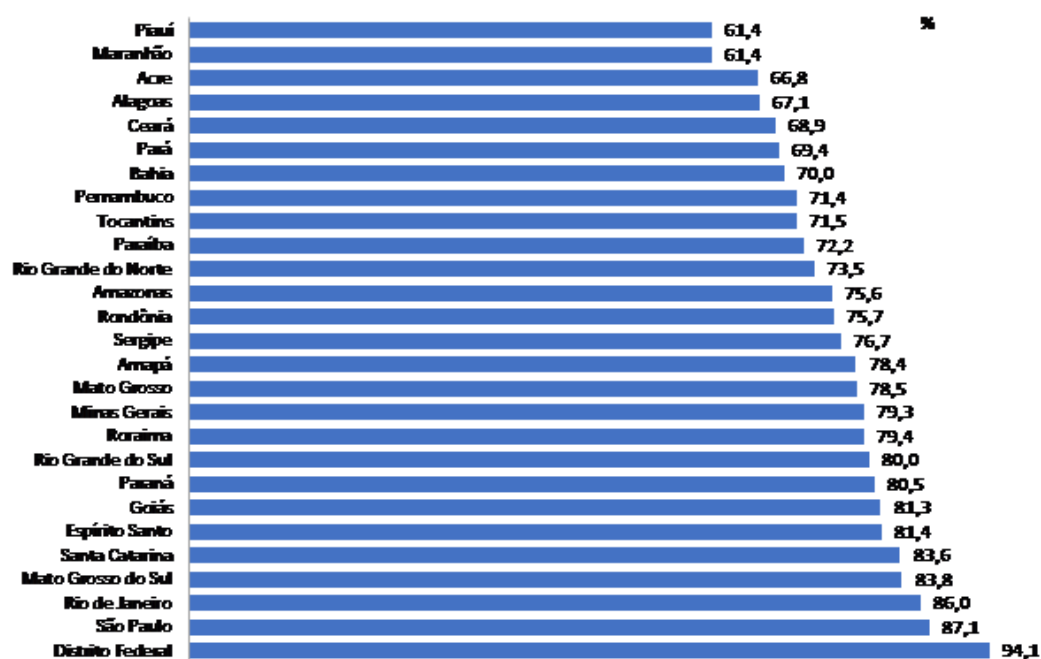
Tabela 1.24 - Percentual de domicílios em que havia utilização da Internet, no total de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios em que havia utilização da Internet, no total de domicílios particulares permanentes (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	69,4	74,9	79,1	75,0	80,2	83,8	33,6	41,0	49,2
Norte	62,4	68,5	72,1	74,2	80,1	83,0	22,0	27,3	33,1
Nordeste	56,5	63,9	69,1	65,9	72,9	77,2	27,3	35,8	44,2
Sudeste	76,7	81,2	84,8	79,0	83,1	86,5	43,9	51,3	59,4
Sul	71,3	76,7	81,1	75,1	80,3	84,0	46,1	53,1	61,4
Centro-Oeste	74,6	79,5	83,5	78,3	83,2	86,4	40,2	45,1	56,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

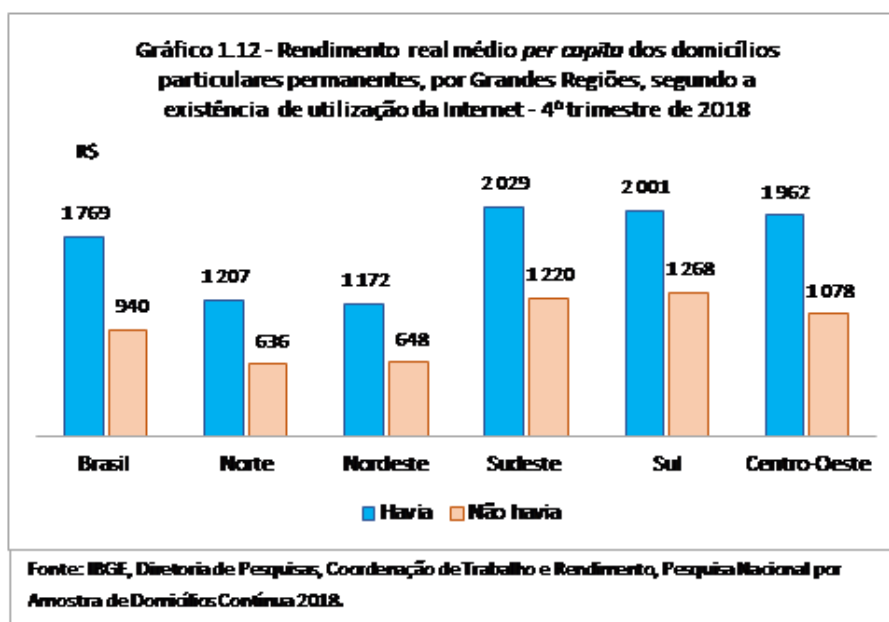
Em 2018, nas Unidades da Federação, o percentual de domicílios em que havia utilização da Internet foi menor nos domicílios do Maranhão e Piauí, ambos com 61,4%, e consideravelmente distante do seguinte, que foi o do Acre (66,8%). No outro extremo, ficou o resultado do Distrito Federal (94,1%), com diferença expressiva em relação ao segundo mais elevado, que foi o de São Paulo (87,1%).

Gráfico 1.11 - Percentual de domicílios em que havia utilização da Internet, no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Unidades da Federação - 4º trimestre de 2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

No País, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que havia utilização da Internet (R\$ 1 769) foi muito maior que o dos que não utilizavam esta rede (R\$ 940). A grande diferença entre esses dois rendimentos foi observada em todas as Grandes Regiões.



Motivo da não utilização da Internet no domicílio

Em 2018, nos 14 991 mil domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram representavam, em conjunto 84,4%, sendo que o mais alegado ficou em patamar distante dos dois seguintes. Esses três motivos foram: falta de interesse em acessar a Internet (34,7%), serviço de acesso à Internet era caro (25,4%) e nenhum morador sabia usar a Internet (24,3%). O motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 7,5% das residências em que não havia utilização da Internet e o motivo de o equipamento eletrônico para acessar a Internet ser caro, 4,7%.

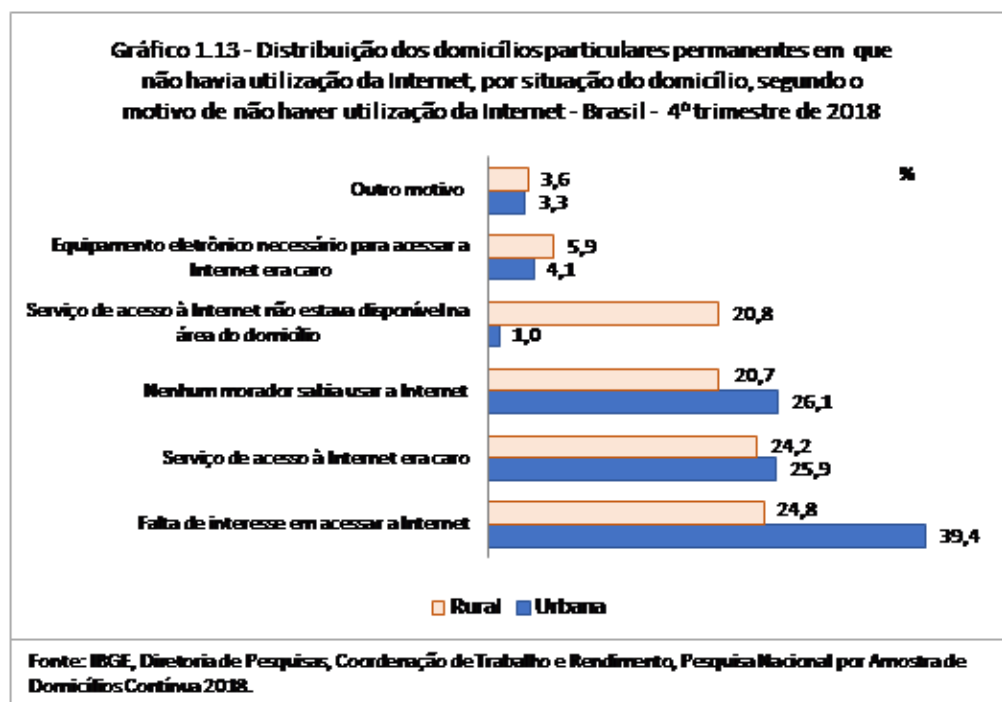
Em 2018, exceto na Região Norte, os três motivos mais alegados para a não utilização da Internet foram os mesmos do País, mas não na mesma sequência. Na Região Norte, o segundo motivo mais indicado foi o serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio, que abrangeu 25,1% dos domicílios em que a Internet não era utilizada, ficando o motivo de nenhum morador saber usar a Internet na quarta posição. Nas demais Grandes Regiões, o percentual de domicílios em que o motivo alegado foi o serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio ficou no intervalo fechado de 4,0% a 8,2%.

Tabela 1.25 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes em que não havia utilização da Internet, por Grandes Regiões, segundo o motivo de não haver utilização da Internet - 4º trimestre de 2018

Motivo de não haver utilização da Internet	Distribuição dos domicílios particulares permanentes em que não havia utilização da Internet (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Falta de interesse em acessar a Internet	34,7	26,6	27,3	42,0	43,4	36,3
Serviço de acesso à Internet era caro	25,4	19,7	32,5	21,7	19,3	22,4
Nenhum morador sabia usar a Internet	24,3	15,1	23,2	26,4	28,4	26,8
Serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio	7,5	25,1	6,7	4,0	4,9	8,2
Equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet era caro	4,7	9,8	6,3	3,0	1,4	3,0
Acesso à Internet era realizado em outro local	2,3	2,3	3,0	1,9	1,7	2,2
Outro motivo	1,1	1,4	1,2	1,0	0,9	1,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Em 2018, no País, em área urbana, os três motivos que mais se destacaram foram os mesmos do total e concentravam 91,5% dos domicílios em que não havia utilização da Internet. O mais alegado foi o mesmo do total e os dois seguintes também ficaram próximos, mas em ordem inversa. Em área rural, quatro motivos se destacaram e as suas participações ficaram entre 20% e 25%. Em conjunto, esses quatro motivos representavam 90,5% dos domicílios em que não havia utilização da Internet. Três deles foram os mesmos mais alegados no total e em área urbana. O outro motivo foi o serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio, que representou 20,8% dos domicílios em que não havia utilização da Internet em área rural, em contraste com somente 1,0% em área urbana.



Em 2018, na área urbana, os três motivos que mais se destacaram em todas as Grandes Regiões foram os mesmos do País, mas não ficaram na mesma sequência nas Regiões Norte e Nordeste. Cabe destacar que o quarto motivo mais frequente da Região Norte foi o serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio (12,1%), que teve participação consideravelmente maior que as das demais (de 1,4% a 5,5%).

Em área rural, os quatro motivos de mais destaque nas Grandes Regiões foram os mesmos do País, mas não na mesma sequência. Na Região Norte, o serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio foi o motivo mais alegado e alcançou 46,4%, vindo depois, em nível muito mais baixo, o resultado da Região Centro-Oeste (28,3%) e, nas demais, variou de 14,1% a 18,6%.

Tabela 1.26 - Domicílios particulares permanentes em que não havia utilização da Internet, por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio e o motivo de não haver utilização da Internet - 4º trimestre de 2018

Situação do domicílio e motivo de não haver utilização da Internet	Distribuição dos domicílios particulares permanentes em que não havia utilização da Internet (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Urbana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Falta de interesse em acessar a Internet	39,4	35,6	31,8	44,3	44,9	39,1
Serviço de acesso à Internet era caro	25,9	27,2	32,8	22,4	21,1	23,8
Nenhum morador sabia usar a Internet	26,1	19,4	25,1	26,5	28,9	29,4
Serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio	1,0	1,8	0,8	1,1	0,9	1,2
Equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet era caro	4,1	12,1	5,5	2,8	1,4	3,0
Outro motivo	3,3	3,9	4,0	2,9	2,7	3,5
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Falta de interesse em acessar a Internet	24,8	18,4	21,6	30,6	39,2	28,1
Serviço de acesso à Internet era caro	24,2	12,8	32,1	18,3	14,5	18,3
Nenhum morador sabia usar a Internet	20,7	11,2	20,7	25,8	27,1	19,1
Serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio	20,8	46,4	14,1	18,6	16,0	28,3
Equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet era caro	5,9	7,7	7,2	4,2	1,2	2,9
Outro motivo	3,6	3,4	4,3	2,5	2,1	3,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

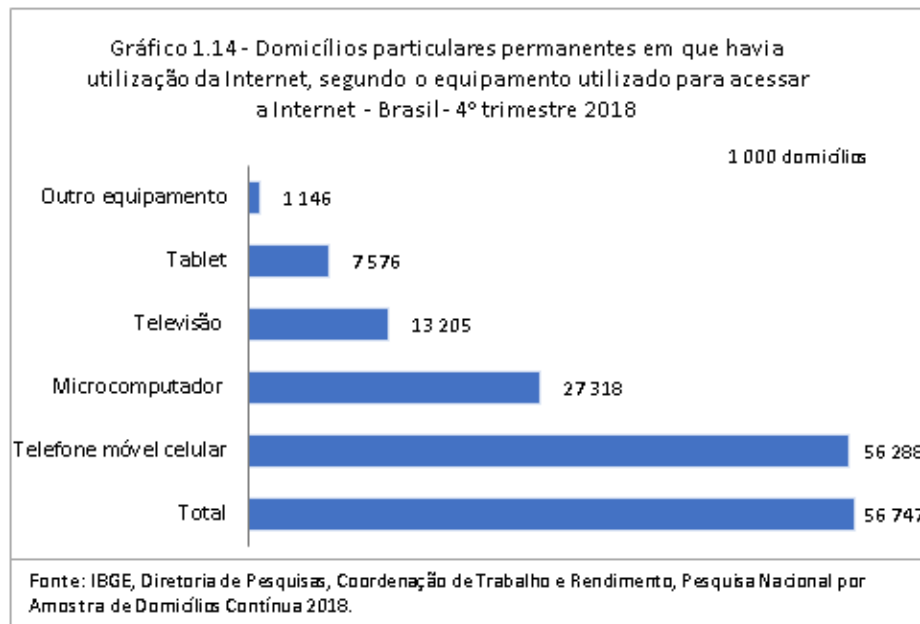
No País, em 2018, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que não havia utilização da Internet devido ao serviço ou o equipamento necessário ser caro (R\$ 591) foi o menor, seguido pelo do serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio (R\$ 630), ambos distantes dos referentes à falta de interesse em acessar à Internet (R\$ 1 193) e nenhum morador sabia usar a Internet (R\$ 1 097).

Esse mesmo comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.

Equipamentos de acesso à Internet no domicílio

Em 2018, no País, dentre os equipamentos utilizados para acessar a Internet no domicílio, o uso do telefone móvel celular continuou na vanguarda e já próximo de alcançar a totalidade dos domicílios. Em seguida, mas abaixo da metade dos domicílios em que havia acesso à Internet, estava o microcomputador. A televisão foi usada para esse fim em perto da metade dos domicílios que utilizaram o

microcomputador para acessar à Internet e a utilização do *tablet* foi ainda menor. O uso de qualquer outro equipamento ficou restrito a 2,0% dos domicílios em que houve utilização da Internet.



Acesso à Internet por telefone móvel celular no domicílio

No período de 2016 a 2018, a utilização do telefone móvel celular para acessar a Internet no domicílio continuou em processo gradual de crescimento e, em 2018, já estava muito próximo da totalidade de domicílios em que havia uso deste equipamento.

No País, em 2018, em 99,2% dos domicílios em que havia utilização da Internet, o telefone móvel celular era utilizado para este fim. Em 2017, este percentual estava em 98,7%. A utilização do telefone móvel celular foi muito elevada, tanto em área urbana como rural. Em 2018, o percentual de domicílios com Internet em que o telefone móvel celular era utilizado para acessá-la alcançou 99,4%, em área rural, e 99,2%, em área urbana.

O crescente uso do telefone móvel celular para acessar a Internet nas Grandes Regiões fez com que os resultados se tornassem cada vez mais próximos no total, em área urbana e em área rural.

Em 2018, o menor percentual de domicílios em que o telefone móvel celular era utilizado para acessar a Internet foi o da Região Sul (99,0%) e o maior, da Região Norte (99,6%). Em pontos percentuais, a diferença entre os extremos estava em 3,0, em 2016, baixou para 1,3, em 2017, e atingiu 0,6, em 2018.

A tabela, a seguir, mostra a evolução da parcela de domicílios em que o telefone móvel celular não era usado para acessar a Internet, no total daqueles em que havia utilização desta rede.

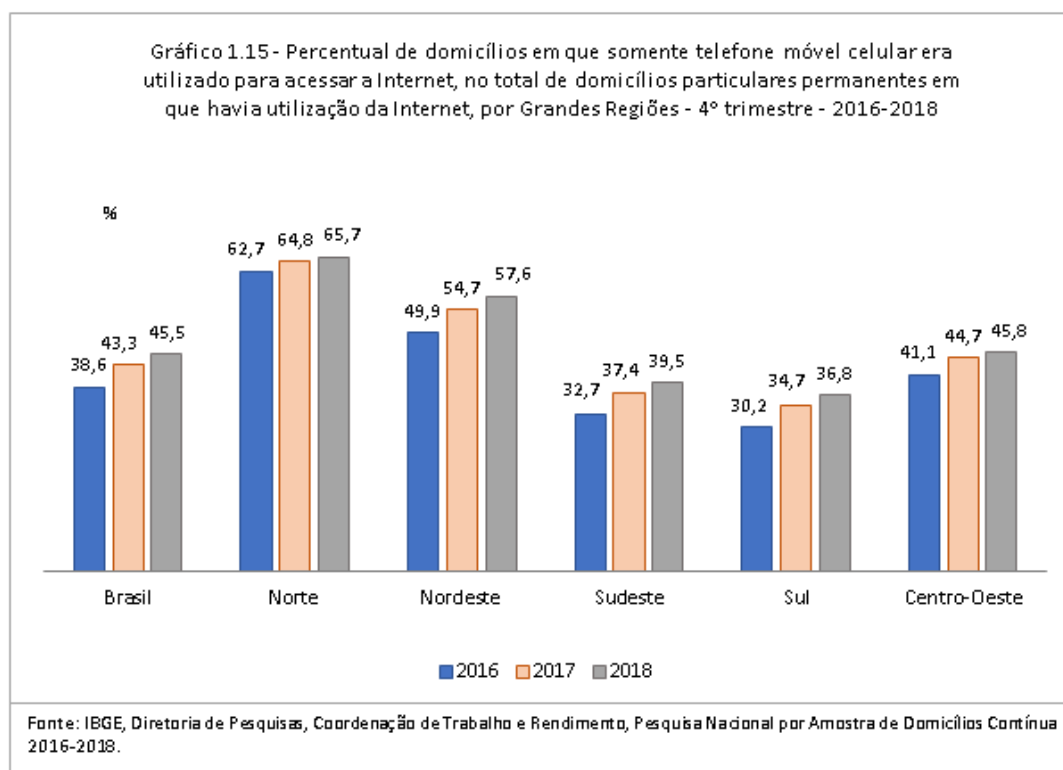
Tabela 1.27 - Percentual de domicílios em que telefone móvel celular não era utilizado para acessar a Internet, no total de domicílios que utilizavam a Internet, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios em que telefone móvel celular não era utilizado para acessar a Internet, no total de domicílios que utilizavam a Internet (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	2,8	1,3	0,8	2,7	1,3	0,8	3,6	1,4	0,6
Norte	1,2	0,6	0,4	1,2	0,6	0,4	2,1	1,3	0,4
Nordeste	2,2	1,0	0,7	2,2	1,0	0,7	2,7	0,9	0,4
Sudeste	3,0	1,4	0,9	3,0	1,4	0,9	2,9	1,1	0,8
Sul	4,2	1,9	1,0	4,0	1,8	1,0	7,1	2,9	1,1
Centro-Oeste	1,5	0,9	0,5	1,4	0,9	0,5	2,4	0,8	0,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

No período de 2016 a 2018, nos domicílios em que havia o uso da Internet constatou-se tendência de crescimento no percentual daqueles que utilizaram somente telefone móvel celular para acessar esta rede, ainda que a evolução de 2017 para 2018 tenha sido menor. Em 2016, esse indicador estava em 38,6%, subiu para 43,3%, em 2017, e passou para 45,5%, em 2018.

Em 2018, nos domicílios em que a Internet era utilizada, a parcela dos que utilizavam somente telefone móvel celular para esta finalidade foi mais elevada na Região Norte (65,7%) e mais baixa na Região Sul (36,8%). De 2017 para 2018, o ímpeto de crescimento deste indicador foi sensivelmente mais reduzido que o ocorrido de 2016 para 2017, em todas as Grandes Regiões.



Acesso à Internet por microcomputador no domicílio

No período de 2016 a 2018, o uso do microcomputador para acessar a Internet no domicílio mostrou nítida tendência de declínio.

No País, em 2018, o microcomputador era usado para acessar a Internet em 48,1% dos domicílios em que havia utilização desta rede. Em 2017, este percentual estava em 52,4%. Também, o percentual dos domicílios em que o microcomputador era o único meio utilizado para acessar a Internet, que já era muito reduzido de 2017 (0,9%), caiu para 0,5%, em 2018.

Nos domicílios em que havia utilização da Internet, o percentual daqueles em que o microcomputador era usado para acessá-la da área urbana manteve-se muito superior ao da área rural e, em ambas as áreas, houve declínio expressivo de 2017 para 2018. Em área urbana, esse percentual caiu de 54,5% para 50,5% e, em rural, de 26,1% para 22,5%. O mesmo sentido de queda foi observado em todas as Grandes Regiões em área urbana e em área rural.

Observou-se, ainda, distinções regionais no nível desse indicador, permanecendo as Regiões Norte e Nordeste como os níveis mais baixos e distantes dos resultados das demais, enquanto o da Região Sul manteve-se como o mais elevado. Esse mesmo comportamento foi observado em área urbana e em área rural.

Em 2018, esse percentual dos domicílios em que o microcomputador era utilizado para acessar a Internet estava em 56,0%, na Região Sul, e ficou em 30,7%, na Região Norte, e 35,8%, na Região Nordeste.

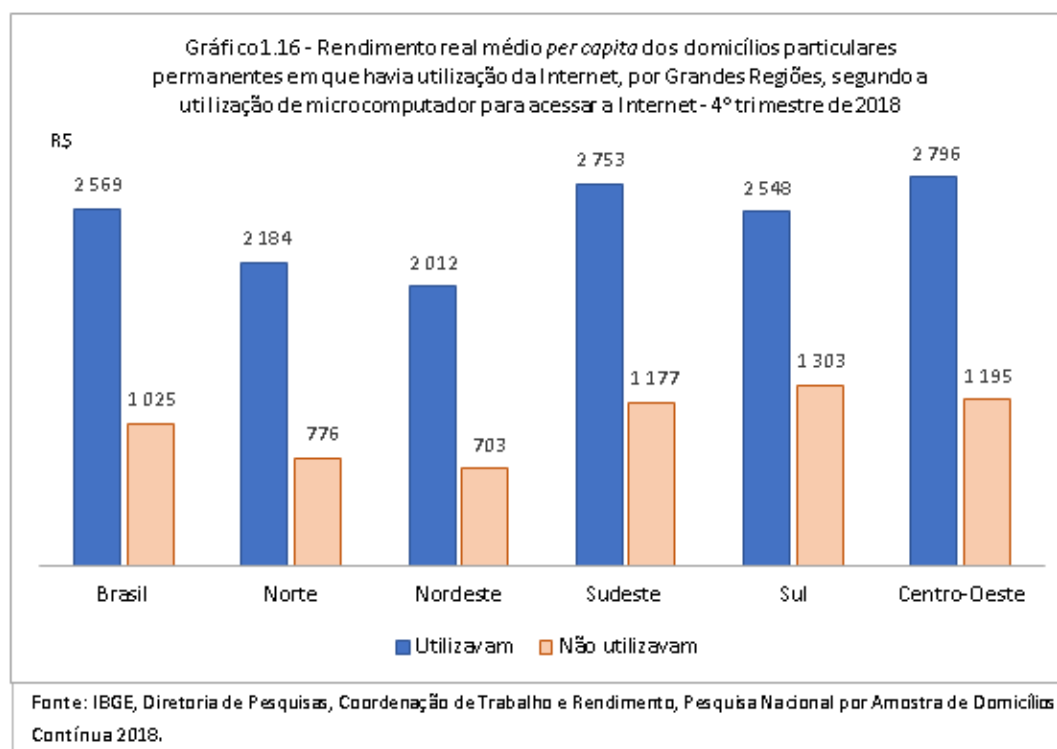
Tabela 1.28 - Percentual de domicílios em que microcomputador era utilizado para acessar a Internet, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios em que microcomputador era utilizado para acessar a Internet, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	57,8	52,4	48,1	59,6	54,5	50,5	39,1	26,1	22,5
Norte	34,4	31,6	30,7	35,7	33,1	32,5	19,0	15,3	13,9
Nordeste	45,9	40,2	35,8	48,9	43,9	39,8	22,9	17,0	14,7
Sudeste	63,9	58,6	54,1	64,9	59,8	55,4	38,1	30,0	25,2
Sul	66,5	60,5	56,0	68,0	62,1	57,9	50,9	43,9	38,9
Centro-Oeste	55,6	51,1	47,9	56,8	52,4	49,3	33,7	28,8	27,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, o microcomputador era usado para acessar a Internet em 22,6% dos domicílios em que havia utilização da Internet no Maranhão, que foi a Unidade da Federação que apresentou o menor valor deste indicador, enquanto o Distrito Federal, deteve o maior (64,5%), que ficou distante do alcançado em Santa Catarina (59,3%), que foi o segundo mais elevado.

Em 2018, no País, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que não havia utilização de microcomputador para acessar a Internet (R\$ 1 025) representou 39,9% daquele dos domicílios em que este equipamento era usado para tal fim (R\$ 2 569). Nas Grandes Regiões, a diferença entre esses dois rendimentos também foi marcante e foi maior na Região Nordeste. Esse rendimento dos domicílios que não utilizavam microcomputador para acessar a Internet representava 51,1% daquele dos que usavam este equipamento, na Região Sul, e caiu para somente 34,9%, na Região Nordeste.



Acesso à Internet por *tablet* no domicílio

No período de 2016 a 2018, verificou-se expressivo sentido de queda nos domicílios em que *tablet* era utilizado para acessar a Internet. Esse movimento de retração, ocorreu tanto em área urbana como rural.

Os domicílios em que *tablet* era utilizado para acessar a Internet representavam 27,7% daqueles que usavam microcomputador para este fim, em 2018.

O *tablet*, como meio de acessar a Internet, era encontrado em 13,4% dos domicílios em que havia utilização desta rede em 2018 e, no ano anterior, em 15,5%. Em 2018, continuou havendo elevada a diferença entre os percentuais de domicílios em que o *tablet* era utilizado para acessar a Internet em área urbana (14,1%) e área rural (4,9%).

Em 2018, nas Grandes Regiões, nos domicílios em que havia utilização da

Internet, a parcela daqueles em que *tablet* era utilizado para acessar esta rede foi mais baixa nas Regiões Norte (7,8%) e Nordeste (9,9%), que apresentaram diferença expressiva em relação aos resultados das demais, sendo o da Região Sudeste (15,5%), o mais elevado. Em área urbana, o máximo desse indicador ocorreu na Região Sudeste (15,9%) e o mínimo na Região Norte (8,2%) e, em área rural, o maior foi o da Região Centro-Oeste (8,5%) e o menor, da Região Nordeste (3,1%).

Tabela 1.27 - Percentual de domicílios em que *tablet* era utilizado para acessar a Internet, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

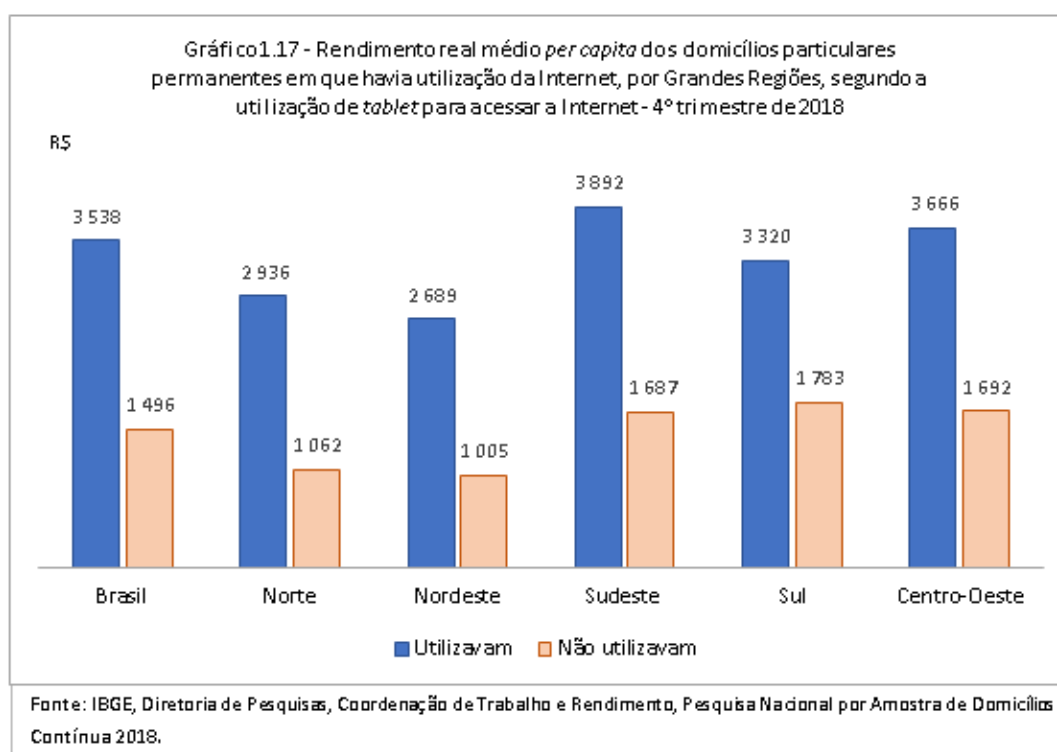
Grandes Regiões	Percentual de domicílios em que <i>tablet</i> era utilizado para acessar a Internet, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	17,8	15,5	13,4	18,4	16,2	14,1	8,2	6,8	4,9
Norte	10,5	9,4	7,8	10,9	9,8	8,2	5,4	5,2	3,3
Nordeste	15,0	11,9	9,9	16,3	13,1	11,2	5,6	4,3	3,1
Sudeste	19,9	17,4	15,5	20,2	17,8	15,9	11,0	8,6	6,4
Sul	18,3	17,2	14,2	19,1	18,0	15,0	9,9	9,2	6,4
Centro-Oeste	17,4	15,9	13,7	17,9	16,3	14,0	9,2	10,0	8,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, nos domicílios em que havia utilização da Internet, o percentual dos que utilizavam *tablet* para acessar esta rede atingiu o máximo no Distrito Federal (24,7%), sendo que este resultado ficou bastante distante do segundo maior, que foi o de São Paulo (16,7%). No outro extremo, ficaram os resultados desse indicador do Maranhão (5,4%) e de Rondônia (5,6%).

Assim como no caso do microcomputador, a diferença entre o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que havia utilização de *tablet* para acessar a Internet e o dos que não usavam este equipamento para tal finalidade foi acentuada.

Em 2018, no País, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que não havia utilização de *tablet* para acessar a Internet (R\$ 1 496) representou 42,3% daquele dos domicílios em que este equipamento era usado para tal fim (R\$ 3 538). Nas Grandes Regiões, a diferença entre esses dois rendimentos também foi elevada, sendo a da Região Norte a maior. Esse rendimento dos domicílios que não utilizavam *tablet* para acessar a Internet representava 53,7% daquele dos que usavam este equipamento, na Região Sul, e baixou para somente 36,2%, na Região Norte.



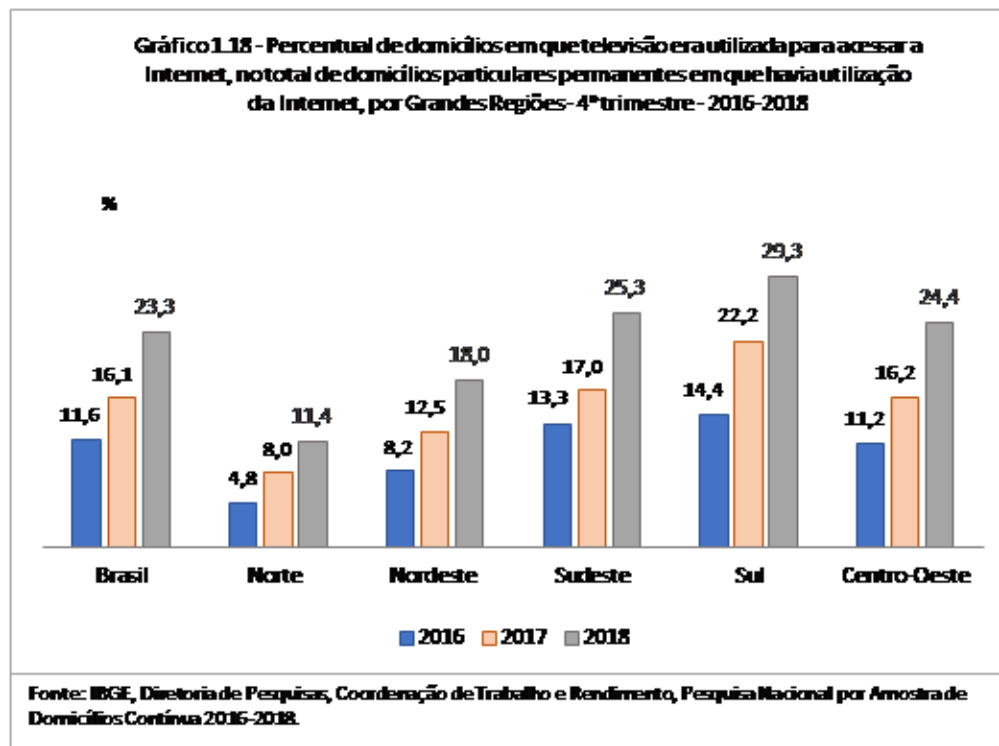
Acesso à Internet por televisão no domicílio

A tendência atual na fabricação de televisores é a integração de novas funcionalidades, como o acesso à Internet. Assim sendo, o processo natural de aquisição de novos aparelhos de televisão vem favorecendo o acesso à Internet nos domicílios por meio deste equipamento.

No período de 2016 a 2018, constatou-se crescimento acelerado no uso da televisão para acessar a Internet nos domicílios em que havia utilização desta rede. De 2016 para 2018, o percentual de domicílios que utilizavam televisão para acessar a Internet dobrou no País. Cabe ressaltar que essa tendência de aumento no uso da televisão foi muito mais forte que a de queda no uso do *tablet*.

No País, nos domicílios em que havia utilização da Internet, a parcela daqueles em que a televisão era usada para acessar esta rede representava 11,6%, em 2016, subiu para 16,1%, em 2017, e alcançou 23,3%, em 2018. Esse acelerado movimento de crescimento ocorreu em todas as Grandes Regiões.

Em 2018, esse percentual de domicílios em que a televisão era utilizada para acessar a Internet foi mais elevado na Região Sul (29,3%) e mais baixo na Região Norte (11,4%).

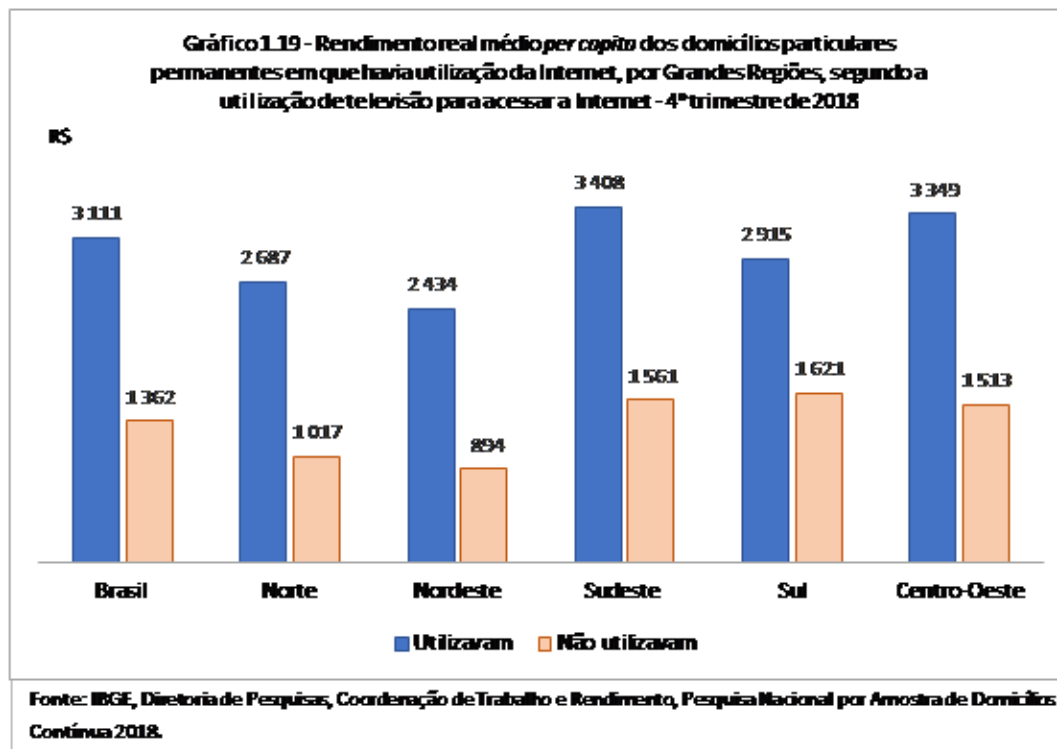


Em 2018, nas Unidades da Federação, nos domicílios em que havia utilização da Internet, o percentual dos que usavam televisão para acessar esta rede foi mais alto em Santa Catarina (35,7%) e no Distrito Federal (35,4%). Este indicador foi mais baixo no Maranhão (7,0%), que foi a única Unidade da Federação que apresentou resultado com apenas um dígito.

Assim como nos casos do microcomputador e do *tablet*, a diferença entre o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que não havia utilização de televisão para acessar a Internet e o dos que usavam este equipamento foi muito acentuada.

Em 2018, no País, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que não havia utilização de televisão para acessar a Internet (R\$ 1 362) representava

43,8% daquele dos domicílios em que este equipamento era usado para tal fim (R\$ 3 111). Nas Grandes Regiões, a diferença entre esses dois rendimentos também foi alta, atingindo o máximo Região Nordeste. Esse rendimento dos domicílios que não utilizavam televisão para acessar a Internet representava 55,6% daquele dos que usavam este equipamento, na Região Sul, e abrangia somente 36,7%, na Região Nordeste.



Tipo de conexão à internet no domicílio

No período de 2016 a 2018, nos domicílios em que havia utilização da Internet, a parcela que utilizava conexão discada foi-se tornando cada vez mais irrelevante, tendo passado de 0,6%, em 2016, para 0,4%, em 2017, e baixado para 0,2%, em 2018, no País. Em 2018, nas Grandes Regiões, o percentual de domicílios em que a conexão discada era utilizada variou de 0,1%, nas Regiões Nordeste e Sudeste, a 0,4%, na Região Centro-Oeste.

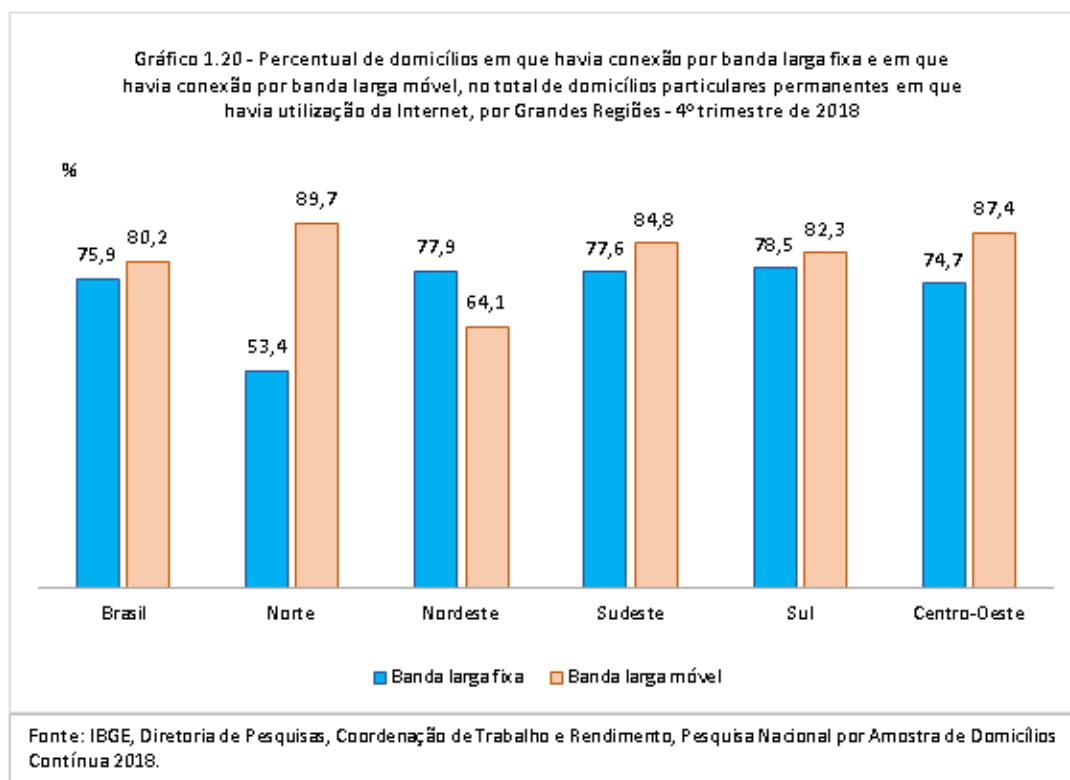
No período de 2016 a 2018, ambos os tipos de conexão por banda larga

mostraram gradual sentido de crescimento nos domicílios, sendo que o nível da banda larga móvel (3G ou 4G) manteve-se mais elevado que o da fixa, ainda que a diferença tenha diminuído lentamente.

Nos domicílios do País em que havia utilização da Internet, o percentual dos que usavam banda larga móvel (3G ou 4G), estava em 77,3%, em 2016, e passou de 78,6% para 80,2%, de 2017 para 2018, enquanto o dos domicílios que utilizavam a banda larga fixa estava em 71,4%, em 2016, e evoluiu de 73,5% para 75,9%, de 2017 para 2018.

Em 2018, nas residências em que havia utilização da Internet nas Grandes Regiões, o percentual de domicílios em que a banda larga fixa era usada ficou em 53,4% na Região Norte, situando-se muito abaixo dos resultados alcançados nas demais, que variaram de 74,7% a 78,5%. No que concerne ao percentual dos domicílios em que havia uso da banda larga móvel, o menor foi o da Região Nordeste (64,1%) e os resultados nas demais ficaram um pouco mais dispersos (de 82,3% a 89,7%).

Cabe ainda observar que a diferença entre o percentual de domicílios em que havia uso banda larga fixa e o referente à banda larga móvel na Região Norte (36,3 p.p.) foi substancialmente maior que nas demais (de 3,8 p.p a 13,8 p.p.) e, ainda, que a Região Nordeste foi a única em que o percentual de domicílios em que havia uso da banda larga móvel (64,1%) foi menor que o da banda larga fixa (77,9%). Esse comportamento foi semelhante ao ocorrido em 2017.



No período de 2016 a 2018, nos domicílios em que havia utilização da Internet no País, o percentual daqueles em que a banda larga fixa era utilizada apresentou sentido de crescimento, tanto em área urbana como em área rural. Entretanto, o movimento desse indicador da área rural foi mais acelerado, reduzindo sensivelmente a diferença em relação ao da área urbana. Em 2016, essa diferença, em pontos percentuais, estava em 22,5, baixou para 19,4, em 2017, e chegou a 15,5, em 2018.

De 2017 para 2018, no País, esse percentual de domicílios em que havia utilização da banda larga fixa ascendeu de 74,9% para 77,2%, em área urbana, e de 55,1% para 61,7%, em área rural.

No período de 2016 a 2018, nos domicílios em que havia utilização da Internet no País, o percentual daqueles em que a banda larga móvel era usada mostrou sentido de crescimento em área urbana e de decréscimo em área rural, ampliando consideravelmente a diferença entre os resultados destas duas áreas. Cabe observar que a diferença entre os resultados desse indicador em área urbana e

rural estava em 4,7 pontos percentuais em 2016, mas, em decorrência das evoluções em sentidos contrários, atingiu 16,3 pontos percentuais, em 2018.

De 2017 para 2018, o percentual de domicílios em que havia uso de banda larga móvel subiu de 79,4% para 81,6%, em área urbana, e caiu de 67,5% para 65,3%, em área rural.

Tabela 1.30 - Percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa e em que havia conexão por banda larga móvel, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet, segundo a situação do domicílio - Brasil - 4º trimestre - 2016-2018

Situação do domicílio	Percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet (%)			Percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga móvel, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet (%)		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Total	71,4	73,5	75,9	77,3	78,6	80,2
Urbana	72,9	74,9	77,2	77,6	79,4	81,6
Rural	50,4	55,5	61,7	72,9	67,5	65,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, em todas as Grandes Regiões, o percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa nas residências que utilizavam a Internet da área urbana superou o da área rural, o mesmo ocorrendo no caso dos domicílios que utilizavam conexão por banda larga móvel. A diferença mais reduzida (2,9 p.p.) ocorreu entre os resultados desse indicador de banda larga móvel das áreas urbana (84,9%) e rural (82,0%) da Região Sudeste.

Esse percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa em área urbana foi menor na Região Norte (54,5%) e mais elevado na Região Sul (80,1%), sendo que os das demais ficaram no intervalo fechado de 75,3% a 79,5%. Na área rural, o mínimo desse indicador ocorreu na Região Norte (43,3%) e máximo, na Região Nordeste (69,4%), ficando os resultados das demais mais dispersos (51,4% a 66,0%). No caso do percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga móvel em área urbana, o mais baixo foi o da Região Nordeste (66,7%) e o mais alto, da Região Norte, que alcançou 91,4%, enquanto os resultados das demais variaram de 83,2% a 88,9%. Em área rural, os extremos do indicador referente à conexão por banda larga móvel ocorreram na Região Nordeste (50,3%) e na Região Sudeste (82,0%) e os resultados das demais ficaram de 66,3% a 74,1%.

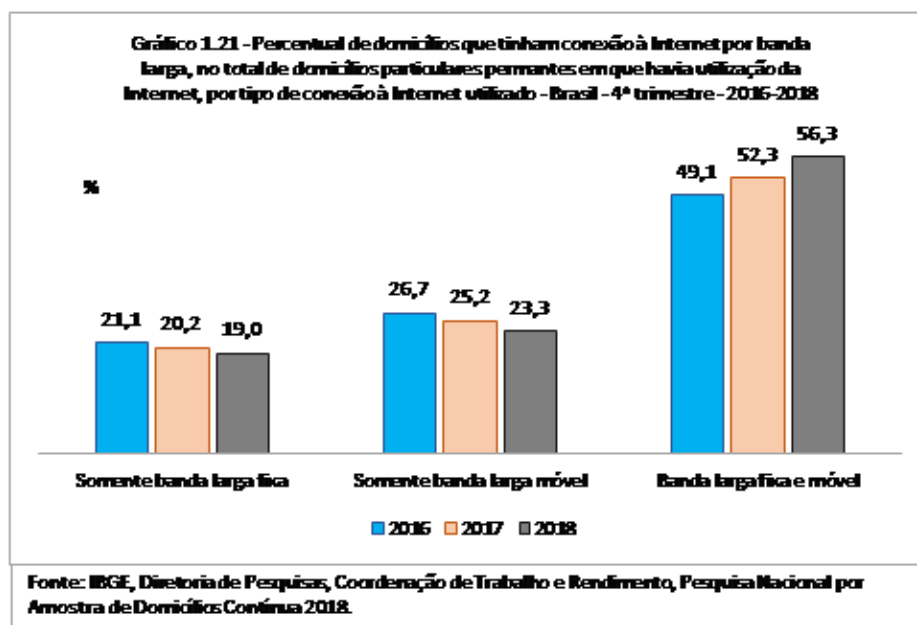
Tabela 1.31 - Percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa e em que havia conexão por banda larga móvel, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet (%)			Percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga móvel, no total de domicílios particulares permanentes em que havia utilização da Internet (%)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Brasil	75,9	77,2	61,7	80,2	81,6	65,3
Norte	53,4	54,5	43,3	89,7	91,4	74,1
Nordeste	77,9	79,5	69,4	64,1	66,7	50,3
Sudeste	77,6	78,7	51,4	84,8	84,9	82,0
Sul	78,5	80,1	63,7	82,3	83,2	74,0
Centro-Oeste	74,7	75,3	66,0	87,4	88,9	66,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

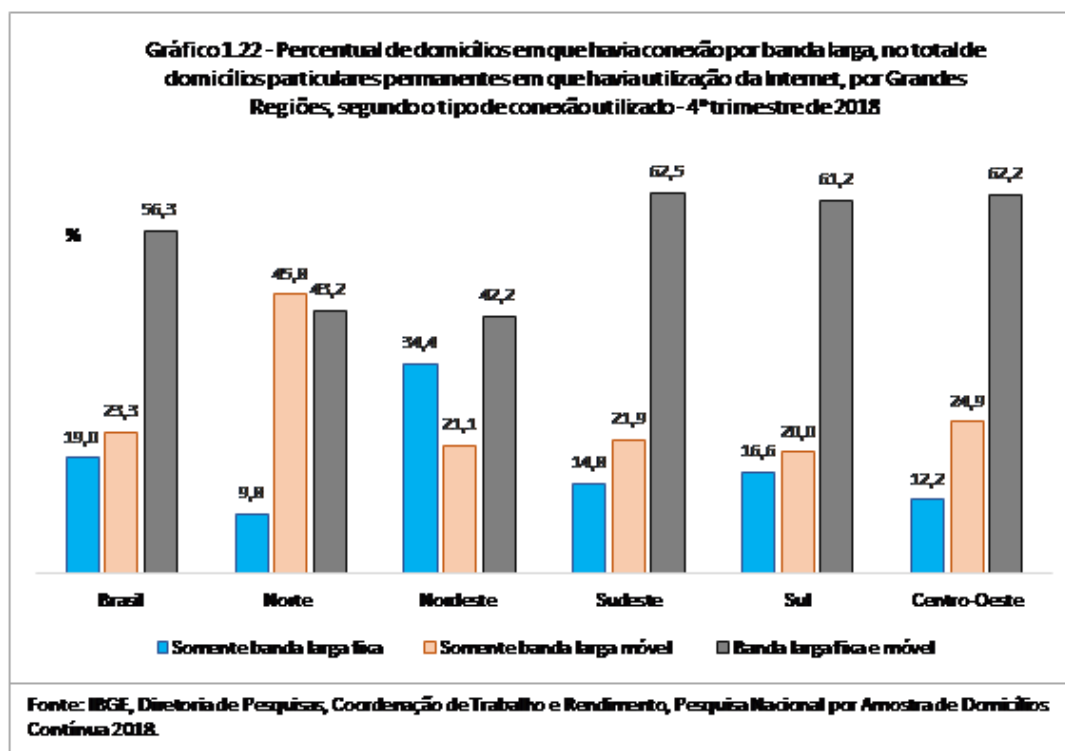
No período de 2016 a 2018, constatou-se tendência de crescimento dos domicílios em que eram utilizados os dois tipos de banda larga. Em consequência, ocorreu sentido de retração, ainda que reduzido, nos domicílios que utilizavam somente a conexão à Internet por banda larga fixa e somente por banda larga móvel.

De 2017 para 2018, nos domicílios em que havia utilização da Internet, o percentual de domicílios em que havia conexão por banda larga fixa e móvel subiu de 52,3% para 56,3%, enquanto o dos domicílios em que era utilizada somente a conexão por banda larga móvel passou de 25,2% para 23,3% e naqueles em que havia somente o uso de conexão por banda larga fixa, de 20,2% para 19,0%.



Em 2018, os percentuais de domicílios em que havia uso dos dois tipos de banda larga nas residências em que havia utilização da Internet das Regiões Norte (43,2%) e Nordeste (42,2%) permaneceram substancialmente abaixo dos alcançados nas demais, que variaram de 61,2% a 62,5%. Já no que se refere ao percentual dos domicílios em que somente a banda larga móvel era utilizada, o resultado da Região Norte (45,8%) foi acentuadamente mais elevado que os das demais, que ficaram no intervalo fechado de 20,0% a 24,9%. No caso do percentual dos domicílios em que somente a banda larga fixa era utilizada, o destaque foi o resultado da Região Nordeste que atingiu 34,4%, enquanto os das demais variaram de 9,8% a 16,6%.

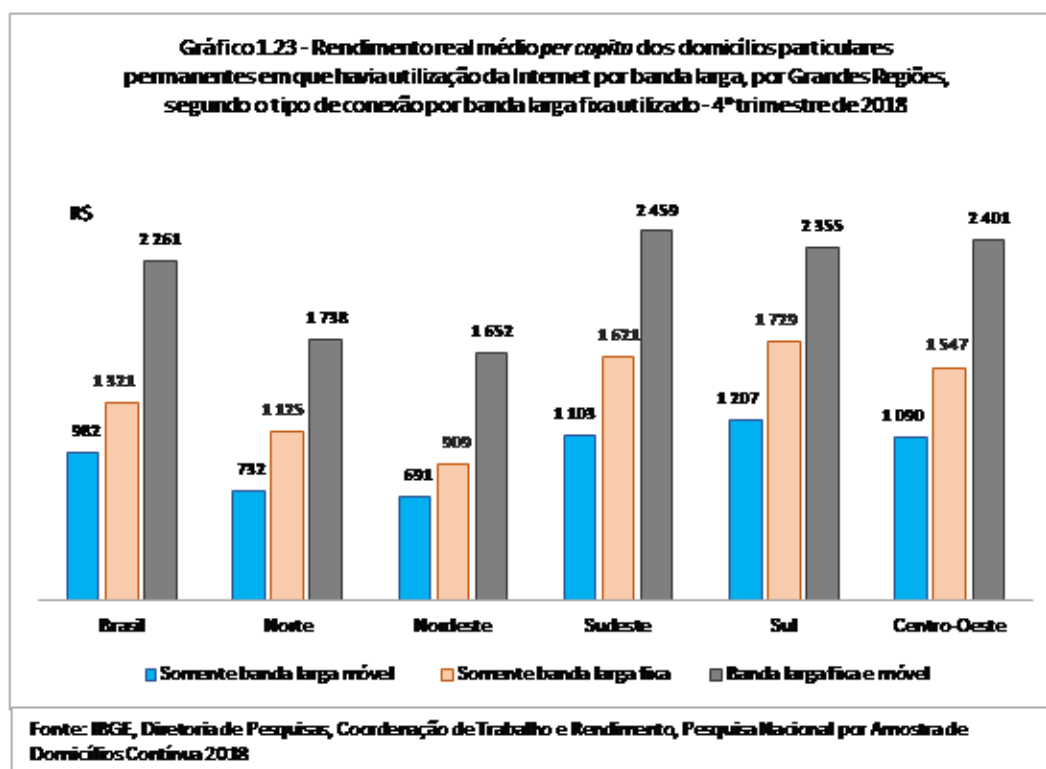
Cabe, ainda, citar que a Região Norte foi a única em que o percentual de domicílios em que havia conexão pelos dois tipos de banda larga foi superado pelos que usavam somente banda larga móvel e que apenas na Região Nordeste o percentual de domicílios com conexão somente por banda larga fixa suplantou o daqueles somente com banda larga móvel e com grande diferença.



Em 2018, nos domicílios em que havia utilização da Internet, o percentual dos que tinham conexão por banda larga fixa foi mais baixo no Pará (47,2%), que foi a única Unidade da Federação cujo resultado ficou abaixo de 50%, e atingiu o máximo em Pernambuco (87,5%). No caso da conexão por banda larga móvel, os percentuais extremos foram o do Rio Grande do Norte, com 49,0%, que foi a única Unidade da Federação cujo resultado não alcançou 50%, e o do Amazonas, com 97,4%.

No País e em todas as Grandes Regiões, o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que havia conexão à Internet somente por banda larga móvel foi expressivamente inferior ao daqueles em que havia conexão somente por banda larga fixa. Por sua vez, esse rendimento dos domicílios em que havia conexão à Internet por banda larga fixa e móvel suplantou o daqueles que tinham conexão somente por banda larga fixa.

No País, em 2018, esse rendimento foi de R\$ 982 nos domicílios somente com conexão à Internet por banda larga móvel, de R\$ 1 321, no caso dos que tinham somente banda larga fixa e de R\$ 2 261, nos que conexão pelos dois tipos de banda larga.



Funcionamento de serviço de rede móvel celular no domicílio

Algumas áreas estão fora do alcance do sinal da rede móvel celular de qualquer operadora ou somente de determinadas operadoras. Assim, foi investigado se algum serviço de rede móvel celular, seja para telefonia ou Internet, funcionava no domicílio. Essa não é uma medida que possa dar resposta com toda segurança, pois a informação obtida referiu-se ao funcionamento de serviço de operadoras de rede móvel celular que os moradores utilizavam ou que alguém que esteve no domicílio ali a usou. Ainda que incompleta, esta informação pode dar uma visão da situação existente.

De 2016 para 2017, observou-se forte aumento no número de domicílios em que foi informado que o serviço de rede móvel celular ali funcionava, para Internet ou para telefonia, o que ocorreu tanto em área urbana como em área rural. Entretanto, esse movimento arrefeceu, não havendo crescimento expressivo de

2017 para 2018. O resultado desse indicador da área rural permaneceu em nível substancialmente inferior ao da área urbana.

De 2017 para 2018, no total de domicílios do País, o percentual daqueles em que o serviço de rede móvel celular funcionava, para Internet ou telefonia, passou de 88,6% para 89,2%, no total, de 91,9% para 92,4%, em área urbana, e de 67,8% para 68,5%, em área rural.

Em 2018, o percentual de domicílios em que o serviço de telefonia móvel celular funcionava, para Internet ou telefonia, em área urbana variou de 89,7%, na Região Nordeste, a 93,7%, na Região Centro-Oeste. Em área rural, a dispersão dos resultados foi muito maior, ficando o máximo na Região Sudeste (79,4%) e o mínimo, na Região Norte (50,9%).

Tabela 1.30 - Percentual de domicílios em que serviço de telefonia móvel celular funcionava, no total de domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de domicílios em que serviço de telefonia móvel celular funcionava, no total de domicílios particulares permanentes (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	85,5	88,6	89,2	89,1	91,9	92,4	63,0	67,8	68,5
Norte	80,4	83,6	84,0	90,7	92,5	93,2	45,1	52,4	50,9
Nordeste	79,6	83,8	83,7	85,9	89,8	89,7	60,1	65,1	65,3
Sudeste	89,4	91,6	92,6	90,6	92,6	93,5	72,5	76,3	79,4
Sul	85,5	90,0	90,3	87,4	91,9	92,2	72,8	77,4	77,6
Centro-Oeste	88,4	90,6	91,4	90,9	93,0	93,7	65,4	68,1	70,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Nos domicílios das Unidades da Federação, em 2018, o percentual daqueles em que o serviço de telefonia móvel celular funcionava, para Internet ou telefonia, atingiu o máximo no Distrito Federal (98,1%), sendo o de Minas Gerais (95,1%) o segundo maior. No outro extremo, ficaram o do Maranhão (77,6%) e do Acre (78,7%), que foram as únicas Unidades da Federação com resultados abaixo de 80%.

A diferença entre o rendimento real médio *per capita* dos domicílios em que o serviço de telefonia móvel celular funcionava, para Internet ou telefonia e o daqueles em que não funcionava foi elevada no País e em todas as Grandes Regiões.

Em 2018, no País, esse rendimento dos domicílios em que não havia

funcionamento do serviço de telefonia móvel celular (R\$ 936), representava 55,9% daquele dos domicílios em que havia este funcionamento (R\$ 1 674).

Em área urbana, a diferença entre esses rendimentos dos domicílios em que havia e não havia funcionamento do serviço de telefonia móvel foi expressivamente maior que em área rural.

No País, em área urbana, esse rendimento dos domicílios em que não havia funcionamento do serviço de telefonia móvel representava 63,2% daquele dos domicílios em que havia este funcionamento e, em área rural, 79,8%. A menor diferença entre esses dois rendimentos ocorreu na área rural da Região Nordeste.

Tabela 1.33 - Rendimento real médio *per capita* dos domicílios particulares permanentes, por Grandes Região, segundo a situação do domicílio e o funcionamento de serviço de rede móvel celular para telefonia ou Internet no domicílio - 4º trimestre de 2018

Situação do domicílio e funcionamento de serviço de rede móvel celular para telefonia ou Internet no domicílio	Rendimento real médio <i>per capita</i> dos domicílios particulares permanentes (R\$)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	1 596	1 048	1 010	1 906	1 862	1 816
Funcionava	1 674	1 128	1 085	1 957	1 920	1 879
Não Funcionava	936	607	627	1 249	1 333	1 150
Urbana	1 722	1 164	1 168	1 967	1 950	1 877
Funcionava	1 771	1 192	1 215	2 011	1 997	1 926
Não Funcionava	1 119	727	761	1 333	1 408	1 147
Rural	783	632	529	982	1 274	1 257
Funcionava	835	706	536	1 009	1 311	1 302
Não Funcionava	666	550	511	868	1 162	1 157

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE

UTILIZAÇÃO DA INTERNET

A investigação da utilização pessoal da Internet, por qualquer meio e em qualquer local, abrangeu as pessoas de 10 anos ou mais de idade e focou na sua ocorrência pelo menos em algum momento, no período de referência dos últimos três meses, que foram os últimos 90 dias que antecederam a data da entrevista no domicílio.

Utilização da Internet, no período de referência dos últimos três meses

A Internet é um meio de comunicação e obtenção de informação muito poderoso que atende a diversos fins e o seu uso está cada vez mais comum.

A propensão das pessoas em utilizarem novas tecnologias da informação e comunicação, como é o caso a Internet, é influenciada por um conjunto de fatores (idade, nível de instrução, situação de ocupação etc.). Entretanto, a aplicação das novas tecnologias em diversas atividades industriais, comerciais e de serviços, impele a sua utilização pela população em geral. Assim, o uso da Internet está se disseminando e ganhando impulso até em segmentos que seriam menos propensos a utilizarem esta rede. Os resultados desta pesquisa sobre TIC vêm permitindo acompanhar a evolução do seu uso pela população em geral e de acordo com determinadas características.

Em 2018, na população de 181 869 mil pessoas de 10 anos ou mais de idade do País, cerca de $\frac{3}{4}$ utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses. Esse resultado mostrou que o elevado crescimento na parcela de pessoas que utilizaram a Internet de 2016 para 2017, foi mantido de 2017 para 2018. Esse ritmo de crescimento ocorreu tanto para os homens como para as mulheres e continuou mais acelerado em área rural.

De 2017 para 2018, na população de 10 anos ou mais de idade do País, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos

últimos três meses, cresceu de 74,8% para 79,4%, em área urbana, mantendo-se em nível muito mais elevado que em área rural, que aumentou de 39,0% para 46,5%. Em 2018, em área urbana, esse indicador dos homens ainda permaneceu no mesmo patamar daquele das mulheres, enquanto que, em área rural, o do contingente feminino continuou mais alto que o do masculino, sendo a diferença de 6,1 p.p. (pontos percentuais).

Tabela 2.1 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo o sexo - Brasil - 4º trimestre - 2016-2018

Sexo	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Total	64,7	69,8	74,7	70,0	74,8	79,4	32,6	39,0	46,5
Homens	63,9	68,8	73,6	70,0	74,7	79,1	30,4	36,3	43,6
Mulheres	65,5	70,7	75,7	70,1	75,0	79,6	35,1	41,9	49,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Nas Grandes Regiões, de 2017 para 2018, também foi mantido o sentido de crescimento no percentual de pessoas que acessaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, tanto em área urbana como em área rural.

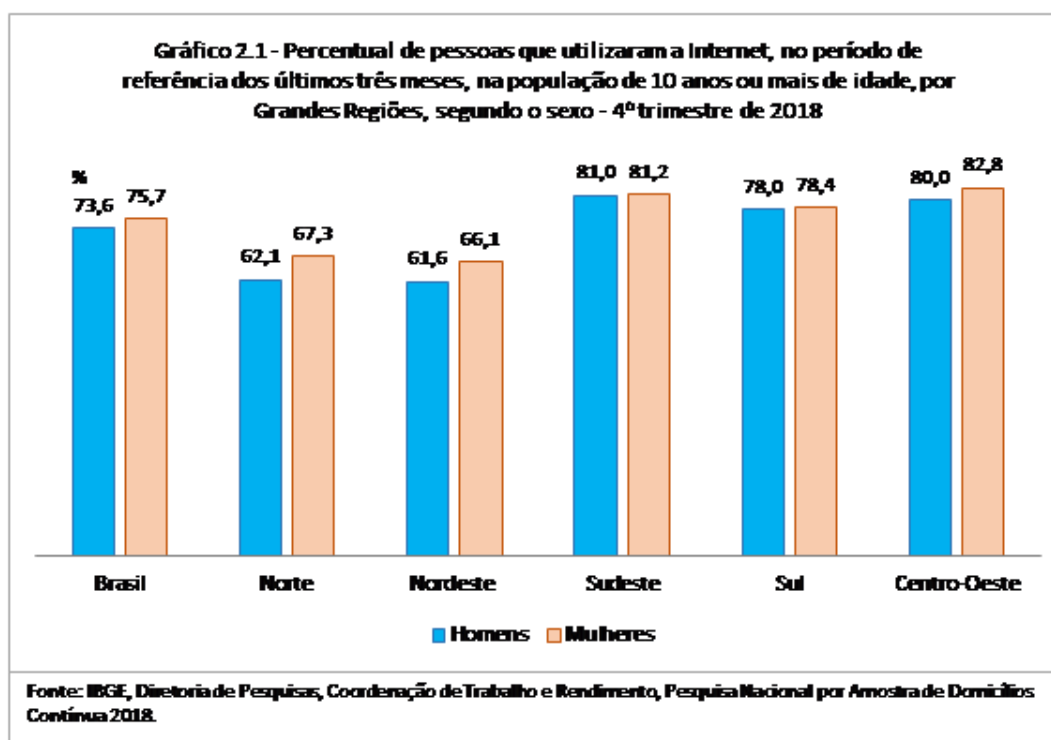
Em 2018, assim como nos dois anos anteriores, os resultados desse percentual de pessoas que acessaram a Internet das Regiões Norte (64,7%) e Nordeste (64,0%) permaneceram nitidamente inferiores aos alcançados nas demais. Apesar do crescimento desse indicador continuar mais acelerado em área rural, a diferença em relação ao da área urbana ainda era acentuada, sendo que a da Região Norte foi a maior (74,0%, na urbana, e 32,6%, na rural).

Tabela 2.2 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	64,7	69,8	74,7	70,0	74,8	79,4	32,6	39,0	46,5
Norte	54,4	60,1	64,7	63,6	69,7	74,0	23,3	27,0	32,6
Nordeste	52,2	58,4	64,0	60,7	66,6	71,6	26,9	33,6	41,5
Sudeste	72,3	76,5	81,1	74,4	78,4	82,8	42,4	49,5	56,7
Sul	67,9	73,2	78,2	72,0	76,9	81,4	42,9	49,4	57,5
Centro-Oeste	71,7	76,6	81,5	74,5	79,2	83,6	44,2	51,9	61,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, no contingente masculino de 10 anos ou mais de idade, a parcela que utilizou a Internet no País, no período de referência dos últimos três meses, representou 73,6% e, no feminino, 75,7%. Nas Regiões Sul e Sudeste, não houve diferença significativa entre os resultados desse indicador dos homens e das mulheres. Nas demais, o das mulheres superou o dos homens, sendo que as diferenças mais expressivas entre os indicadores dos dois sexos ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste.



Em 2018, dentre os resultados do percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, o do Distrito Federal (90,3%) foi, destacadamente, o maior. Os dois resultados seguintes mais elevados foram os do Rio de Janeiro (83,7%) e de São Paulo (83,4%) e, no outro extremo, ficou o do Maranhão (52,7%).

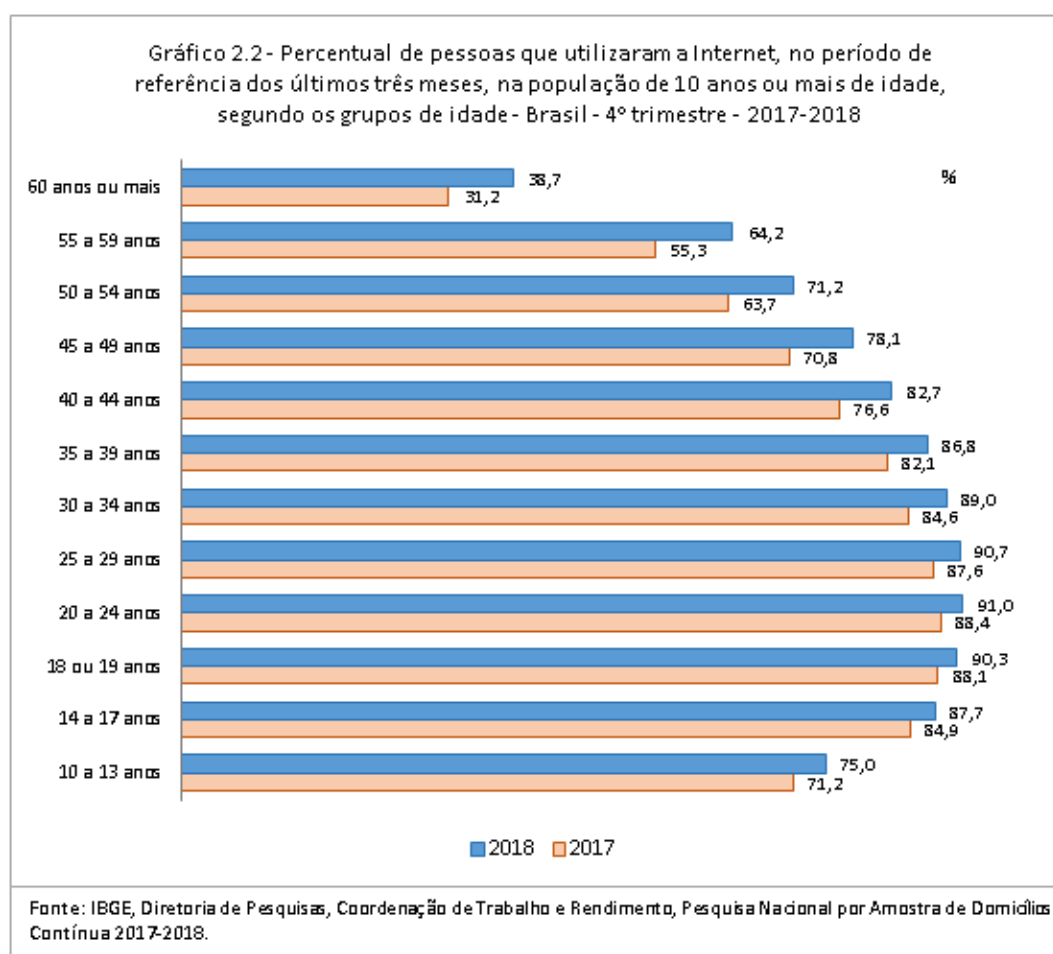
Utilização da Internet, por grupos de idade

A idade é um dos fatores que influenciam no uso da Internet.

Ainda que venha crescendo em todas as idades, os resultados mostraram que a utilização da Internet continuou sendo maior entre os adultos jovens de 18 a 29 anos de idade, mas com crescimento acelerado nas idades mais elevadas, o que pode ter sido propiciado pela evolução nas facilidades para o uso desta tecnologia e na sua disseminação no cotidiano da sociedade.

No País, a variação do percentual de pessoas que utilizaram a Internet de 2018 em relação ao de 2017 foi mais baixa no grupo etário de 18 ou 19 anos (2,5%), foi crescendo com o aumento da idade e alcançou 24,0%, no de 60 anos ou mais.

Em 2018, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, foi de 75,0%, no grupo etário de 10 a 13 anos, cresceu sucessivamente nos seguintes e alcançou o máximo no de 20 a 24 anos (91,0%), passando depois a declinar até atingir 38,7%, no de 60 anos ou mais.



Cabe ressaltar que, em 2018, no País, o percentual de mulheres que utilizaram a Internet, na população feminina de 10 anos ou mais de idade ficou

acima daquele da masculina em todos os grupos etários, ainda que no de 60 anos ou mais a diferença tenha sido insignificante. Em 2016 e 2017, somente nesse grupo etário, os resultados dos homens estavam um pouco maiores que os das mulheres.

Tabela 2.3 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 4º trimestre - 2016-2018

Grupos de idade	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	2016		2017		2018	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	63,9	65,5	68,8	70,7	73,6	75,7
10 a 13 anos	65,2	67,6	69,6	72,8	73,7	76,4
14 a 17 anos	80,2	85,2	82,8	87,1	86,1	89,5
18 ou 19 anos	83,3	87,6	86,8	89,5	89,0	91,6
20 a 24 anos	83,5	87,1	87,0	89,8	89,7	92,3
25 a 29 anos	82,0	85,6	85,7	89,4	88,8	92,5
30 a 34 anos	77,8	82,0	82,3	86,7	87,2	90,8
35 a 39 anos	73,0	78,8	79,5	84,5	84,5	88,8
40 a 44 anos	66,7	72,6	73,3	79,6	79,9	85,2
45 a 49 anos	60,2	65,4	67,8	73,4	75,1	80,7
50 a 54 anos	53,2	58,1	60,4	66,6	68,2	73,8
55 a 59 anos	47,0	49,1	52,8	57,4	60,9	66,9
60 anos ou mais	25,5	24,2	31,8	30,7	38,2	39,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

As diferenças regionais também foram perceptíveis no percentual de pessoas que utilizaram a Internet, por grupos de idade. Os resultados das Regiões Norte e Nordeste ficaram sensivelmente abaixo daqueles das demais em todos os grupos etários.

Tabela 2.4 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 4º trimestre de 2018

Grupos de idade	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	74,7	64,7	64,0	81,1	78,2	81,5
10 a 13 anos	75,0	52,1	65,0	85,6	84,0	81,7
14 a 17 anos	87,7	72,8	80,7	94,6	94,1	92,8
18 ou 19 anos	90,3	78,8	83,9	95,5	95,4	95,2
20 a 24 anos	91,0	79,7	84,8	95,7	95,1	95,9
25 a 29 anos	90,7	78,9	83,3	96,0	94,6	95,7
30 a 34 anos	89,0	76,9	79,9	94,8	94,8	94,7
35 a 39 anos	86,8	75,3	75,6	93,1	92,3	92,8
40 a 44 anos	82,7	71,3	69,2	90,3	88,6	88,6
45 a 49 anos	78,1	66,4	61,9	86,3	83,9	84,9
50 a 54 anos	71,2	58,6	53,8	80,1	76,0	78,5
55 a 59 anos	64,2	49,2	46,0	73,2	68,7	69,1
60 anos ou mais	38,7	27,8	24,2	46,9	39,7	43,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Utilização da Internet, por condição de estudante

A estrutura etária da população de estudantes é mais jovem que a dos não estudantes, sendo um dos fatores que pode causar reflexos sensíveis na utilização da Internet por estes dois contingentes.

Em 2018, os estudantes representavam 19,9% da população de 10 anos ou mais de idade do País.

De 2017 para 2018, o contingente que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população estudantil de 10 anos ou mais de idade do País, passou de 84,0% para 86,6%, permanecendo em nível substancialmente mais elevado que o da não estudantil, que, entretanto, teve crescimento mais acelerado (de 66,2% para 71,8%).

Entre os estudantes da rede privada o percentual dos que utilizaram a Internet passou de 97,6% para 98,2%, de 2017 para 2018. No caso dos estudantes da rede pública, o percentual dos que utilizaram a Internet ficou abaixo daquele dos estudantes da rede privada, mas a diferença reduziu-se de 19,1 p.p. (pontos

percentuais), em 2017, para 16,5 p.p., em 2018. O mesmo comportamento foi observado nas parcelas masculina e feminina.

O confronto dos resultados dos contingentes masculino e feminino mostrou que o percentual mulheres estudantes da rede pública que utilizaram a Internet ficou perceptivelmente acima daquele dos homens, enquanto que na rede privada a diferença foi insignificante.

Tabela 2.5 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a condição de estudante e a rede de ensino que frequentavam - Brasil - 4º trimestre - 2016-2018

Condição de estudante e rede de ensino que frequentavam	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)								
	Total			Sexo					
				Homens			Mulheres		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Total	64,7	69,8	74,7	63,9	68,8	73,6	65,5	70,7	75,7
Estudantes	81,2	84,0	86,6	79,5	82,3	85,2	82,9	85,7	87,9
Rede pública	75,0	78,5	81,7	73,3	76,9	80,6	76,7	80,1	82,9
Rede privada	97,4	97,6	98,2	97,3	97,5	98,0	97,5	97,7	98,4
Não estudantes	60,4	66,2	71,8	59,7	65,3	70,7	61,1	67,0	72,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, nas Grandes Regiões, também ocorreram diferenças expressivas entre os percentuais de pessoas que utilizaram a Internet nas populações estudantil e não estudantil. Essa diferença foi menor na Região Norte (9,2 p.p.) e variou de 12,2 p.p a 19,3 p.p., nas demais. As maiores diferenças entre o percentual de pessoas que utilizaram a Internet no contingente de estudante da rede pública e o da rede privada ocorreram nas Regiões Norte (30,2 p.p.) e Nordeste (23,9 p.p.), ficando as das demais no intervalo fechado de 8,4 p.p. a 10,7 p.p.

Tabela 2.6 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo a condição de estudante e a rede de ensino que frequentavam - 4º trimestre de 2018

Condição de estudante e rede de ensino que frequentavam	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	74,7	64,7	64,0	81,1	78,2	81,5
Estudantes	86,6	71,6	79,1	93,3	92,5	91,1
Rede pública	81,7	65,4	73,4	90,4	89,3	87,8
Rede privada	98,2	95,6	97,3	98,8	99,1	98,5
Não estudantes	71,8	62,4	59,8	78,4	74,9	78,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Em 2018, o Maranhão foi a Unidade da Federação que apresentou o menor percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, tanto no contingente estudantil (61,2%), como no não estudantil (50,0%). O Distrito Federal deteve o resultado mais elevado desse indicador, tanto na população estudantil (95,0%) como na não estudantil (88,9%).

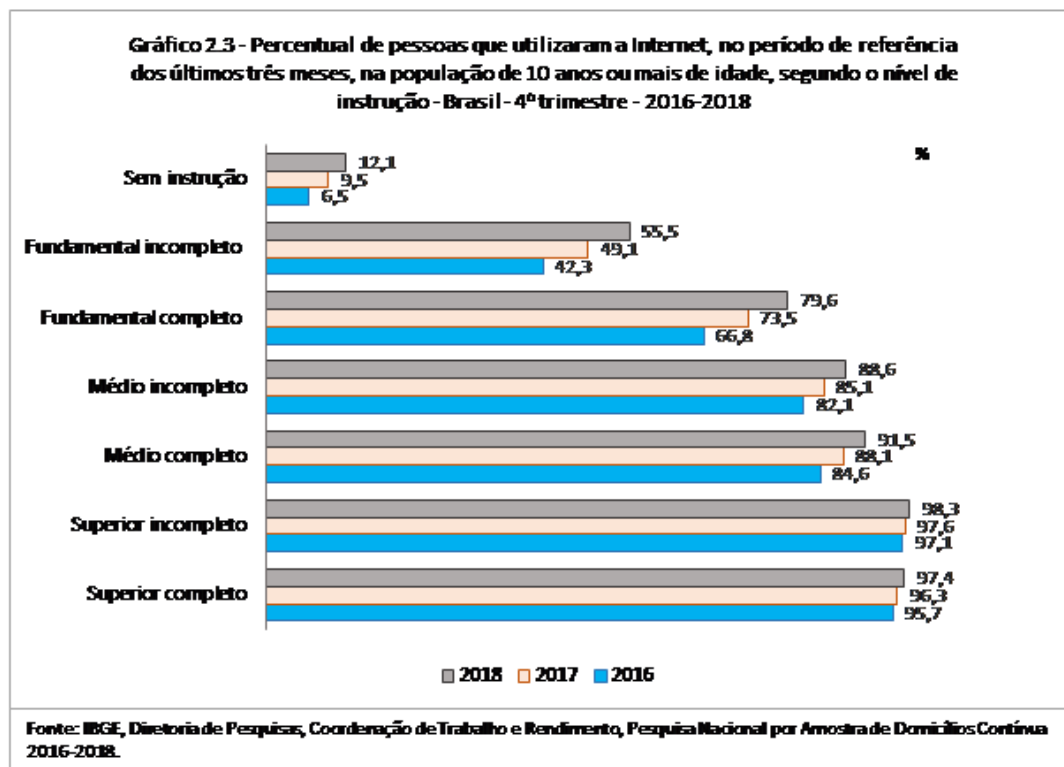
Utilização da Internet, por nível de instrução

O nível de instrução é outra característica que também influencia na utilização da Internet. A propensão das pessoas em utilizar a Internet, aumenta com a elevação do nível de instrução. Entretanto, a disseminação do uso da Internet nas mais diversas atividades e as crescentes facilidades no seu acesso, vem impulsionando a sua utilização em segmentos de níveis de instrução mais baixos.

Os resultados de 2016 a 2018 mostraram que a utilização da Internet se expandiu com mais intensidade nos níveis de instrução menores.

Em 2018, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade estava em 12,1%, no nível sem instrução, subiu para 55,5%, no fundamental incompleto, e continuou a aumentar com a elevação do nível de instrução, atingindo 98,3%, no superior incompleto, e passando para 97,4%, no superior completo. O resultado mais elevado para as pessoas de nível superior incompleto refletiu o fato deste grupo concentrar uma parcela mais alta de

estudantes e ter uma estrutura etária mais jovem do que o das pessoas com nível superior completo.



Não houve diferença acentuada entre os percentuais dos homens e mulheres que utilizaram a Internet, em cada nível de instrução, sendo que a maior foi a referente ao ensino fundamental incompleto (56,2%, para as mulheres, e 54,9%, para os homens).

O percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, no contingente de cada nível de instrução continuou diferenciado regionalmente em 2018. A dispersão dos resultados desse indicador nas Grandes Regiões permaneceu pequena nos dois níveis de instrução mais elevados. A menor foi observada no superior incompleto (variou de 97,6%, na Região Norte, a 98,6%, na Região Sul), vindo depois a do superior completo (de 95,8%, na Região Norte, a 98,1%, nas Regiões Sul e Centro-Oeste). Nos demais níveis, a diferença entre os extremos foi acentuada. Em todos os níveis, os resultados das Regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo e distanciados daqueles das demais.

Tabela 2.7 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o nível de instrução - 4º trimestre de 2018

Nível de instrução	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	74,7	64,7	64,0	81,1	78,2	81,5
Sem instrução	12,1	10,5	8,9	16,0	16,4	19,3
Fundamental incompleto	55,5	44,6	47,9	61,5	57,5	66,1
Fundamental completo	79,6	70,0	72,7	81,8	84,3	86,0
Média incompleta	88,6	78,1	82,6	93,1	92,2	92,6
Média completa	91,5	85,5	87,3	93,5	93,9	94,2
Superior incompleto	98,3	97,6	97,8	98,5	98,6	98,5
Superior completo	97,4	95,8	96,4	97,5	98,1	98,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Utilização da Internet, por situação de ocupação

A classificação das pessoas de 14 anos ou mais que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por situação de ocupação na semana de referência, mostrou que o trabalho é um diferencial relevante no uso desta tecnologia.

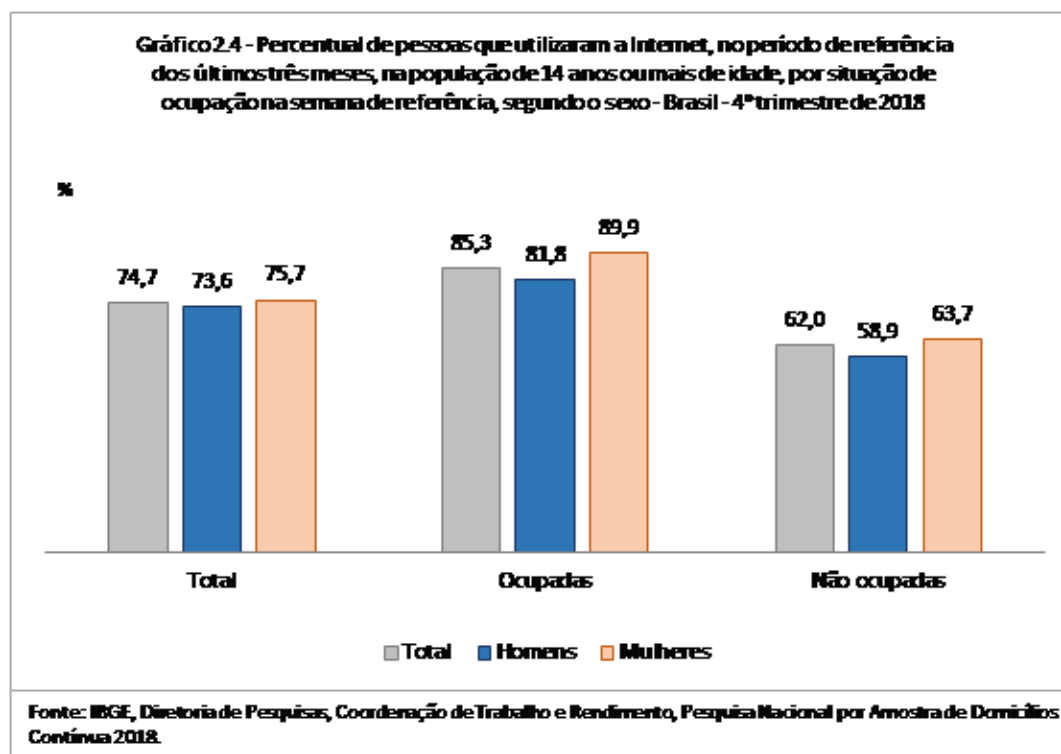
A investigação da utilização da Internet referiu-se ao seu uso em qualquer local. Assim, pela própria natureza de determinadas ocupações, o uso da Internet é imprescindível ou, pelo menos, um facilitador para o trabalho. Por outro lado, ocupações que não demandam acesso à Internet não impedem que as pessoas a utilizem para outros propósitos.

A parcela das pessoas que utilizaram a Internet, tanto na população ocupada como na não ocupada, continuou apresentando crescimento expressivo, mas a diferença entre os resultados destes dois contingentes permaneceu elevada.

No País, de 2017 para 2018, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet subiu de 80,5% para 85,3%, na população ocupada, e de 56,8% para 62,0%, na não ocupada. O mesmo movimento foi observado nas populações masculina e feminina.

Em 2018, a diferença entre os percentuais de pessoas que acessaram a Internet nas populações ocupada e não ocupada foi de 23,3 pontos percentuais. No contingente feminino, a distância foi maior (26,2 p.p.) que no masculino (22,9% p.p.).

Em 2018, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet, na população ocupada feminina (89,9%), continuou mais elevado que o da masculina (81,8%). O mesmo ocorreu na população não ocupada, sendo que a diferença foi menos acentuada. No contingente não ocupado masculino, a parcela que utilizou a Internet ficou em 58,9% e no feminino em 63,7%.



Em 2018, nas Grandes Regiões, assim como ocorrido para o País, a diferença entre o percentual das pessoas que utilizaram a Internet das populações ocupada e não ocupada foi alta. O mesmo ocorreu nas populações masculina e feminina.

O percentual de mulheres que utilizaram a Internet, superou o dos homens, tanto no contingente ocupado como no não ocupado. A maior diferença ocorreu entre os contingentes ocupados masculino e feminino das Regiões Norte e Nordeste (13,3 p.p. em ambas).

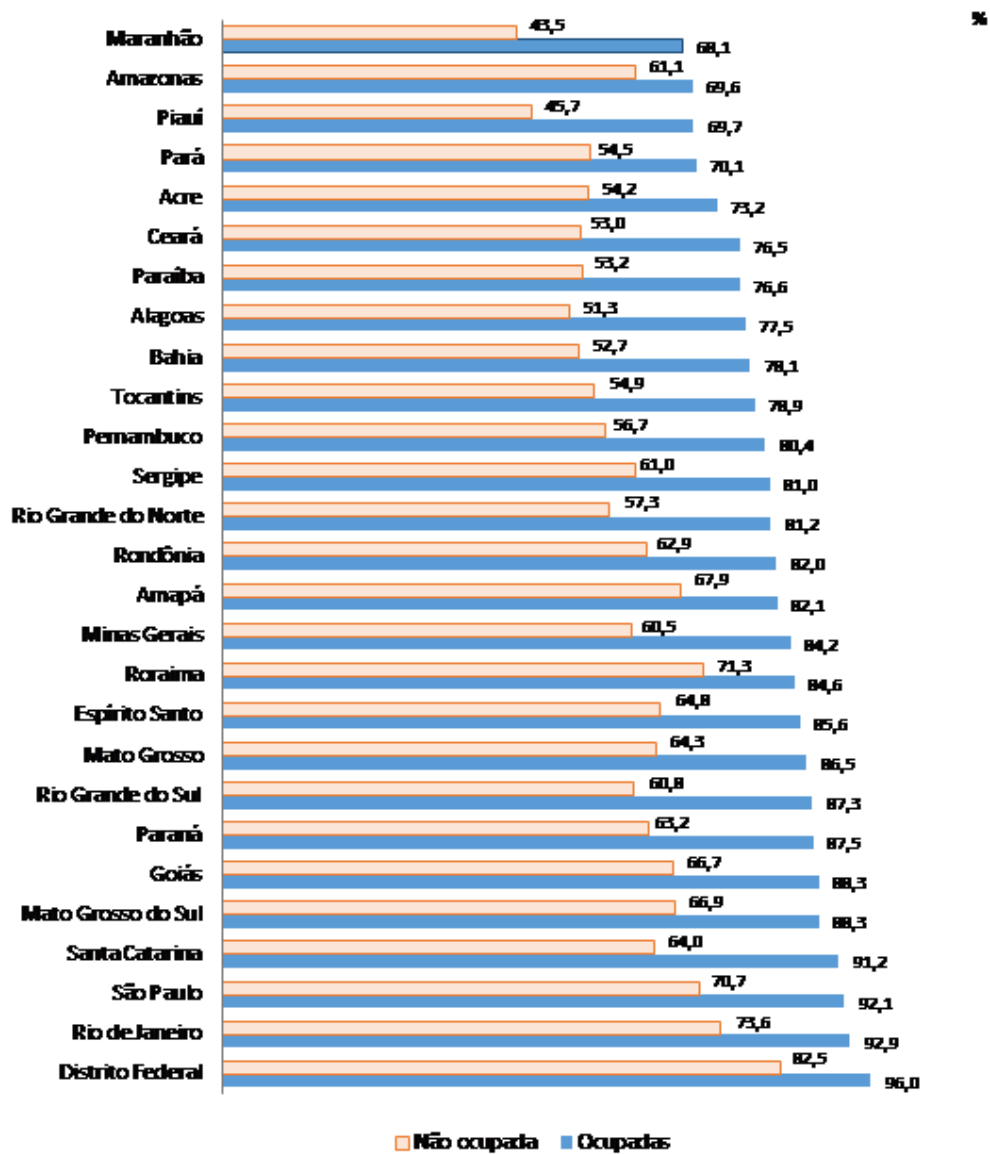
Tabela 2.8 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 14 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e a situação de ocupação na semana de referência - 4º trimestre de 2018

Sexo e situação de ocupação na semana de referência	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 14 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	74,7	65,9	63,9	80,8	77,8	81,4
Ocupadas	85,3	73,1	76,8	90,0	88,3	89,4
Não ocupadas	62,0	57,8	52,4	68,7	62,4	69,4
Homens	73,6	63,2	61,5	80,7	77,7	80,0
Ocupados	81,8	67,8	71,1	87,8	85,9	86,2
Não ocupados	58,9	54,8	48,8	66,8	59,3	65,1
Mulheres	75,7	68,6	66,0	80,9	78,0	82,7
Ocupadas	89,9	81,1	84,4	92,7	91,3	93,4
Não ocupadas	63,7	59,6	54,7	69,8	64,3	71,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nas Unidades da Federação, o Distrito Federal deteve o maior percentual de pessoas que utilizaram a Internet, tanto na população ocupada (96,0%) como na não ocupada (82,5%), enquanto o Maranhão ficou com o menor em ambas as populações, que foi de 68,1%, na ocupada, e 43,5%, na não ocupada.

Gráfico 2.5 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 14 anos ou mais de idade, por situação de ocupação na semana de referência, segundo as Unidades da Federação - 4º trimestre de 2018

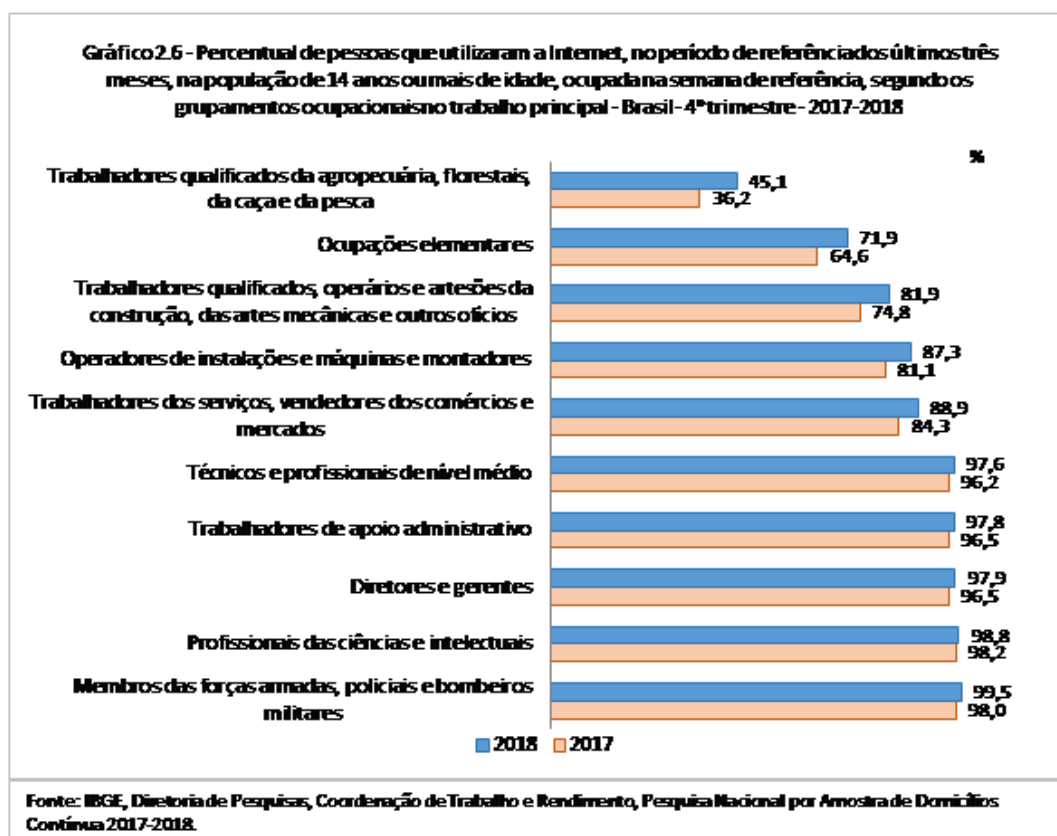


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Utilização da Internet, por grupamentos ocupacionais no trabalho principal

De 2017 para 2018, os aumentos mais expressivos no percentual de pessoas ocupadas que utilizaram a Internet nos grupamentos ocupacionais no trabalho principal, ocorreram naqueles em que este indicador era mais baixo. Em 2017, cinco dos grupamentos de ocupacionais já apresentavam resultados muito elevados e que ficaram ainda mais próximos da totalidade em 2018 (de 97,6% a 99,5%). Em apenas um dos grupamentos ocupacionais, esse percentual ficou abaixo de 50%.

Em 2018, na população ocupada de 14 anos ou mais de idade do País, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet atingiu 99,5%, no grupamento dos membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares, vindo, em seguida, o dos profissionais das ciências e intelectuais, com 98,8%. Além desses dois grupamentos, em três outros (diretores e gerentes; trabalhadores de apoio administrativo; e técnicos e profissionais de nível médio) constataram-se, também, participações muito elevadas de pessoas que utilizaram a Internet e que ficaram próximas (de 97,6% a 97,9%). As diferenças entre os resultados desse indicador nos cinco grupamentos seguintes foram aumentando à medida que o seu valor diminuía. Nos dois grupamentos com os menores resultados (ocupações elementares e trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca) a diferença alcançou 26,8 p.p.



Em 2018, os cinco grupamentos ocupacionais com as maiores participações de pessoas ocupadas que utilizaram a Internet foram os mesmos em todas as Grandes Regiões, assim como os dois com as menores.

Em todas as Grandes Regiões, o menor percentual de pessoas ocupadas que utilizaram a Internet ficou no grupamento dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca. Os resultados desse grupamento foram os que apresentaram a maior dispersão regional.

Em 2018, o percentual de pessoas ocupadas que utilizaram a Internet no grupamento dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca ainda ficou abaixo de 50% nas Regiões Norte (29,6%) e Nordeste (32,7%), sendo que, nas demais, variou de 52,3%, na Região Sudeste, a 61,0%, na Região Centro-Oeste.

Tabela 2.9 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupamentos ocupacionais no trabalho principal - 4º trimestre de 2018

Grupamentos ocupacionais no trabalho principal	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	85,3	73,1	76,8	90,0	88,3	89,4
Diretores e gerentes	97,9	97,2	97,2	98,2	98,2	97,5
Profissionais das ciências e intelectuais	98,8	95,9	97,9	99,3	99,4	99,2
Técnicos e profissionais de nível médio	97,6	93,5	96,2	98,3	98,4	98,7
Trabalhadores de apoio administrativo	97,8	96,3	96,4	98,2	98,1	98,7
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	88,9	81,7	81,9	92,6	92,8	92,3
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	45,1	29,6	32,7	52,3	57,8	61,0
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	81,9	72,8	71,8	85,5	85,8	86,1
Operadores de instalações e máquinas e montadores	87,3	68,7	82,3	90,9	90,6	90,4
Ocupações elementares	71,9	60,8	60,6	78,0	78,2	78,8
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	99,5	98,1	99,5	99,7	99,4	100,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

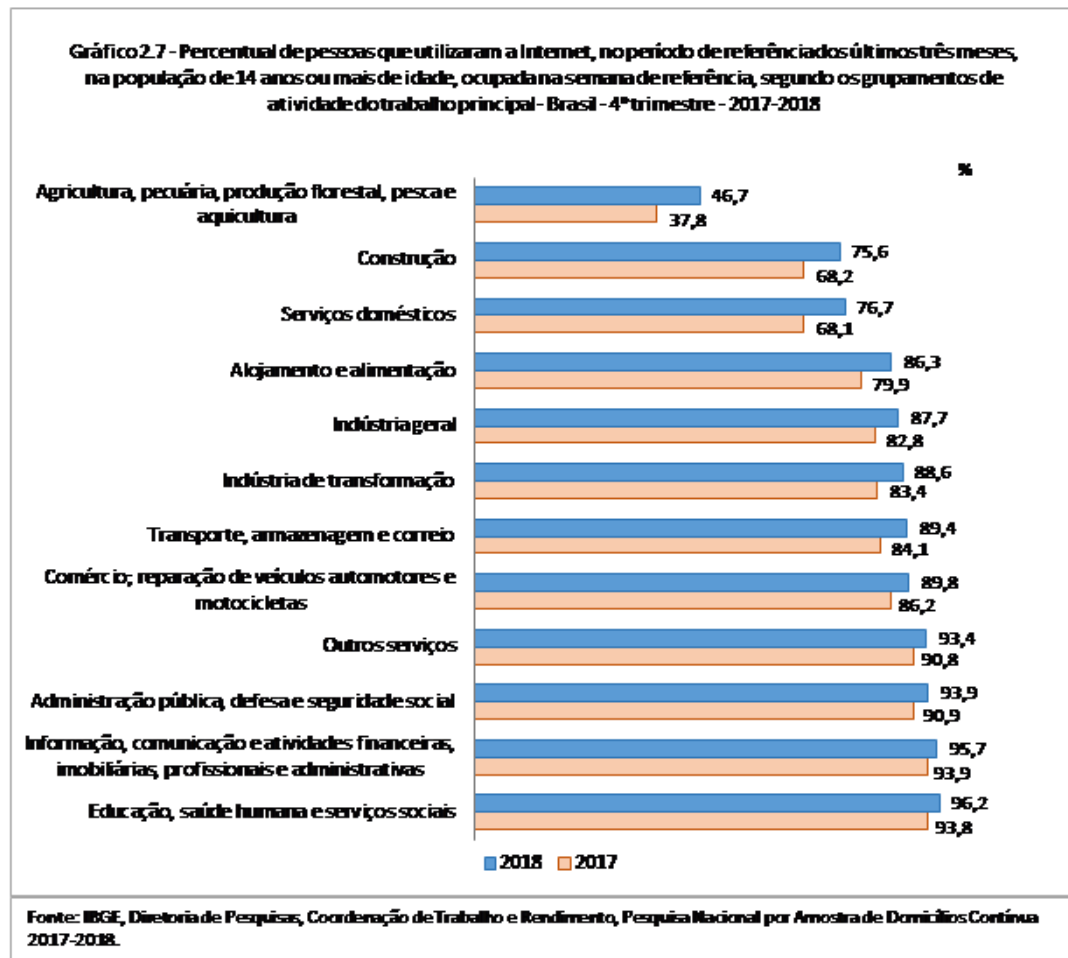
(1) Inclusive as pessoas com ocupação maldefinida.

Utilização da Internet, por grupamentos de atividade do trabalho principal

De 2017 para 2018, manteve-se a tendência de crescimento no percentual de pessoas ocupadas que utilizaram a Internet em todos os grupamentos de atividade do trabalho principal no País, com aumento reduzido naqueles que estavam mais próximos da totalidade e mais elevado naqueles com os resultados menores. Em 2018, somente no grupamento da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura esse indicador ainda permanecia abaixo de 50%, mas foi o que apresentou o maior incremento em relação ao do ano anterior (8,9 p.p.).

Em 2018, na população ocupada de 14 anos ou mais de idade no País, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet foi mais elevado nos grupamentos da educação, saúde humana e serviços sociais (96,2%) e da informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (95,7%). Esse indicador ainda ficou acima de 90% no grupamento da administração pública, defesa e seguridade social (93,9%) e no dos outros serviços (93,4%), continuando a declinar gradualmente até o do grupamento de alojamento e

alimentação (86,3%), tendo apresentado redução mais acentuada para o seguinte, que foi o dos serviços domésticos 76,7%) e, depois, com pequena diferença, para o da construção (75,6%). Ao final, em nível muito abaixo do anterior, ficou o indicador do grupamento da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (46,7%).



Em 2018, nas Grandes Regiões, os quatro grupamentos que alcançaram os maiores percentuais de pessoas ocupadas que utilizaram a Internet foram os mesmos do País, assim como o que apresentou o mais baixo. Com exceção da Região Norte, os dois seguintes com os menores percentuais (construção e serviços domésticos) também foram os mesmos do País, mas não na mesma ordem. Na

Região Norte, o segundo e terceiro menores foram os da indústria geral e construção que ficaram próximos e nitidamente abaixo daquele dos serviços domésticos.

Os resultados das Regiões Norte e Nordeste continuaram menores que os das demais em todos os grupamentos de atividade. Em todas as Grandes Regiões o grupamento da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura foi, destacadamente, o menor e ainda permanecendo abaixo de 50% nas Regiões Norte (31,4%) e Nordeste (33,9%).

Tabela 2.10 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - 4º trimestre de 2018

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	85,3	73,1	76,8	90,0	88,3	89,4
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	46,7	31,4	33,9	55,2	58,1	66,6
Indústria geral	87,7	66,5	78,8	91,2	91,5	90,8
Construção	75,6	67,1	64,5	80,8	79,5	80,3
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	89,8	82,7	82,9	93,1	94,3	93,2
Transporte, armazenagem e correio	89,4	81,7	80,8	93,2	91,8	91,7
Alojamento e alimentação	86,3	80,0	79,9	89,4	89,3	88,3
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	95,7	91,2	93,5	96,5	96,0	95,6
Administração pública, defesa e seguridade social	93,9	91,9	89,8	95,6	96,3	96,6
Educação, saúde humana e serviços sociais	96,2	90,2	93,7	97,7	98,2	98,1
Serviços domésticos	76,7	70,5	71,0	79,4	77,1	81,6
Outros serviços	93,4	88,7	88,2	95,4	94,8	96,1

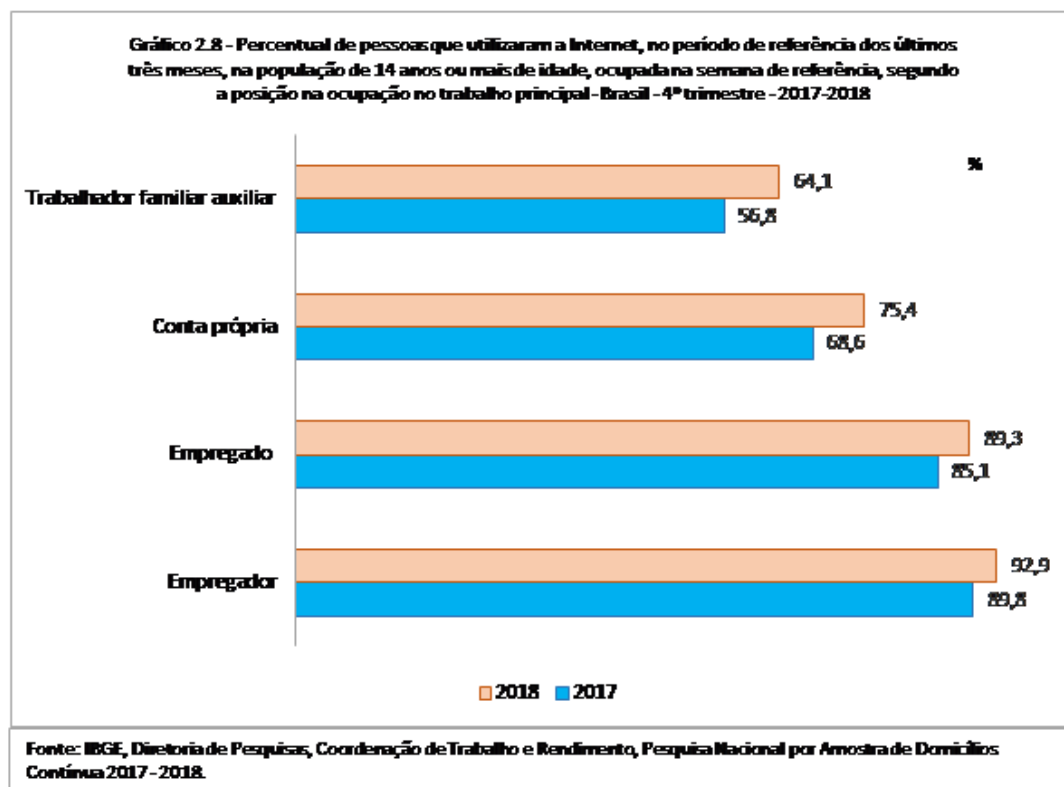
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida.

Utilização da Internet, por posição na ocupação, setor e categoria do emprego no trabalho principal

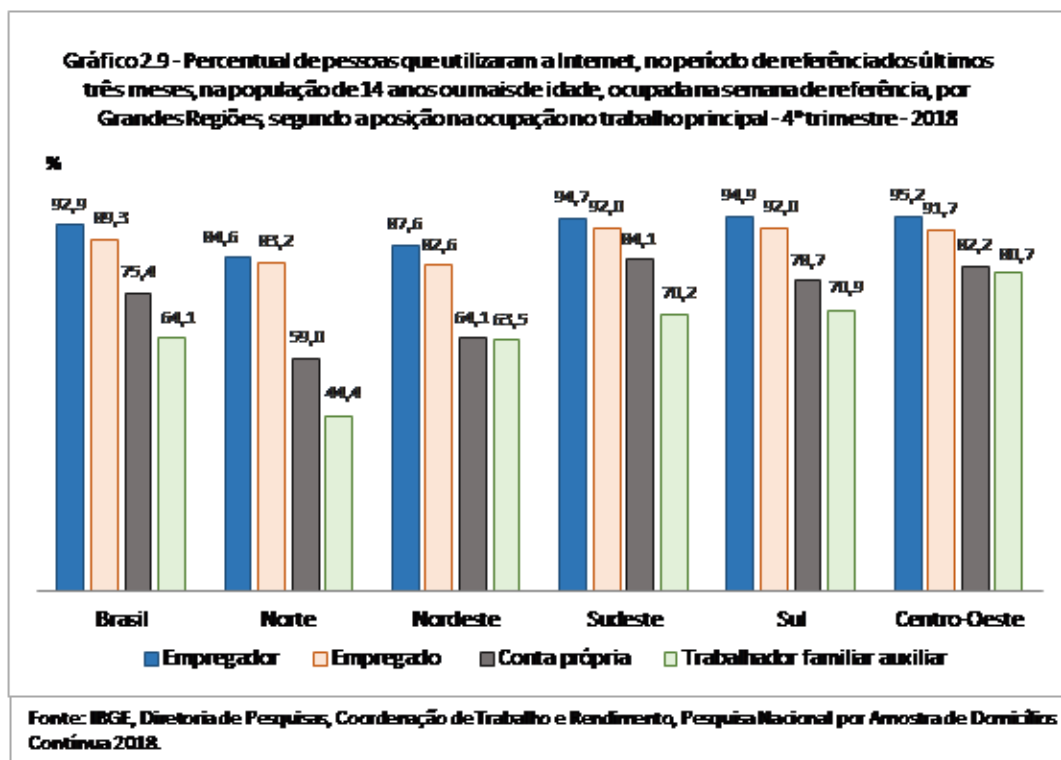
De 2017 para 2018, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet apresentou elevação nas quatro categorias de posição na ocupação no trabalho principal. O crescimento desse percentual foi mais acentuado na categoria dos

trabalhadores familiares auxiliares (7,3 p.p.) e dos trabalhadores por conta própria (6,8 p.p.), mas os seus resultados ainda permanecem distantes daqueles alcançados nas categorias dos empregados e dos empregadores.

Em 2018, o percentual de pessoas ocupadas que utilizaram a Internet continuou sendo mais alto na categoria dos empregadores (92,9%) e mais baixo na dos trabalhadores familiares auxiliares (64,1%).



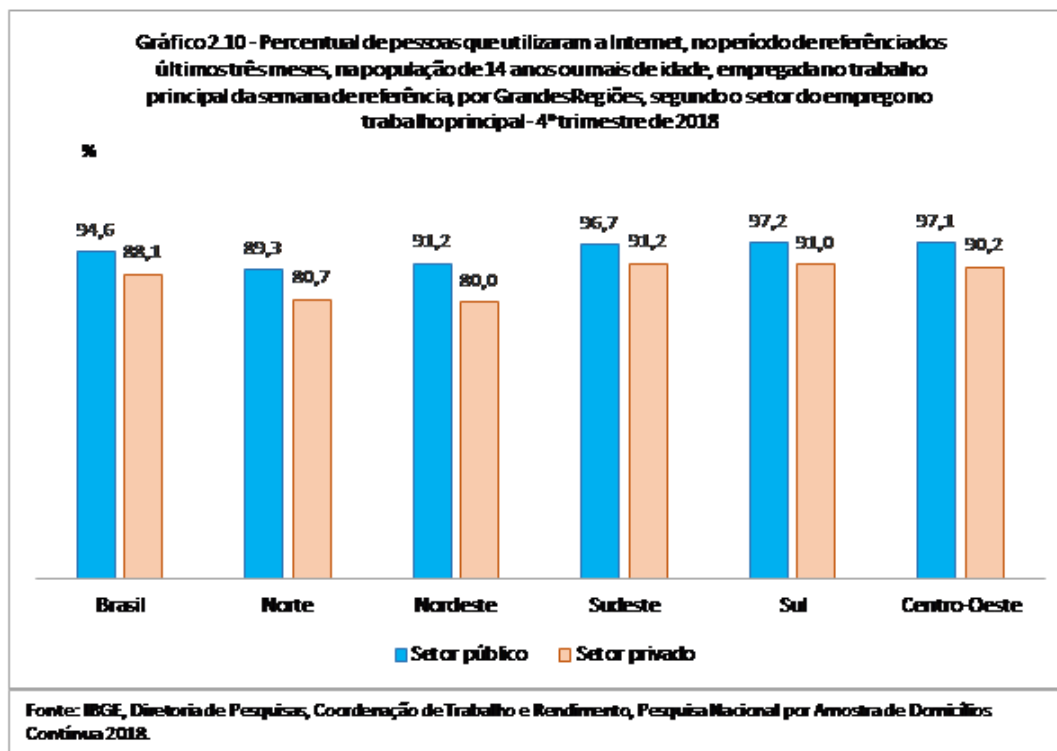
Nas Grandes Regiões, o comportamento apresentado em 2018 foi assemelhado ao ocorrido para o País, sendo que nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, os percentuais de pessoas que utilizaram a Internet nas categorias dos conta própria e trabalhadores familiares auxiliares ficaram aproximados. Também, os resultados das Regiões Norte e Nordeste das quatro categorias de posição na ocupação ficaram substancialmente abaixo dos alcançados nas demais.



De 2017 para 2018, o percentual de pessoas ocupadas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, apresentou aumento, tanto na categoria dos empregados no setor público como no setor privado, mas ainda mantendo diferença expressiva. Esse indicador, de 2017 para 2018, no País, passou de 91,7% para 94,6%, no setor público, e de 83,5% para 88,1%, no setor privado. Este indicador do contingente de empregados do setor público continuou superando o dos empregadores. O mesmo comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões. Os resultados, tanto do setor público como setor privado, das Regiões Norte e Nordeste ficaram sensivelmente menores que os das demais.

Cabe lembrar que, dentre as atividades desenvolvidas no setor público, uma parcela expressiva demanda o envolvimento de proporção maior de pessoas em

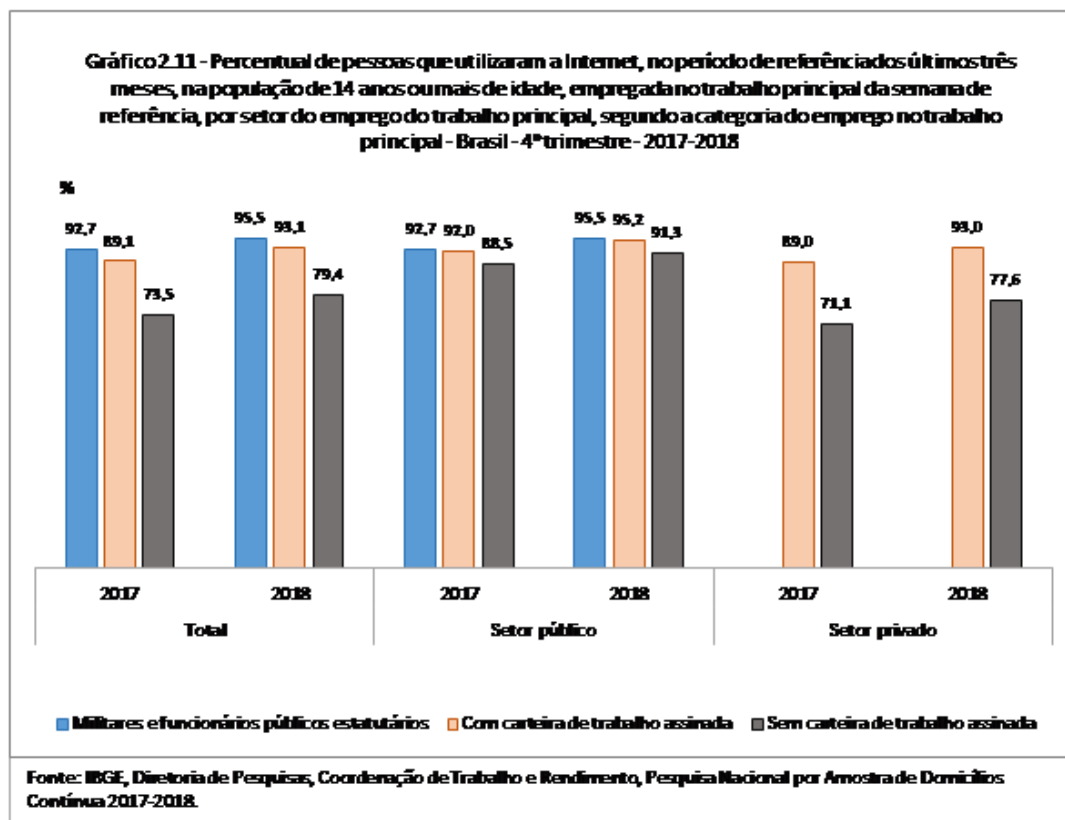
ocupações que exigem níveis de instrução mais elevados, o que se reflete nos resultados apresentados.



No País, de 2017 para 2018, tanto no setor público como no privado, houve elevação no percentual de pessoas que utilizaram a Internet em todas as categorias do emprego, sendo maior na dos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado, que teve aumento de 9,1%. Na categoria dos trabalhadores domésticos (que é um subgrupo dos empregados), constatou-se incremento acentuado no percentual de pessoas que utilizaram a Internet, tanto na parcela dos com carteira de trabalho assinada (de 74,5% para 84,7%), como na dos sem carteira de trabalho assinada (de 65,5% para 73,6%).

O confronto dos percentuais de pessoas que utilizaram a Internet em cada categoria do emprego mostrou que, no País, em 2018, o dos empregados com carteira de trabalho assinada (93,1%) e dos militares e funcionários públicos estatutários (95,5%), continuaram em patamar muito acima daquele dos empregados sem carteira de trabalho assinada (79,4%).

No setor privado, ainda foi marcante a diferença entre os percentuais de pessoas que utilizaram a Internet nas categorias dos empregados com carteira de trabalho assinada (93,0%) e sem carteira de trabalho assinada (77,6%), enquanto no setor público a diferença entre os resultados destas duas categorias foi menor (3,9 p.p.).



Nas Grandes Regiões, as diferenças entre os percentuais de pessoas que utilizaram a Internet nas categorias dos empregados com e sem carteira de trabalho assinada no setor privado foram muito acentuadas, o que não ocorreu no setor público. Apenas nas Regiões Norte e Nordeste, essa diferença no setor público foi perceptível, ainda que muito menor que a observada no setor privado.

Tabela 2.11 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 14 anos ou mais de idade, empregada no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o setor e a categoria do emprego no trabalho principal - 4º trimestre de 2018

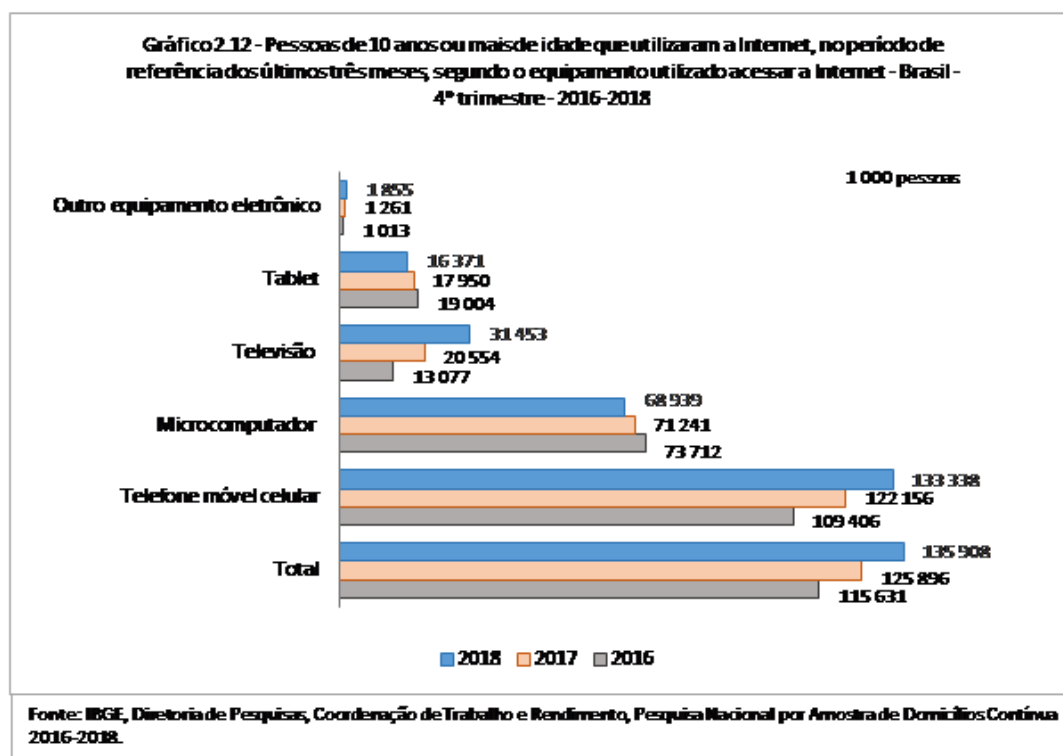
Setor e categoria do emprego no trabalho principal	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 14 anos ou mais de idade, empregada no trabalho principal da semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Setor público	94,6	89,3	91,2	96,7	97,2	97,1
Com carteira de trabalho assinada	95,2	88,8	92,0	96,0	96,5	98,9
Militar e funcionário público estatutário	95,5	91,4	92,9	97,0	97,3	97,0
Sem carteira de trabalho assinada	91,3	84,5	87,4	95,9	97,4	97,1
Setor privado	88,1	80,7	80,0	91,2	91,0	90,2
Com carteira de trabalho assinada	93,0	90,1	89,8	94,0	93,6	93,2
Sem carteira de trabalho assinada	77,6	69,7	68,9	83,5	81,9	83,2
Trabalhador doméstico	76,7	70,5	71,0	79,5	77,1	81,6
Com carteira de trabalho assinada	84,7	82,5	82,5	85,4	83,5	86,5
Sem carteira de trabalho assinada	73,6	67,8	68,5	76,5	74,4	79,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Equipamento utilizado para acessar a internet, no período de referência dos últimos três meses

Na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, o meio de acesso indicado por maior número de pessoas foi, destacadamente, o telefone móvel celular.

Os resultados de 2018 em confronto com os dos dois anos anteriores, mostraram que o número de pessoas que utilizaram telefone móvel celular para acessar a Internet continuou em crescimento, assim como o das que utilizaram a televisão para este fim. Em contrapartida, o de pessoas que utilizaram o microcomputador para acessar a Internet e, também, o das que usaram o *tablet* para este fim, continuaram apresentando declínio.



De 2017 para 2018, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, o percentual de pessoas que usaram o telefone móvel celular para acessar a esta rede passou de 97,0% para 98,1%, aproximando-se mais da totalidade, enquanto o das usaram televisão apresentou elevado incremento, tendo subido de 16,3% para 23,1%. No caso do percentual das pessoas que utilizaram microcomputador para acessar a Internet, a queda foi de 56,6% para 50,7% e no das que usaram *tablet*, de 14,3% para 12,0%. Para as pessoas que utilizaram equipamento distinto dos anteriores, o percentual continuou ainda muito baixo, tendo passado de 1,0% para 1,4%.

No que se refere aos equipamentos utilizados para acessar a Internet, a evolução, de 2017 para 2018, nas áreas urbana e rural foi semelhante à observada para o País como um todo.

Em 2018, na área rural, o percentual de pessoas que utilizaram telefone móvel celular para acessar a Internet (97,9%) ficou próximo daquele da área urbana (98,1%). Entretanto, com relação aos outros equipamentos, a diferença foi elevada.

Em relação ao microcomputador, esse indicador da área rural (24,9%) representou menos da metade daquele da área urbana (53,2%). No caso da televisão e do *tablet*, os seus resultados da área rural ficaram próximos de $\frac{1}{3}$ daqueles da área urbana.

Tabela 2.12 - Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por situação do domicílio, segundo o equipamento utilizado para acessar a Internet - Brasil - 4º trimestre -2016-2018

Equipamento utilizado para acessar a Internet	Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Telefone móvel celular	94,6	97,0	98,1	94,9	97,2	98,1	91,4	95,6	97,9
Microcomputador	63,7	56,6	50,7	65,4	58,7	53,2	41,9	31,3	24,9
Televisão	11,3	16,3	23,1	11,9	17,3	24,6	3,2	4,9	8,0
Tablet	16,4	14,3	12,0	17,1	15,0	12,8	7,4	5,9	4,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, nas Grandes Regiões, os resultados do percentual de pessoas que utilizaram telefone móvel celular para acessar a Internet ficaram muito próximos, variando de 97,8%, na Região Sul, a 98,6%, na Região Centro-Oeste. Para os demais equipamentos, as diferenças entre os valores extremos dos indicadores foram elevadas, sendo sempre o percentual da Região Norte o menor, seguido do referente à Região Nordeste e, ambos, muito abaixo dos resultados das demais.

Nas Grandes Regiões os resultados do percentual de pessoas que utilizaram telefone móvel celular para acessar a Internet das áreas urbana e rural ficaram com diferenças insignificantes ou nenhuma diferença, enquanto para os referentes aos demais equipamentos ficaram distanciados.

Tabela 2.13 - Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões e equipamento utilizado para acessar a Internet, segundo a situação do domicílio - 4º trimestre de 2018

Situação do domicílio	Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Telefone móvel celular						
Total	98,1	98,3	98,4	97,9	97,8	98,6
Urbana	98,1	98,4	98,4	97,9	97,9	98,6
Rural	97,9	97,6	98,4	97,7	97,0	98,7
Microcomputador						
Total	50,7	36,4	37,1	57,6	57,3	50,6
Urbana	53,2	38,8	41,3	58,9	59,0	52,2
Rural	24,9	17,9	15,8	30,5	42,0	29,6
Televisão						
Total	23,1	12,6	17,5	25,3	29,3	24,7
Urbana	24,6	13,6	20,0	26,1	30,6	25,9
Rural	8,0	4,3	4,7	8,2	17,4	9,6
Tablet						
Total	12,0	7,7	8,7	14,0	13,1	12,4
Urbana	12,8	8,3	9,9	14,4	13,8	12,8
Rural	4,1	3,2	2,5	5,6	6,0	6,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

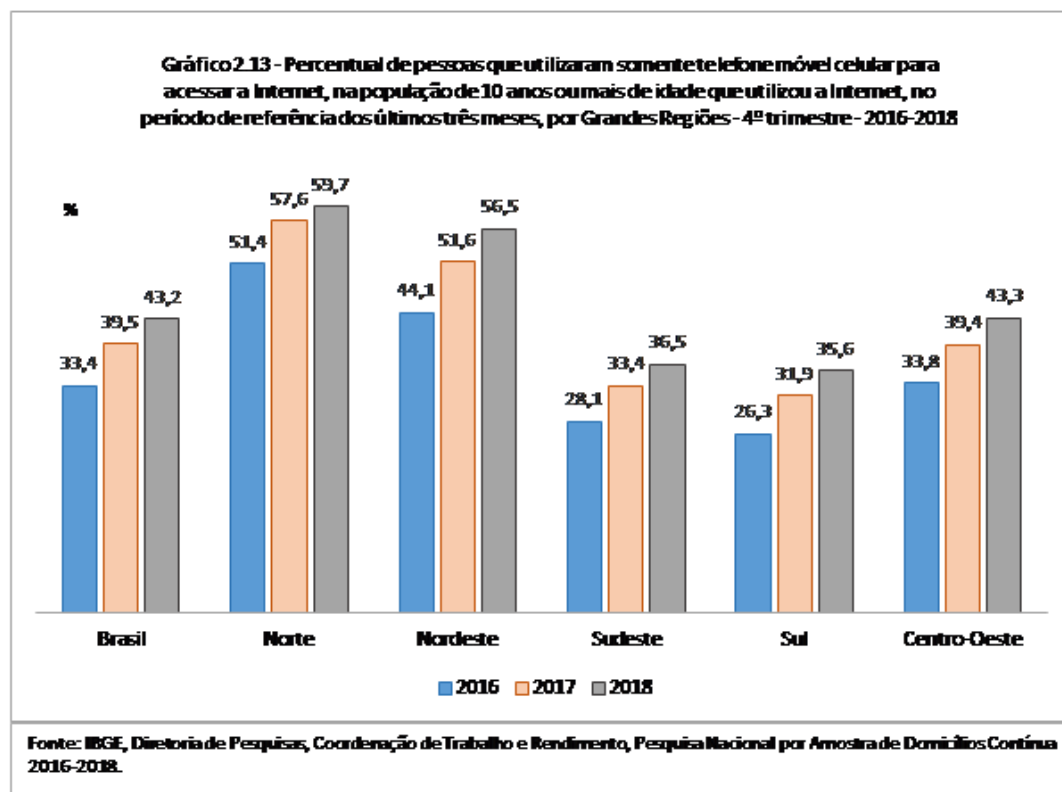
A larga disseminação do telefone móvel celular, com modelos dotados de múltiplas funcionalidades, dentre as quais o acesso à Internet, facilitou o uso desta rede. Assim, o telefone móvel celular tornou-se suficiente para atender às necessidades usuais de acesso à Internet de uma parcela considerável da população.

A utilização de mais de um equipamento para acessar a Internet foi predominante. Isso pode ser visto confrontando o percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento com o das que utilizaram apenas um deles, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet. Entretanto, no caso do telefone móvel celular, o percentual de pessoas que utilizaram somente este meio para acessar a Internet foi elevado e com tendência de crescimento no período de 2016 a 2018, ainda que o aumento de 2016 para 2017 tenha sido substancialmente maior que o ocorrido de 2017 para 2018.

No contingente de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet no período de referência dos últimos três meses, o percentual de pessoas que usaram

somente o telefone móvel celular para acessá-la subiu de 39,5% para 43,2%, de 2017 para 2018, no País. O percentual de pessoas que utilizavam somente o microcomputador para acessar a Internet, passou de 2,2%, em 2017, para 1,2%, em 2018. No caso das pessoas que utilizaram somente o *tablet* ou somente a televisão, o resultado foi ainda mais insignificante, (0,2% para ambos os equipamentos, em 2018).

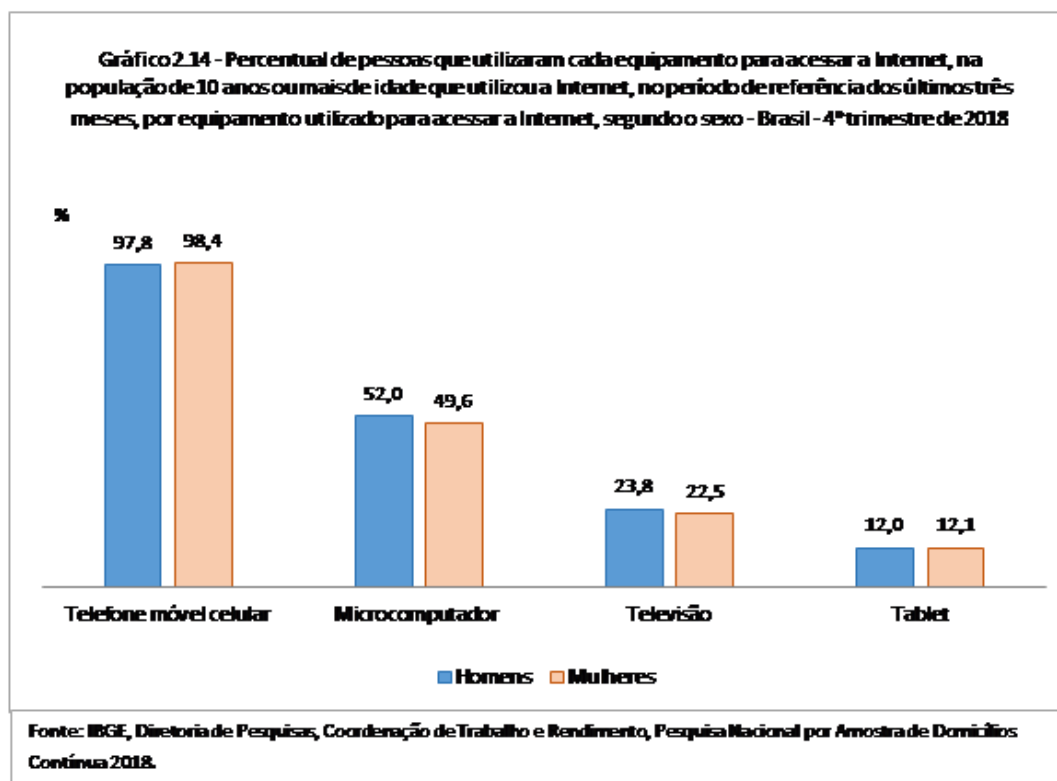
No período de 2016 a 2018, esse percentual de pessoas que utilizaram somente telefone móvel celular para acessar a Internet mostrou tendência de elevação em todas as Grandes Regiões. Assim como para o País, o aumento de 2017 para 2018 foi menos intenso que o ocorrido de 2016 para 2017. Em 2018, esse indicador alcançou 59,7%, na Região Norte, e 56,5%, Nordeste, que foram as que detiveram os resultados mais elevados.



As diferenças nos resultados do percentual das pessoas que utilizaram cada

equipamento para acessar a Internet por sexo não foram acentuadas.

Em 2018, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet no País, o percentual de pessoas que utilizaram microcomputador para este fim foi o que apresentou maior diferença (2,4 p.p.) entre os resultados dos contingentes masculino e feminino.



Em 2018, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, o Distrito Federal deteve, destacadamente, o mais elevado percentual de pessoas que utilizaram microcomputador (66,2%) e *tablet* (22,5%). No caso da televisão, o maior percentual foi o de Santa Catarina (35,0%) seguido pelo do Distrito Federal (34,5%). O Maranhão deteve o menor percentual de pessoas que utilizaram, para acessar a Internet, microcomputador (27,0%) e televisão (7,6%). Para o *tablet*, o percentual mínimo foi de Alagoas (5,5%), mas o do Maranhão e de Rondônia ficaram próximos, ambos com 5,7%. Os resultados do percentual das pessoas que utilizaram o telefone móvel celular para acessar a Internet apresentaram dispersão muito reduzida, variando de

97,5%, no Rio Grande do Sul, a 99,0%, no Sergipe e no Mato Grosso. Entretanto, no caso da parcela que utilizou somente telefone móvel celular para acessar a Internet, variou de 29,3%, no Distrito Federal, a 69,7%, no Maranhão.

Equipamento utilizado para acessar a Internet, por condição de estudante

De 2017 para 2018, tanto na população estudantil como na não estudantil, de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, também foi mantida a tendência de declínio no percentual de pessoas que usaram microcomputador e *tablet* para acessar a esta rede e de crescimento, no caso do telefone móvel celular e da televisão.

O equipamento utilizado para acessar a Internet que apresentou mais distinção entre os estudantes e não estudantes continuou sendo o microcomputador. No País, em 2018, as pessoas que usaram microcomputador para acessar a Internet representaram 59,9%, no contingente dos estudantes que utilizaram esta rede, e 48,0%, no dos não estudantes. Somente no caso do uso do telefone móvel celular para acessar a Internet, o percentual referente aos estudantes (96,6%) ficou abaixo daquele dos não estudantes (98,6%). Esse mesmo comportamento ocorreu em todas as Grandes Regiões.

Tabela 2.14 - Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões e equipamento utilizado para acessar a Internet, segundo a condição de estudante - 4º trimestre de 2018

Condição de estudante	Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Telefone móvel celular						
Estudantes	96,6	96,6	97,3	96,2	96,2	97,3
Não estudantes	98,6	98,9	98,8	98,4	98,2	99,0
Microcomputador						
Estudantes	59,9	45,4	44,6	68,2	70,9	63,7
Não estudantes	48,0	32,9	34,4	54,8	53,5	46,5
Televisão						
Estudantes	25,6	14,1	18,9	28,9	33,5	28,9
Não estudantes	22,4	11,9	17,0	24,3	28,1	23,4
Tablet						
Estudantes	14,6	8,9	10,2	17,5	17,1	15,9
Não estudantes	11,3	7,2	8,1	13,1	11,9	11,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Equipamento utilizado para acessar a Internet, por situação de ocupação

No período de 2016 a 2018, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, foi constatada tendência de queda no percentual de pessoas que usaram microcomputador e *tablet* para acessar a esta rede e de elevação, no caso do telefone móvel celular e da televisão. O mesmo ocorreu na população não ocupada. Também, o percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento (telefone móvel celular, microcomputador, *tablet*, televisão) para acessar a esta rede, no contingente ocupado foi perceptivelmente maior que no não ocupado. No caso do telefone móvel celular, a diferença foi diminuindo à medida que ambos percentuais se aproximavam da totalidade.

Tabela 2.15 - Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 14 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por situação de ocupação na semana de referência, segundo o equipamento utilizado para acessar a Internet - Brasil - 4º trimestre - 2016-2018

Equipamento utilizado para acessar a Internet	Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 14 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)								
	Total			Situação de ocupação na semana de referência					
				Ocupadas			Não ocupadas		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Telefone móvel celular	95,3	97,5	98,5	96,4	98,2	99,0	93,5	96,4	97,6
Microcomputador	63,6	56,6	50,8	66,1	59,6	54,7	59,5	51,5	44,4
Televisão	11,4	16,4	23,1	12,7	18,1	25,7	9,2	13,3	18,9
Tablet	16,0	13,9	11,7	17,1	14,9	12,9	14,0	12,0	9,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, nas Grandes Regiões, o comportamento foi semelhante ao observado para o País, ficando os percentuais de pessoas ocupadas que acessaram a Internet com cada equipamento acima daqueles das pessoas não ocupadas.

Tabela 2.16 - Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 14 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões e equipamento utilizado para acessar a Internet, segundo a situação de ocupação na semana de referência - 4º trimestre de 2018

Situação de ocupação na semana de referência	Percentual de pessoas que utilizaram cada equipamento para acessar a Internet, na população de 14 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Telefone móvel celular						
Ocupadas	99,0	99,1	99,2	98,9	98,9	99,2
Não ocupadas	97,6	98,0	98,2	97,3	96,8	98,4
Microcomputador						
Ocupadas	54,7	39,3	42,1	60,8	60,0	52,8
Não ocupadas	44,4	32,3	31,4	51,9	51,1	45,7
Televisão						
Ocupadas	25,7	14,0	20,4	27,5	32,0	26,1
Não ocupadas	18,9	10,3	14,0	21,4	23,5	21,4
Tablet						
Ocupadas	12,9	8,3	9,9	14,7	13,5	12,4
Não ocupadas	9,9	6,4	6,6	11,9	10,8	11,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Conexão utilizada para acessar a Internet, no período de referência dos

últimos três meses

O uso da conexão discada, que já foi majoritariamente utilizada pelos usuários da Internet, tornou-se uma forma marginal de acesso à rede frente à disponibilidade e vantagens da banda larga. Depois da banda larga fixa, com a chegada da conexão por meio das redes móveis celulares, a vantagem adicional da mobilidade foi oferecida aos usuários da Internet.

No País, dentre as pessoas de 10 anos de idade que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, a parcela que utilizou a conexão discada já era insignificante em 2016 (0,9%), continuou em queda em 2017 (0,6%) e ficou reduzida a 0,3%, em 2018. Por outro lado, no período de 2016 a 2018, o contingente de pessoas que utilizaram a banda larga para acessar a Internet apresentou tendência de crescimento, tanto por meio da fixa como da móvel. Entretanto, esse movimento ascendente deveu-se à parcela das pessoas que utilizavam ambas as conexões, fixa e móvel, uma vez que as que usaram somente de uma delas, mostrou recuo nesse período.

De 2017 para 2018, o percentual de pessoas que usaram a banda larga fixa para acessar a Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou esta rede, passou de 82,9% para 84,2%, continuando a suplantando o de pessoas que usaram a banda larga móvel, que cresceu de 78,3% para 80,4%. O percentual de pessoas que utilizaram os dois tipos de banda larga subiu de 61,5% para 64,8%.

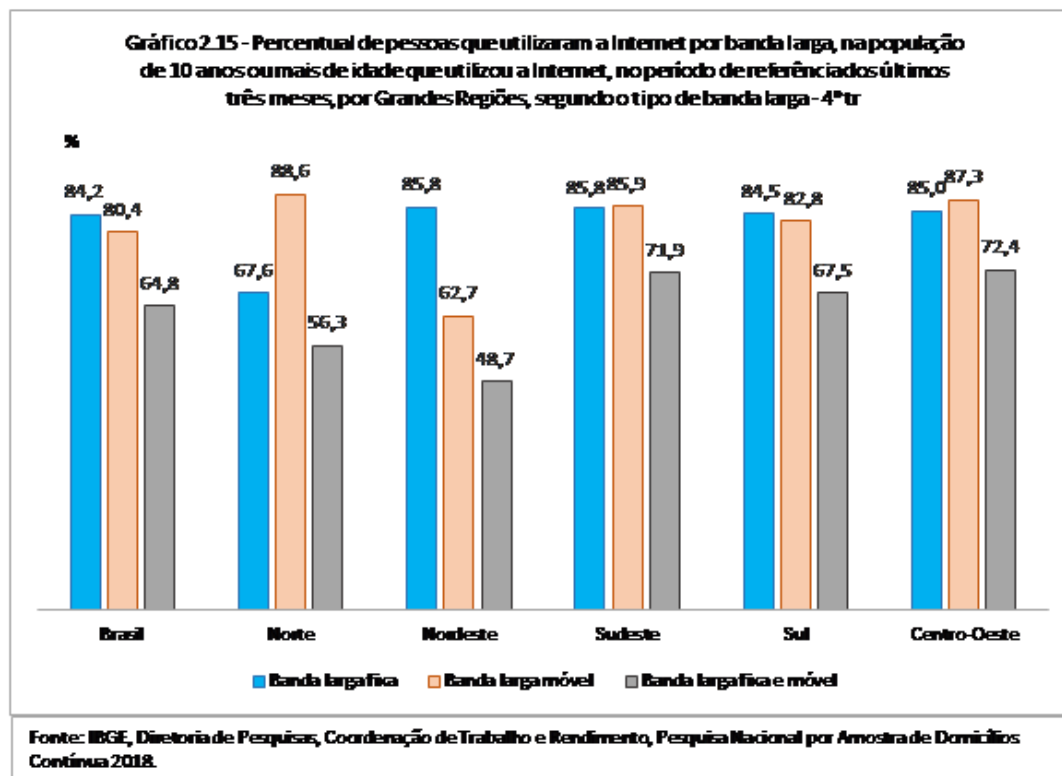
Tabela 2.17 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet por banda larga, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por conexão utilizada para acessar a Internet - Brasil - 4º trimestre -2016-2018

Ano	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet por banda larga, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)				
	Banda larga fixa		Banda larga móvel		Banda larga fixa e móvel
	Total	Somente banda larga fixa	Total	Somente banda larga móvel	
2016	81,0	21,5	77,0	17,4	58,3
2017	82,9	20,5	78,3	16,0	61,5
2018	84,2	18,8	80,4	15,0	64,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, a Região Norte continuou detendo o menor percentual de pessoas que utilizaram a Internet por meio de banda larga fixa (67,6%) e que ficou distante dos alcançados nas demais, que ficaram próximos (de 84,5% a 85,8%.) Nessa Região,

o percentual de pessoas que acessaram a Internet por banda larga fixa ficou muito abaixo daquele referente à banda larga móvel (88,6%). A Região Nordeste permaneceu com o mais baixo percentual de pessoas que acessaram a Internet por meio de banda larga móvel (62,7%), sendo que os resultados das demais variaram de 82,8% a 88,6%. Contrastando com o ocorrido na Região Norte, na Região Nordeste, o percentual de pessoas que acessaram a Internet por banda larga móvel ficou em nível muito inferior ao referente à banda larga fixa.



No País, na população urbana de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, o percentual de pessoas que acessaram esta rede por banda larga fixa (85,3%) continuou suplantando o da área rural (73,5%), em 2018. O mesmo ocorreu com o percentual de pessoas que utilizaram a banda larga móvel, que atingiu 82,1%, em área urbana, e ficou em 62,9%, em área rural. Em todas as Grandes Regiões, o acesso à Internet, tanto por banda larga fixa como móvel, foi mais elevado em área urbana.

Tabela 2.18 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, por tipo de banda larga, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2018

Grandes Regiões	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet por banda larga fixa, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)			Percentual de pessoas que utilizaram a Internet por banda larga móvel, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Brasil	84,2	85,3	73,5	80,4	82,1	62,9
Norte	67,6	68,5	60,5	88,6	90,8	70,9
Nordeste	85,8	87,1	79,5	62,7	66,0	45,8
Sudeste	85,8	86,8	65,8	85,9	86,2	81,5
Sul	84,5	85,7	73,0	82,8	83,8	73,5
Centro-Oeste	85,0	85,3	80,9	87,3	88,7	69,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

As diferenças entre os percentuais de homens e de mulheres que acessaram a Internet, tanto por banda larga fixa como móvel, foram insignificantes no País e nas Grandes Regiões.

Em 2018, nas Grandes Regiões, a maior diferença, ainda que irrelevante, ocorreu no percentual de pessoas que acessaram a Internet por banda larga fixa da Região Norte, que ficou em 68,3%, para os homens, e 67,0% para as mulheres.

Em 2018, nas Unidades da Federação, o Rio Grande do Norte deteve o maior percentual de pessoas que acessaram a Internet por banda larga fixa (92,7%) e o Amazonas, o menor (63,3%). No caso da banda larga móvel, o mais baixo foi o do Rio Grande do Norte (52,8%) e o mais alto, do Amazonas (95,6%).

Finalidade do acesso à Internet, no período de referência dos últimos três meses

No País, de 2016 a 2018, no contingente de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, o percentual de pessoas que acessaram a Internet com a finalidade de conversar por chamadas de voz ou vídeo apresentou nítida tendência de crescimento, o mesmo ocorrendo no caso em que a finalidade era assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes. Por outro lado, o percentual de pessoas que acessaram a Internet com a finalidade

de enviar e receber *e-mail* (correio eletrônico) apresentou sentido claramente de queda. Esses mesmos comportamentos ocorreram tanto em área urbana como rural.

O percentual de pessoas que acessaram a Internet para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail* não apresentou variação significativa de 2017 para 2018, mas ainda permaneceu como o mais elevado, ficando em 95,7% em 2018.

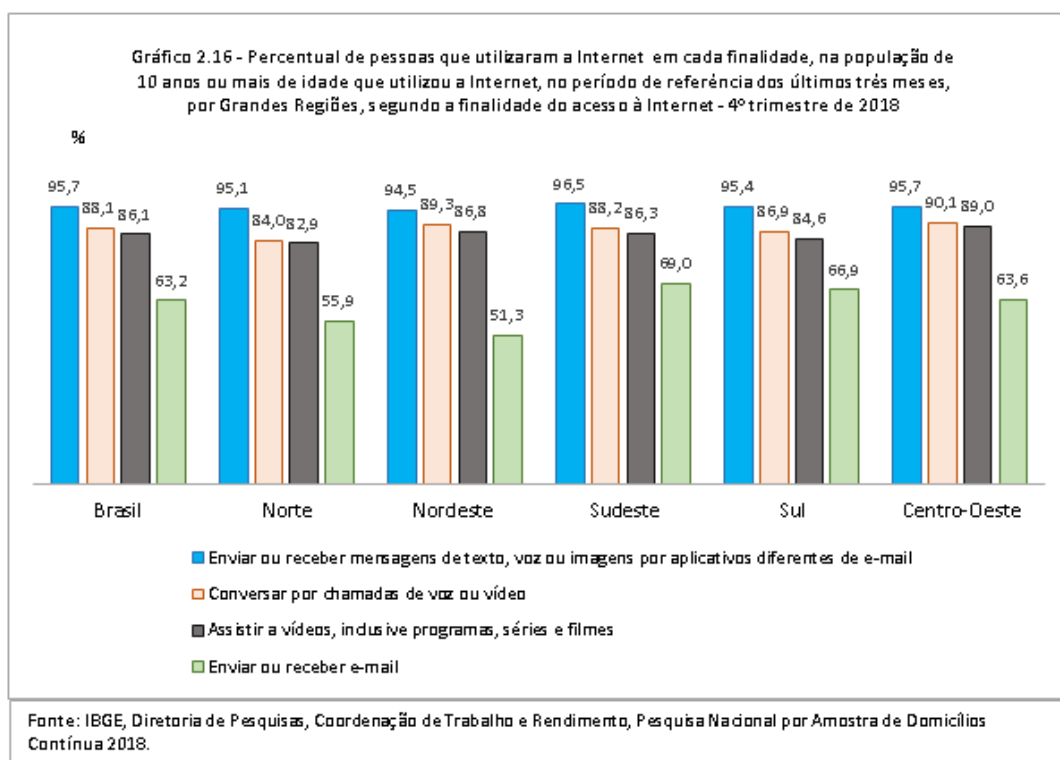
No confronto desses indicadores por situação do domicílio, os resultados da área urbana continuaram superando os da área rural. Em 2018, a diferença entre o percentual de pessoas que acessaram a Internet com a finalidade de enviar ou receber *e-mail* da área urbana em relação ao da rural, alcançou 28,8 p.p. e foi muito mais elevada que as encontradas para as demais finalidades. No caso das demais finalidades, as diferenças entre os resultados das áreas urbana e rural variaram de 2,3 p.p. a 6.4 p.p.

Tabela 2.19 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em cada finalidade, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por situação do domicílio, segundo a finalidade do acesso à Internet - Brasil - 4º trimestre -2016-2018

Finalidade do acesso à Internet	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em cada finalidade, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de <i>e-mail</i>	94,2	95,5	95,7	94,5	95,7	95,9	91,5	93,9	93,6
Conversar por chamadas de voz ou vídeo	73,3	83,8	88,1	74,2	84,4	88,6	62,4	75,7	83,7
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes	76,4	81,8	86,1	77,1	82,3	86,7	66,7	75,3	80,3
Enviar ou receber <i>e-mail</i> (correio eletrônico)	69,3	66,2	63,2	70,8	68,3	65,7	49,3	41,4	36,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, nas Grandes Regiões, o percentual de pessoas que utilizaram a Internet para enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de *e-mail* manteve-se como o mais elevado em todas as Grandes Regiões e o da finalidade de enviar ou receber *e-mail*, destacadamente ficou como o mais baixo.



No País, o confronto dos indicadores das populações masculina e feminina, no que concerne à finalidade do acesso à Internet, não mostrou diferenças marcantes, sendo que a mais perceptível continuou sendo no de assistir vídeos, inclusive programas séries e filmes, que foi de 87,0%, para os homens, e 85,3%, para as mulheres, em 2018. O mesmo comportamento ocorreu nas Grandes Regiões.

Tabela 2.20 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em cada finalidade, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo a finalidade do acesso à Internet e o sexo - 4º trimestre de 2018

Finalidade do acesso à Internet e sexo	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em cada finalidade, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de <i>e-mail</i>						
Homens	95,2	94,6	93,9	96,1	95,0	95,3
Mulheres	96,1	95,6	94,9	96,9	95,9	96,2
Conversar por chamadas de voz ou vídeo						
Homens	87,5	83,7	88,6	87,7	86,3	89,6
Mulheres	88,6	84,3	89,8	88,7	87,4	90,6
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes						
Homens	87,0	84,0	88,2	87,1	85,2	89,5
Mulheres	85,3	82,0	85,5	85,6	84,1	88,5
Enviar ou receber <i>e-mail</i> (correio eletrônico)						
Homens	63,8	55,8	51,8	69,6	67,3	64,0
Mulheres	62,7	56,0	50,8	68,4	66,6	63,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Houve diferença expressiva entre os resultados do percentual de pessoas que acessaram a Internet com a finalidade de assistir vídeos, inclusive programas, séries e filmes das populações de estudantes e não estudantes que acessaram a esta rede. Em 2018, esse indicador dos estudantes suplantou o dos não estudantes em 8,4 p.p. no País. Esse mesmo comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.

Tabela 2.21 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em cada finalidade, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo a finalidade do acesso à Internet e a condição de estudante - 4º trimestre de 2018

Finalidade do acesso à Internet e condição de estudante	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em cada finalidade, na população de 10 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de <i>e-mail</i>						
Estudantes	93,7	92,7	92,6	94,5	94,1	93,8
Não estudantes	96,3	96,0	95,1	97,0	95,8	96,3
Conversar por chamadas de voz ou vídeo						
Estudantes	87,7	82,4	87,7	88,2	88,1	89,8
Não estudantes	88,3	84,6	89,9	88,2	86,5	90,3
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes						
Estudantes	92,6	88,2	92,3	93,3	92,5	94,6
Não estudantes	84,2	80,9	84,7	84,5	82,4	87,3
Enviar ou receber <i>e-mail</i> (correio eletrônico)						
Estudantes	62,6	54,3	52,6	67,2	70,5	66,1
Não estudantes	63,4	56,6	50,8	69,5	65,9	62,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

O percentual de pessoas que indicaram ter acessado a Internet para enviar e receber *e-mail* diferenciou-se expressivamente entre as pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas e não ocupadas que utilizaram esta rede. Em 2018, esse percentual referente às pessoas ocupadas superou o das não ocupadas em 12,1 p.p., no País. Em relação às outras finalidades, as diferenças entre os contingentes ocupado e não ocupado não foram elevadas. Nas Grandes Regiões, observou-se o mesmo comportamento.

Tabela 2.22 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em cada finalidade, na população de 14 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo a finalidade do acesso à Internet e a situação de ocupação na semana de referência - 4º trimestre de 2018

Finalidade do acesso à Internet e situação de ocupação na semana de referência	Percentual de pessoas que utilizaram a Internet em cada finalidade, na população de 14 anos ou mais de idade que utilizou a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Enviar ou receber mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail						
Ocupadas	97,2	96,4	96,2	97,9	96,8	97,0
Não ocupadas	95,2	95,4	94,3	95,8	94,6	95,5
Conversar por chamadas de voz ou vídeo						
Ocupadas	89,8	85,7	91,3	89,8	88,6	91,6
Não ocupadas	87,1	83,7	88,9	86,9	84,9	89,4
Assistir a vídeos, inclusive programas, séries e filmes						
Ocupadas	86,7	83,3	87,3	86,9	85,5	89,6
Não ocupadas	84,0	81,8	85,0	84,2	81,4	86,8
Enviar ou receber e-mail (correio eletrônico)						
Ocupadas	69,8	61,6	58,6	75,1	72,5	69,0
Não ocupadas	57,7	53,1	46,4	64,0	60,4	58,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Motivo da não utilização da Internet, no período de referência dos últimos três meses

No País, em 2018, cerca de ¼ das pessoas de 10 anos ou mais de idade não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses. Para esse contingente, formada por 45 960 mil pessoas, foi pesquisado o motivo de não terem acessado a Internet nesse período. Os dois motivos mais apontados por essas pessoas foram não saber usar a Internet e falta de interesse em acessar a Internet, que abrangeram, respectivamente, 41,6% e 34,6%. Os dois motivos seguintes foram de razão econômica e representaram em conjunto, 17,5%. O serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que as pessoas costumavam frequentar ainda ficou em 4,5%.

Nas Grandes Regiões, os dois motivos mais alegados para a não utilização da Internet foram os mesmos do País e com igual sequência, exceto na Região Norte em que a ordem foi invertida. O percentual de pessoas que alegaram que o serviço de

acesso à Internet era caro como motivo de não terem utilizado a Internet foi o terceiro mais indicado, exceto na Região Norte.

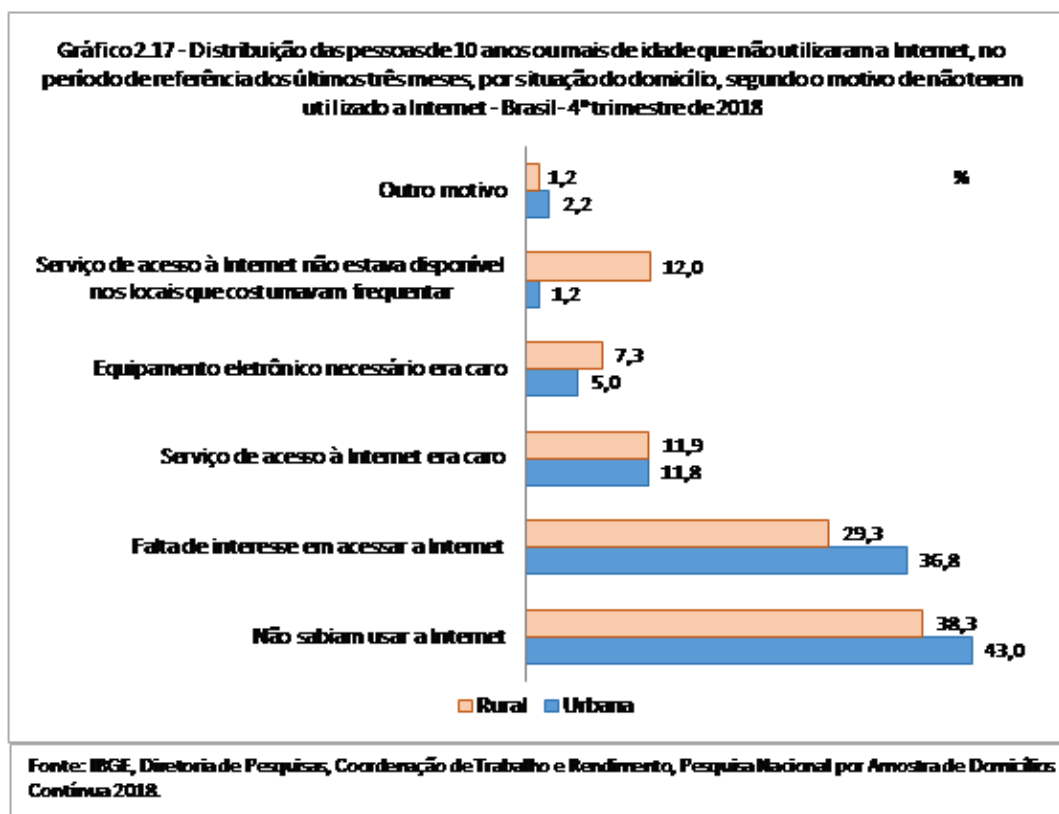
O percentual de pessoas que não acessaram a Internet devido ao serviço não estar disponível nos locais que costumavam frequentar continuou destacadamente mais elevado na Região Norte (13,8%) e menor na Região Sudeste (1,9%), ficando no intervalo fechado de 3,4% a 4,1% nas demais. Cabe ressaltar que esse motivo foi o terceiro mais indicado na Região Norte.

Tabela 2.23 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo o motivo de não terem utilizado a Internet - 4º trimestre de 2018

Motivo de não terem utilizado a Internet	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não sabiam usar a Internet	41,6	30,8	42,8	42,7	44,0	43,4
Falta de interesse em acessar a Internet	34,6	31,8	28,6	40,7	39,4	35,5
Serviço de acesso à Internet era caro	11,8	12,0	14,5	9,6	9,7	9,9
Equipamento eletrônico necessário era caro	5,7	9,5	8,2	3,0	1,6	4,7
Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	4,5	13,8	4,1	1,9	3,4	3,9
Outro motivo	1,9	2,0	1,7	2,0	1,8	2,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

No País, em 2018, tanto em área urbana como rural, os dois motivos mais alegados para a não utilização da Internet foram os mesmos do total (não saber usar a Internet e falta de interesse em usá-la). Entretanto, os resultados da área rural foram expressivamente menores que os da área urbana. Por outro lado, o percentual de pessoas moradoras em área rural que não utilizaram a Internet porque o serviço de acesso à Internet não estar disponível nos locais que costumavam frequentar (12,0%) foi dez vezes maior que o da área urbana (1,2%). Não houve praticamente diferença entre os resultados dessas duas áreas no caso das pessoas que alegaram não ter acessado Internet devido ao serviço de acesso a esta rede ser caro, mas no caso das que indicaram que o motivo era o fato do equipamento necessário ser caro, o resultado da área rural (7,3%) superou o da urbana (5,0%).



Em 2018, em área urbana, exceto na Região Norte, a sequência dos motivos foi a mesma do País. No caso da Região Norte urbana, os dois motivos mais alegados apresentaram diferença irrelevante (não sabiam usar a Internet, com 34,2%, e falta de interesse em acessar a Internet, com 34,5%). Cabe ressaltar que, na área urbana, o percentual de pessoas que alegaram não utilizar a Internet devido ao serviço não estar disponível nos locais que costumavam frequentar ficou abaixo de 2% em todas as Grandes Regiões.

Em área rural, os dois motivos mais alegados foram os mesmos da área urbana, exceto na Região Norte. O motivo mais indicado na Região Norte rural foi o do serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar (29,9%), seguido pelo da falta de interesse em acessar a Internet (28,2%) e vindo depois, o de não saber usar a Internet (26,2%). Em todas as Grandes Regiões, na área rural, o motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível nos

locais que costumavam frequentar foi muito maior que o encontrado para a área urbana, sendo o resultado da Região Norte o que mais se destacou, vindo, em seguida, o da Região Centro-Oeste (12,7%) e ficando os das demais no intervalo fechado de 7,3% a 9,7%.

Tabela 2.24 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio e o motivo de não terem utilizado a Internet - 4º trimestre de 2018

Situação do domicílio e motivo de não terem utilizado a Internet	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Urbana	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não sabiam usar a Internet	43,0	34,2	44,9	42,7	44,7	44,6
Falta de interesse em acessar a Internet	36,8	34,5	31,0	41,3	40,0	35,9
Serviço de acesso à Internet era caro	11,8	15,9	13,6	10,1	10,3	10,1
Equipamento eletrônico necessário era caro	5,0	10,8	7,2	2,8	1,7	4,6
Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	1,2	1,8	1,3	1,0	1,1	1,7
Outro motivo	2,2	2,8	1,9	2,1	2,1	3,0
Rural	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não sabiam usar a Internet	38,3	26,2	39,9	43,2	42,3	38,6
Falta de interesse em acessar a Internet	29,3	28,2	25,2	37,1	37,7	34,1
Serviço de acesso à Internet era caro	11,9	6,9	15,9	7,1	8,0	8,8
Equipamento eletrônico necessário era caro	7,3	7,8	9,6	3,9	1,2	4,8
Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	12,0	29,9	8,1	7,3	9,7	12,7
Outro motivo	1,2	0,9	1,3	1,4	1,1	1,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Em 2018, no País, tanto na população masculina como na feminina que utilizou a Internet no País, os dois motivos mais frequentes e destacados dos demais foram não saber usar a Internet e falta de interesse em usar a Internet e ficaram na mesma ordem. Entretanto, o percentual de pessoas que alegaram não saber usar a Internet no contingente masculino (38,8%) foi menor que no feminino (44,4%), enquanto que no de pessoas que indicaram a falta de interesse em acessar a Internet ocorreu o inverso, tendo atingido 36,1%, no contingente masculino, e ficando

em 33,0%, no feminino. Nos demais motivos, a diferença entre os resultados dos dois sexos foi irrelevante.

Nas Grandes Regiões, em 2018, os dois motivos mais citados, tanto no contingente feminino como no masculino, foram os mesmos do País. No contingente feminino, esses dois motivos ficaram na mesma ordem em todas as Grandes Regiões, enquanto no masculino, apenas nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste.

Tabela 2.25 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo o sexo e o motivo de não terem utilizado a Internet - 4º trimestre de 2018

Sexo e motivo de não terem utilizado a Internet	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não sabiam usar a Internet	38,8	29,1	40,6	39,3	40,9	40,2
Falta de interesse em acessar a Internet	36,1	32,7	29,9	43,1	41,5	37,8
Serviço de acesso à Internet era caro	11,9	11,9	14,5	9,7	10,0	9,6
Equipamento eletrônico necessário era caro	6,3	10,0	9,0	3,3	2,1	5,1
Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	4,8	14,4	4,3	2,3	3,5	4,2
Outro motivo	2,1	1,9	1,7	2,4	2,0	3,1
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não sabiam usar a Internet	44,4	32,7	45,1	45,9	47,0	46,9
Falta de interesse em acessar a Internet	33,0	30,9	27,3	38,6	37,5	33,1
Serviço de acesso à Internet era caro	11,8	12,2	14,6	9,5	9,5	10,1
Equipamento eletrônico necessário era caro	5,1	8,9	7,4	2,7	1,1	4,3
Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	4,1	13,2	3,9	1,6	3,2	3,6
Outro motivo	1,7	2,2	1,6	1,6	1,7	2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Motivo da não utilização da Internet, por grupos de idade

No confronto das distribuições das pessoas que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, de cada grupo etário, verificou-se que a participação referente aos dois motivos de razão econômica, em conjunto, alcançou o máximo no grupo de adolescentes de 14 a 17 anos de idade e passou a declinar, em seguida, com o aumento da idade. Com relação ao motivo de acessibilidade à Internet nos locais que costumavam frequentar, o sentido de

declínio teve início a partir do grupo de jovens de 20 a 24 anos de idade.

Em 2018, no País, o percentual de pessoas que indicaram um dos dois motivos de razão econômica (serviço de acesso à Internet era caro ou equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet era caro) abrangeu 42,7%, no grupo etário de 10 a 13 anos, alcançou 53,4%, no de 14 a 17 anos, e passou a declinar nos seguintes, atingindo 5,2%, no de 60 anos ou mais. Com relação ao percentual de pessoas que indicaram que o serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar como motivo para não acessar esta rede, o máximo foi 15,0%, no grupo etário de 18 ou 19 anos, passou a declinar nos seguintes e atingiu o mínimo (1,2%), no de 60 anos ou mais.

Considerando, em conjunto, os motivos de falta de interesse em acessar a Internet e não saber usar esta rede, constatou-se que o percentual de pessoas que indicaram um deles foi de 37,0%, no grupo etário de 10 a 13 anos, baixou para 27,6%, no de 14 a 17 anos de idade, e, depois, subiu sucessivamente com o aumento da idade até atingir 92,9%, no de 60 anos ou mais de idade.

Tabela 2.26 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por motivo de não terem utilizado a Internet, segundo os grupos de idade - Brasil - 4º trimestre de 2018

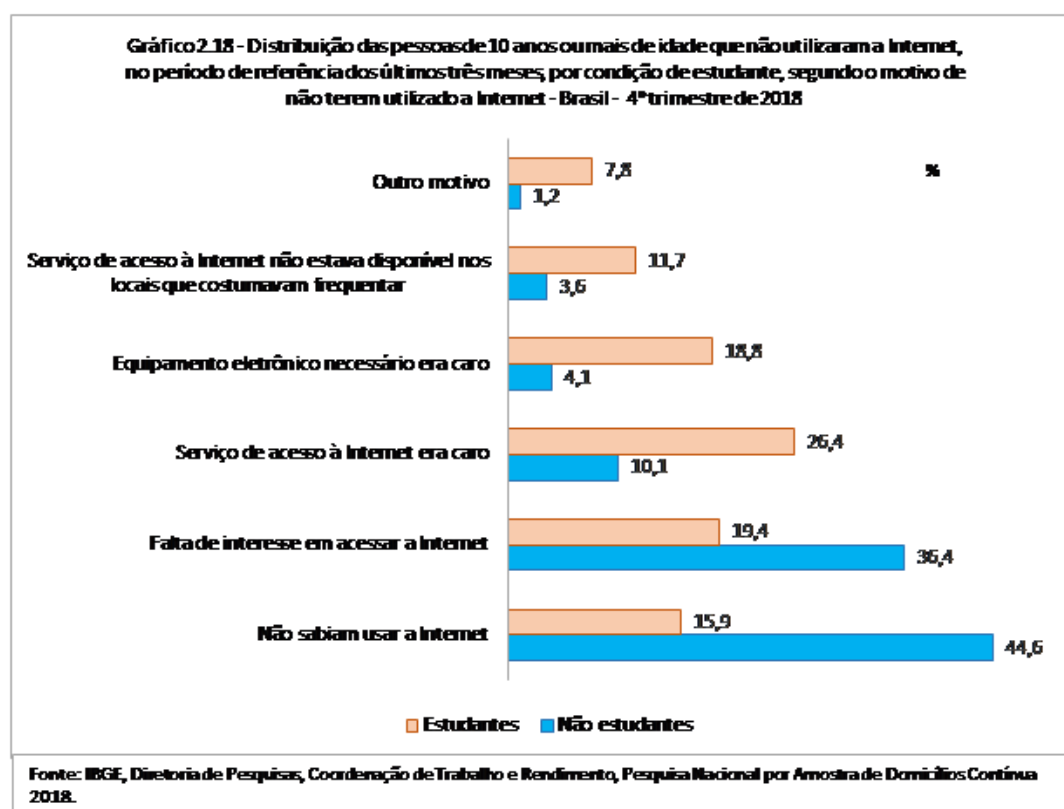
Grupos de idade	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)						
	Total	Motivo de não terem utilizado a Internet					
		Serviço de acesso à Internet era caro	Equipamento eletrônico necessário era caro	Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	Falta de interesse em acessar a Internet	Não sabiam usar a Internet	Outro motivo
Total	100,0	11,8	5,7	4,5	34,6	41,6	1,9
10 a 13 anos	100,0	23,7	19,0	9,9	18,3	18,7	10,4
14 a 17 anos	100,0	31,9	21,5	14,7	19,0	8,6	4,3
18 ou 19 anos	100,0	33,2	16,4	15,0	22,1	8,6	4,7
20 a 24 anos	100,0	27,7	15,1	13,3	28,4	11,7	3,8
25 a 29 anos	100,0	26,0	14,3	11,1	31,1	14,3	3,2
30 a 34 anos	100,0	23,5	11,6	10,0	33,8	19,1	2,1
35 a 39 anos	100,0	19,2	9,2	7,8	36,8	25,1	2,0
40 a 44 anos	100,0	15,6	7,0	5,2	38,8	31,8	1,5
45 a 49 anos	100,0	12,9	5,1	4,3	40,7	35,9	1,1
50 a 54 anos	100,0	11,0	4,2	3,0	39,3	41,8	0,8
55 a 59 anos	100,0	8,1	2,4	2,8	40,4	45,5	0,8
60 anos ou mais	100,0	4,3	0,9	1,2	35,4	57,5	0,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Motivo da não utilização da Internet, por condição de estudante

O confronto entre as distribuições dos estudantes e dos não estudantes que não utilizaram a Internet pelos motivos de não a terem usado, no período de referência dos últimos três meses, mostrou claras distinções entre estas duas populações. Os motivos de razão econômica e de acessibilidade à Internet nos locais que costumavam frequentar mostraram mais importância entre os estudantes, enquanto a falta de interesse em acessar e não saber usar a Internet, ainda que mantendo alta expressividade, tiveram participações muito menores que na dos não estudantes. A distribuição dos motivos entre os não estudantes foi altamente concentrada na falta de interesse e não saber usar a Internet.

Em 2018, no País, no contingente de estudantes, 45,2% não utilizaram a Internet por motivo de ordem econômica (serviço de acesso à Internet ou o equipamento eletrônico necessário para acessá-la era caro), enquanto entre os não estudantes este percentual ficou em nível muito inferior (14,2%). As pessoas que não tinham interesse em acessar a Internet ou não sabiam usá-la representaram 35,3%, entre os estudantes, e 81,0%, entre os não estudantes. No caso de o serviço de acesso à Internet não estar disponível nos locais que costumavam frequentar, a diferença também foi expressiva, tendo atingido 11,7%, no contingente de estudantes, e ficado em 3,6%, no de não estudantes.



As distinções constatadas entre os estudantes e não estudantes no que concerne aos motivos de não terem acessado a Internet no País ocorreram, também, nas Grandes Regiões.

Tabela 2.27 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo a condição de estudante e o motivo de não terem utilizado a Internet - 4º trimestre de 2018

Condição de estudante e motivo de não terem utilizado a Internet	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Estudantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não sabiam usar a Internet	15,9	15,6	15,8	14,5	22,5	13,9
Falta de interesse em acessar a Internet	19,4	23,1	16,1	20,3	23,6	22,2
Serviço de acesso à Internet era caro	26,4	18,4	29,6	29,2	24,8	24,8
Equipamento eletrônico necessário era caro	18,8	17,6	22,4	15,9	8,3	19,1
Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	11,7	20,7	9,7	7,8	9,9	7,7
Outro motivo	7,8	4,5	6,3	12,3	11,0	12,2
Não estudantes	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não sabiam usar a Internet	44,6	34,6	46,7	44,7	45,5	46,7
Falta de interesse em acessar a Internet	36,4	34,1	30,4	42,1	40,5	37,0
Serviço de acesso à Internet era caro	10,1	10,4	12,4	8,3	8,7	8,2
Equipamento eletrônico necessário era caro	4,1	7,4	6,2	2,1	1,1	3,1
Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	3,6	12,1	3,4	1,5	2,9	3,5
Outro motivo	1,2	1,4	1,0	1,3	1,2	1,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Motivo da não utilização da Internet, por nível de instrução

Quanto ao nível de instrução, cabe lembrar que o percentual de pessoas que não utilizaram a Internet no período dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade do País, em 2018, manteve-se extremamente elevado no contingente sem instrução (87,9%), foi declinando à medida que o grau de escolaridade aumentava, atingindo 1,7% entre as pessoas com superior incompleto e 2,6%, entre aquelas com superior completo. Ademais, deve-se levar em conta, ainda, que a idade é um fator que deve ser considerado.

Não saber utilizar a Internet foi o motivo indicado por 67,9% das pessoas sem instrução que não utilizaram a Internet. A parcela que indicou esse motivo foi mais baixa nos contingentes com médio incompleto (14,1%) e superior incompleto (15,9%), influenciado possivelmente pelo fato de, nestes níveis incompletos, a concentração de estudantes ser mais elevada. No superior completo, as pessoas que indicaram não saber usar a Internet como motivo para não a acessar ficou em 22,1%

O menor percentual de pessoas que indicaram a falta de interesse em acessar a Internet como motivo para não a utilizar ocorreu no nível sem instrução (20,5%), seguido do fundamental incompleto (34,7%) e pelo do médio incompleto (38,4%), enquanto o maior foi o do nível superior completo (58,9%).

Considerando os dois motivos de razão econômica (serviço de acesso à Internet era caro e equipamento eletrônico necessário era caro) em conjunto, os menores percentuais foram os das pessoas sem instrução (8,0%) e com o superior completo (9,9%).

Tabela 2.28 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por motivo de não terem utilizado a Internet, segundo o nível de instrução - Brasil - 4º trimestre de 2018

Nível de instrução	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)						
	Total	Motivo de não terem utilizado a Internet					
		Serviço de acesso à Internet era caro	Equipamento eletrônico necessário era caro	Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	Falta de interesse em acessar a Internet	Não sabiam usar a Internet	Outro motivo
Total	100,0	11,8	5,7	4,5	34,6	41,6	1,9
Sem instrução	100,0	5,9	2,1	2,6	20,5	67,9	1,0
Fundamental incompleto	100,0	11,7	6,3	4,4	34,7	40,9	2,0
Fundamental completo	100,0	14,7	6,7	5,7	44,2	26,7	2,0
Média incompleta	100,0	23,8	11,7	8,7	38,4	14,1	3,4
Média completa	100,0	17,4	6,1	5,5	47,9	21,0	2,2
Superior incompleto	100,0	22,3	4,3	4,3	51,8	15,9	1,4
Superior completo	100,0	8,3	1,6	5,3	58,9	22,1	3,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Motivo da não utilização da Internet, por situação de ocupação

Em 2018, no que concerne à condição de ocupação na semana de referência, no País, constatou-se que não saber usar a Internet foi o motivo com mais concentração da população de 14 anos ou mais de idade, não ocupada, que não utilizou a Internet (48,2%), vindo a falta de interesse em acessar a Internet em

segundo lugar (32,7%). Na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada, que não usou a Internet, os percentuais de enquadramento nesses dois motivos apresentaram-se em ordem inversa, pois 32,3% alegaram não saber usar a Internet e 42,3%, falta de interesse em utilizá-la.

Tabela 2.29 - Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, por Grandes Regiões, segundo a situação de ocupação na semana de referência e o motivo de não terem utilizado a Internet - 4º trimestre de 2018

Situação de ocupação na semana de referência e motivo de não terem utilizado a Internet	Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade que não utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Ocupadas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não sabiam usar a Internet	32,3	24,7	35,4	32,0	33,1	32,4
Falta de interesse em acessar a Internet	42,3	37,4	36,1	49,4	46,7	45,7
Serviço de acesso à Internet era caro	12,7	11,5	14,9	11,5	11,9	10,3
Equipamento eletrônico necessário era caro	5,9	8,7	8,4	3,5	1,9	4,7
Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	5,7	16,3	4,2	2,5	5,6	5,7
Outro motivo	1,1	1,4	1,1	1,0	0,9	1,2
Não ocupadas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Não sabiam usar a Internet	48,2	37,3	48,8	48,9	50,3	52,5
Falta de interesse em acessar a Internet	32,7	29,9	26,9	38,5	37,3	32,0
Serviço de acesso à Internet era caro	10,2	11,6	12,9	7,8	8,0	8,2
Equipamento eletrônico necessário era caro	4,2	8,3	6,5	1,9	1,0	2,8
Serviço de acesso à Internet não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	3,3	11,2	3,7	1,4	2,0	2,6
Outro motivo	1,4	1,6	1,2	1,5	1,5	1,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE

POSSE DE TELEFONE MÓVEL CELULAR PARA USO PESSOAL

A posse de telefone móvel celular para uso pessoal foi investigada para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Observando-se a evolução do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, no período de 2016 a 2018, pode-se notar lenta tendência de crescimento e que se mostrou mais acentuada em área rural. No País, de 2017 para 2018, este indicador passou de 78,2% para 79,3%.

Os resultados desse indicador para as Regiões Norte e Nordeste ainda apresentaram diferenças marcantes em relação aos das demais. Em 2018, o percentual de pessoas com telefone móvel celular para uso pessoal estava em 67,4%, na Região Norte, e 70,7%, na Região Nordeste, enquanto nas demais, variou de 84,1% a 86,2%.

Ainda que o crescimento desse indicador tenha sido mais acelerado em área rural, a diferença em relação ao da área urbana continuou elevada. Em 2018, as pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal representavam 82,9% do contingente de 10 anos ou mais de idade residente na área urbana do País e 57,3% do que morava em área rural. A disparidade entre os resultados dessas duas áreas foi destacadamente maior nas Regiões Norte (34,8 p.p.), e Nordeste (26,1 p.p) e menor na Região Centro-Oeste (11,3 p.p.).

Tabela 3.1 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

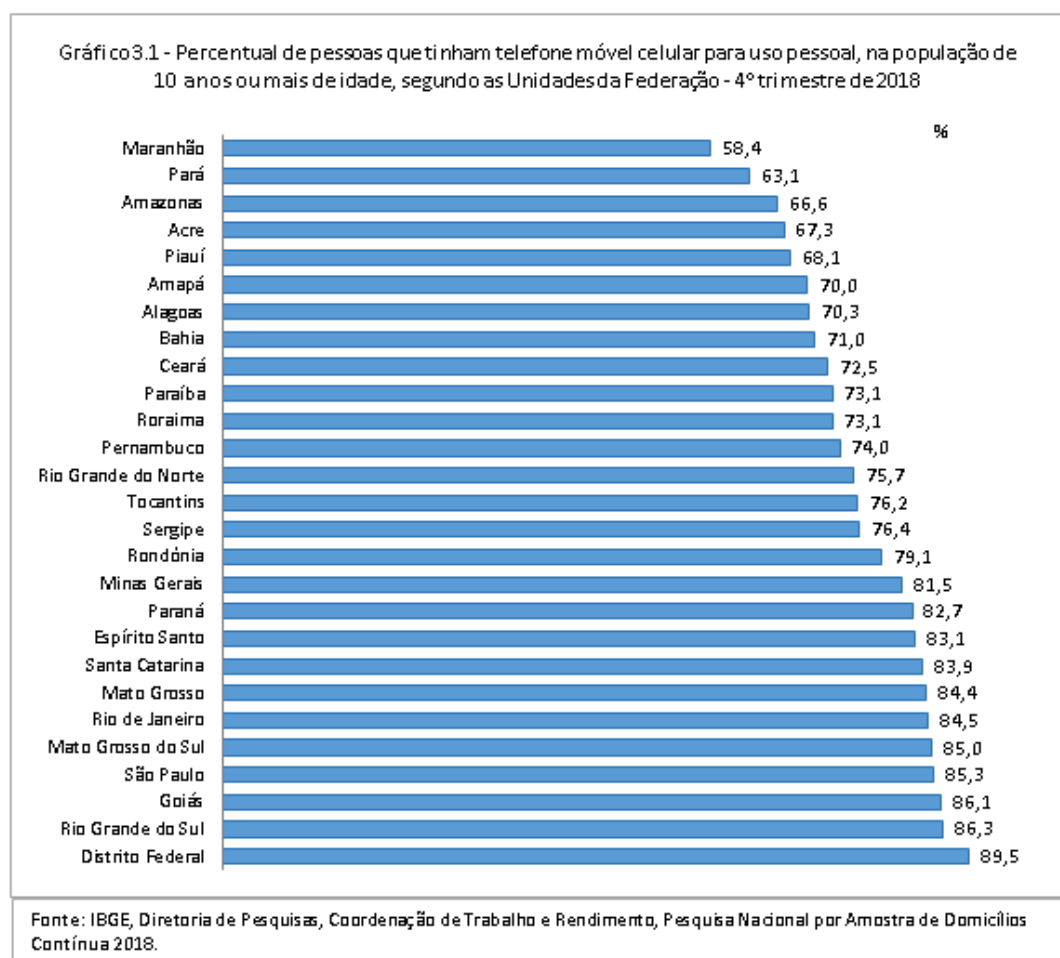
Grandes Regiões	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	77,1	78,2	79,3	80,9	81,9	82,9	54,3	55,8	57,3
Norte	65,1	66,3	67,4	73,1	74,0	75,2	38,2	39,5	40,4
Nordeste	68,7	69,9	70,7	75,5	76,6	77,3	48,1	49,8	51,2
Sudeste	81,8	82,7	84,1	83,0	83,8	85,2	64,9	66,9	68,5
Sul	82,0	83,6	84,3	84,2	85,7	86,3	68,6	69,8	71,9
Centro-Oeste	84,6	85,7	86,2	85,9	87,0	87,3	72,5	73,8	76,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

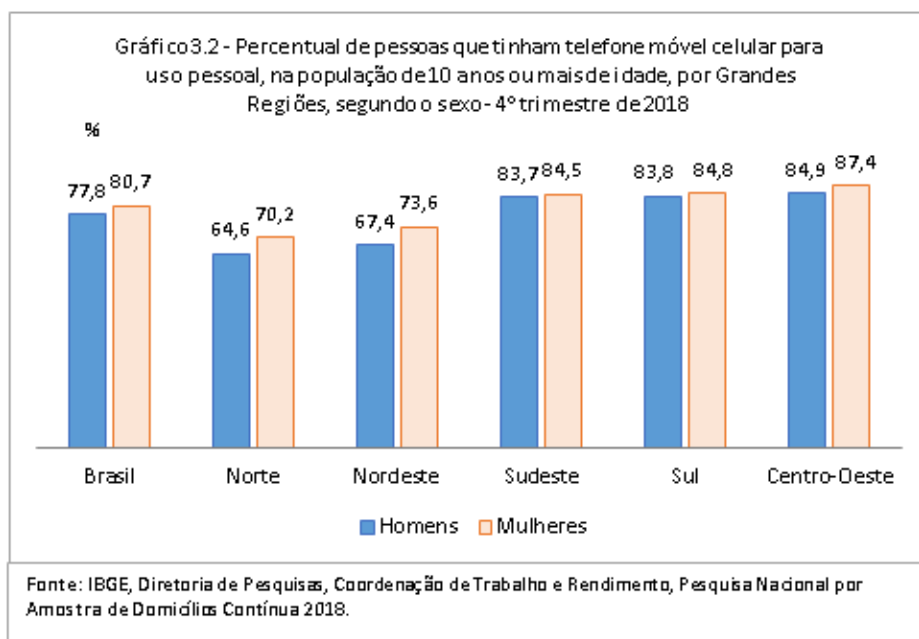
Em 2018, o Maranhão continuou sendo a Unidade da Federação que apresentou o mais baixo percentual de pessoas que tinham telefone celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade (58,4%), enquanto o Distrito Federal manteve, destacadamente dos demais, o mais alto (89,5%).

Os resultados desse indicador das Unidades da Federação das Regiões Norte e Nordeste ficaram, todos, abaixo daqueles das demais. Esse percentual de pessoa que tinham telefone móvel celular das Unidades da Federação das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste variou de 81,5% a 89,5%, enquanto nas das Regiões Norte e Nordeste, a dispersão foi acentuada (de 58,4% a 79,1%).

Nas Unidades da Federação da Região Norte, a que apresentou resultado mais elevado foi Rondônia (79,1%) e da Região Nordeste, foi Sergipe (76,4%). Por outro lado, nas Unidades da Federação das demais Grandes Regiões, o menor resultado foi o do Estado de Minas Gerais (81,5%).



O confronto do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal nas populações masculina e feminina continuou mostrando diferença significativa. Em 2018, no País, o percentual de homens que tinham esse aparelho para uso pessoal ficou em 77,8%, enquanto o das mulheres, em 80,7%, sendo que essa diferença foi maior nas Regiões Norte e Nordeste e pouco expressiva nas Regiões Sudeste e Sul. Esse indicador da população feminina superou o da masculina em 5,6 p.p., na Região Norte, e 6,2 p.p., na Região Nordeste.



Em 2018, tanto na população masculina como na feminina, o Maranhão permaneceu como a Unidade da Federação que apresentou o mais baixo percentual de pessoas que tinham telefone celular para uso pessoal (53,0%), para os homens, e 63,4%, para as mulheres) e o Distrito Federal, destacadamente, o mais alto (89,1%, para os homens, e 89,9%, para as mulheres).

Os aparelhos móveis celulares, inicialmente restritos à sua finalidade básica de telefonia, no decorrer do tempo, foram sendo desenvolvidos para agregar outras funções, ampliando as suas possibilidades de uso, dentre as quais a de acesso à Internet. O acesso à Internet por meio da telefonia móvel celular é um recurso de comunicação e de obtenção de informação que vem sendo visto cada vez mais como integrante do cotidiano de um número crescente pessoas.

Os resultados de 2016 a 2018 indicaram que houve acelerado crescimento no contingente que tinha telefone móvel celular com a funcionalidade de acesso à Internet e que foi mais intenso em área rural. Esse comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.

De 2017 para 2018, na população de 10 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal no País, a parcela que tinham acesso à Internet por meio deste aparelho, aumentou de 84,4% para 88,5%. Na área rural

esse percentual cresceu de 64,1% para 73,4%, mas ainda sendo expressivamente menor que o da área urbana, que aumentou de 86,6% para 90,2%.

Tabela 3.2 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal (%)								
	Total			Situação do domicílio					
				Urbana			Rural		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	78,9	84,4	88,5	81,5	86,6	90,2	55,2	64,1	73,4
Norte	76,7	81,5	85,8	80,5	85,0	88,7	52,6	58,8	66,9
Nordeste	70,7	77,5	83,4	75,0	81,1	86,2	50,7	60,6	71,1
Sudeste	83,7	88,5	91,6	84,9	89,5	92,3	61,7	70,8	78,2
Sul	77,6	83,9	88,1	80,2	86,1	89,8	58,0	66,7	75,2
Centro-Oeste	80,6	85,1	88,9	82,6	87,0	90,1	57,7	64,2	75,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Em 2018, na população de 10 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal, o percentual de pessoas que tinha este aparelho com a funcionalidade de acesso à Internet continuou sendo mais elevado no Distrito Federal (96,0%) e mais baixo no Piauí (77,3%).

De 2016 a 2018, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet na população que tinha este aparelho para uso pessoal mostrou tendência de crescimento, tanto no contingente masculino como no feminino.

Em 2018, no confronto dos resultados desse indicador dos contingentes masculino e feminino, constatou-se que o das mulheres (89,2%) continuou superando o dos homens (87,6%), ainda que a diferença não tenha sido elevada. Nas Grandes Regiões, as diferenças mais perceptíveis entre os resultados desses dois contingentes ocorreram nas Regiões Norte (84,4%, para os homens, e 87,0%, para as mulheres) e Centro-Oeste (87,4%, para os homens, e 90,2%, para as mulheres).

Tabela 3.3 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal, por sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 10 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal (%)								
	Total			Sexo					
				Homens			Mulheres		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	78,9	84,4	88,5	78,0	83,6	87,6	79,8	85,1	89,2
Norte	76,7	81,5	85,8	74,4	79,3	84,4	78,7	83,4	87,0
Nordeste	70,7	77,5	83,4	70,1	76,6	82,6	71,3	78,2	84,1
Sudeste	83,7	88,5	91,6	82,7	87,9	90,8	84,6	89,1	92,2
Sul	77,6	83,9	88,1	76,6	83,2	87,4	78,5	84,5	88,7
Centro-Oeste	80,6	85,1	88,9	79,0	83,7	87,4	82,1	86,4	90,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, por grupos de idade

A idade foi um dos fatores que se refletiu na posse de telefone móvel celular para uso pessoal.

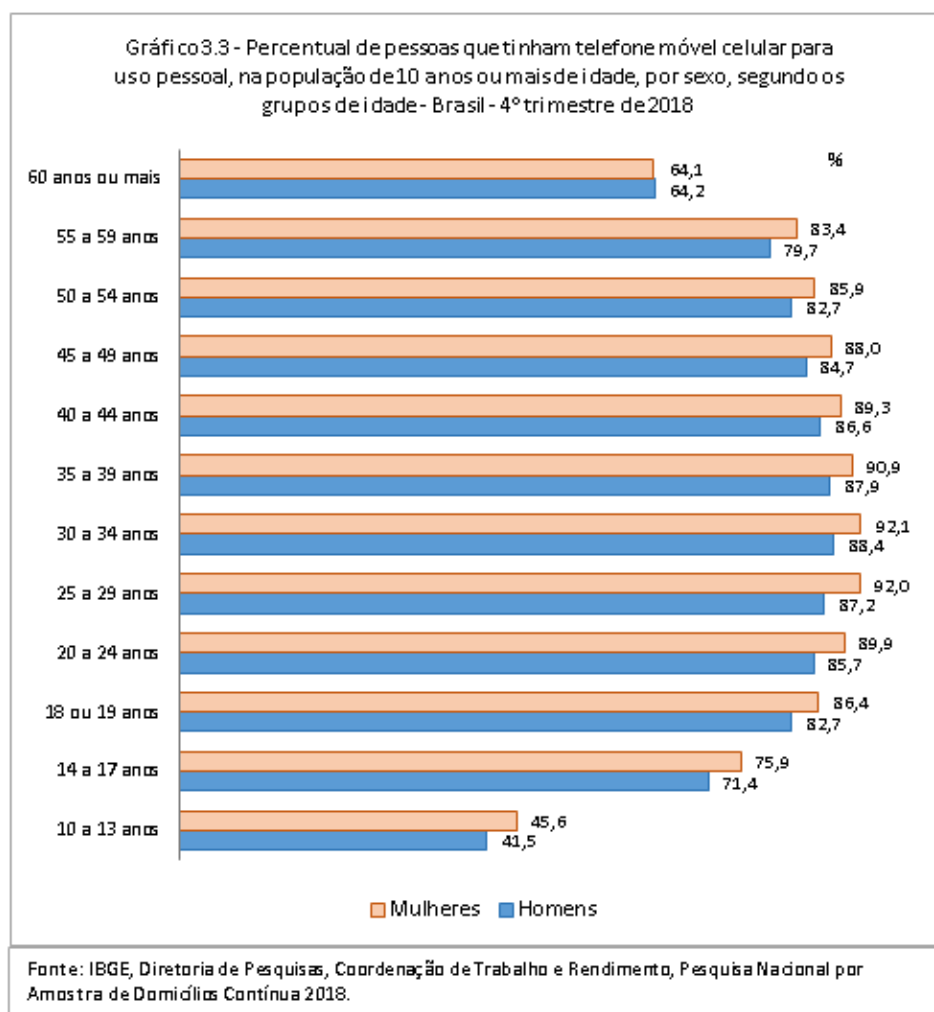
No País, em 2018, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal em cada grupo etário, teve o seu mínimo no grupo etário de 10 a 13 anos (43,5%), subiu abruptamente no de 14 a 17 anos (73,6%) e prosseguiu em ascensão, alcançando as maiores participações nos grupos dos adultos jovens de 25 a 39 anos, com ápice no de 30 a 34 anos (90,3%), passando gradualmente a declinar nos seguintes até o dos adultos de meia-idade de 55 a 59 anos (81,7%) e terminando com queda acentuada no dos idosos de 60 anos ou mais (64,1%). Nas Grandes Regiões o movimento foi assemelhado.

Tabela 3.4 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade - 4º trimestre de 2018

Grupos de idade	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	79,3	67,4	70,7	84,1	84,3	86,2
10 a 13 anos	43,5	23,7	35,9	51,6	52,1	48,8
14 a 17 anos	73,6	54,8	65,4	81,6	81,6	80,2
18 ou 19 anos	84,5	68,5	77,8	90,1	91,6	90,7
20 a 24 anos	87,8	73,1	81,2	93,0	93,5	92,9
25 a 29 anos	89,7	76,9	83,3	94,4	93,9	94,8
30 a 34 anos	90,3	79,1	83,4	94,8	95,3	94,5
35 a 39 anos	89,5	78,4	81,5	94,3	94,0	94,1
40 a 44 anos	88,0	78,3	79,3	92,9	92,2	93,8
45 a 49 anos	86,4	77,6	76,8	90,9	91,2	92,2
50 a 54 anos	84,4	75,9	74,1	89,0	88,5	91,0
55 a 59 anos	81,7	71,9	71,1	86,0	85,7	88,9
60 anos ou mais	64,1	59,4	54,0	67,1	68,5	75,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Em 2018, no País, o confronto entre o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal nos contingentes masculino e feminino, por grupos de idade, mostrou que o das mulheres suplantou de forma sensível o dos homens em todos os grupos etários, exceto no de 60 anos ou mais em que ficaram praticamente iguais (64,2%, para os homens e 64,1%, para as mulheres). Cabe observar que, no grupo etário de 60 anos ou mais de idade, esse indicador do contingente feminino já vinha se aproximando do masculino, pois, em 2016, os resultados foram de 62,3%, para os homens e 59,8%, para as mulheres, e em 2017, estavam em 64,2%, para os homens, e 62,9%, para as mulheres.



Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, por condição de estudante

O percentual de pessoas que dispunham de telefone móvel celular para uso pessoal, no contingente de 10 anos ou mais de idade, continuou apresentando diferença expressiva entre os estudantes e não estudantes. Esse indicador também mostrou disparidade acentuada entre os estudantes das redes pública e privada.

Em 2018, no País, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população estudantil (71,3%) permaneceu substancialmente abaixo daquele alcançado na não estudantil (81,3%). A desagregação por rede de

ensino, mostrou que a diferença entre os resultados desse indicador dos estudantes das redes pública e privada foi ainda mais elevada e alcançou 28,7 p.p. Ademais, esse indicador dos estudantes da rede privada suplantou o do contingente de não estudantes. O mesmo comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.

Tabela 3.5 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por condição de estudante e rede de ensino que frequentavam, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2018

Grandes Regiões	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total	Condição de estudante			Não estudantes	
		Estudantes				
		Total	Rede de ensino			
			Pública			Privada
Brasil	79,3	71,3	62,8	91,5	81,3	
Norte	67,4	54,6	46,0	87,6	71,8	
Nordeste	70,7	63,7	56,3	87,0	72,6	
Sudeste	84,1	77,9	69,7	93,3	85,5	
Sul	84,3	78,8	71,0	94,9	85,6	
Centro-Oeste	86,2	76,4	69,3	92,0	88,8	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

No País, em 2018, o percentual de mulheres que tinham telefone móvel celular para uso pessoal superou o dos homens, tanto na população estudantil como na não estudantil. Entretanto, a diferença entre os resultados dos homens e das mulheres não foi muito elevada na população não estudantil (2,1 p.p.), mas atingiu 5,1 p.p. na estudantil.

O percentual de mulheres que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população estudantil feminina foi expressivamente maior que o da masculina em todas as Grandes Regiões. Na população não estudantil, esse indicador do contingente feminino superou consideravelmente o do masculino nas Regiões Norte e Nordeste, mas não apresentou diferença elevada na Região Centro-Oeste e os resultados dos homens e mulheres ficaram quase iguais nas Regiões Sul e Sudeste.

Tabela 3.6 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo, a condição de estudante e a rede de ensino que frequentavam - 4º trimestre de 2018

Sexo, condição de estudante e rede de ensino que frequentavam	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homens	77,8	64,6	67,4	83,7	83,8	84,9
Estudantes	68,7	51,6	60,7	75,8	76,5	73,4
Rede pública	60,8	44,1	54,1	68,2	69,2	66,3
Rede privada	90,0	86,9	84,7	91,7	94,4	90,8
Não estudantes	80,2	69,0	69,3	85,5	85,5	88,0
Mulheres	80,7	70,2	73,6	84,5	84,8	87,4
Estudantes	73,8	57,5	66,6	79,9	81,0	79,3
Rede pública	64,9	48,1	58,7	71,3	72,8	72,4
Rede privada	92,8	88,2	88,8	94,6	95,4	93,1
Não estudantes	82,3	74,5	75,5	85,4	85,7	89,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, por nível de instrução

O nível de instrução alcançado é uma característica que influencia claramente na posse de telefone para uso pessoal.

O percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal foi crescendo sucessivamente com a elevação do nível de instrução, com aumentos expressivos até o superior incompleto e permanecendo praticamente inalterado deste para o superior completo. O mesmo comportamento foi observado nas populações masculina e feminina.

No País, em 2018, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal abrangeu 37,3% do contingente de 10 anos ou mais de idade sem instrução e abarcou 97,9% do que tinha superior completo. Nas Grandes Regiões o comportamento foi assemelhado.

Tabela 3.7 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o nível de instrução - 4º trimestre de 2018

Nível de instrução	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	79,3	67,4	70,7	84,1	84,3	86,2
Sem instrução	37,3	35,5	33,2	40,1	41,8	55,9
Fundamental incompleto	63,5	48,9	56,5	68,0	70,3	73,8
Fundamental completo	82,7	69,0	77,0	84,6	88,3	89,1
Média incompleta	86,5	73,4	81,4	90,1	92,1	91,5
Média completa	92,9	85,9	90,3	94,2	95,3	95,7
Superior incompleto	97,8	95,1	97,2	98,4	98,2	97,9
Superior completo	97,9	96,7	97,5	97,9	98,4	98,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, por situação de ocupação

Considerando a situação de ocupação na semana de referência da população de 14 anos ou mais de idade, verificou-se diferença marcante entre o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal no contingente ocupado (90,7%) e não ocupado (71,1%), no País, em 2018. O mesmo ocorreu nas parcelas masculina e feminina, sendo que os resultados encontrados para as mulheres superaram os dos homens, tanto no contingente ocupado como no não ocupado. O mesmo comportamento foi observado em todas as Grandes Regiões.

Tabela 3.8 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 14 anos ou mais de idade, por situação de ocupação na semana de referência e sexo, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre de 2018

Grandes Regiões	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 14 anos ou mais de idade (%)								
	Total	Homens	Mulheres	Situação de ocupação na semana de referência					
				Ocupadas			Não ocupadas		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil	81,8	80,5	82,9	90,7	88,3	93,8	71,1	66,5	73,8
Norte	71,6	68,8	74,3	79,3	75,1	85,7	62,8	57,2	66,1
Nordeste	73,5	70,3	76,3	84,8	80,6	90,5	63,4	56,7	67,7
Sudeste	86,1	86,0	86,2	94,0	92,6	95,8	75,6	73,1	77,1
Sul	86,3	86,0	86,6	93,5	92,4	95,0	75,7	71,8	77,9
Centro-Oeste	89,0	88,1	89,9	94,6	92,9	96,7	80,6	76,5	82,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

A diferença expressiva entre o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 14 anos ou mais de idade ocupada e não ocupada ocorreu em todas as Unidades da Federação. Em 2018, as menores diferenças, em pontos percentuais, entre os indicadores das pessoas ocupadas e não ocupadas ocorreram para o Amazonas (12,2 p.p.) e o Distrito Federal (11,7 p.p.) e as maiores, para o Maranhão (22,9 p.p.), Alagoas (22,1 p.p.) e Bahia (22,1 p.p.)

O Distrito Federal foi a Unidade da Federação que deteve o percentual mais elevado de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, tanto na população ocupada (96,7%) como na não ocupada (85,0%). Os menores resultados desse indicador para as pessoas ocupadas foram os do Maranhão (75,6%) e do Pará (75,5%), sendo que os mais baixos para as pessoas não ocupadas ocorreram, também, no Maranhão (52,7%) e no Pará (57,6%).

O uso do aparelho de telefonia móvel para acessar a internet vem-se ampliando rapidamente na população, independentemente da sua situação de ocupação.

De 2016 a 2018, na população de 14 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal no País, houve aumento expressivo no percentual de pessoas que tinha acesso à Internet por meio deste aparelho, tanto no contingente ocupado como no não ocupado. De 2017 para 2018, no País, este indicador subiu de 88,7% para 92,2%, no contingente ocupado, e de 76,8% para 82,0%, no não ocupado. Esse movimento ascendente ocorreu em todas as Grandes Regiões.

Em 2018, esse percentual de pessoas que tinham acesso à Internet por telefone móvel celular foi mais baixo no Nordeste, tanto no contingente ocupado que possuía este aparelho para uso pessoal (88,1%), como no não ocupado (76,7%), e mais alto na Região Sudeste (94,4%, para as pessoas ocupadas, e 86,4%, para as não ocupadas).

Tabela 3.9 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal, por situação de ocupação na semana de referência, segundo as Grandes Regiões - 4º trimestre - 2016-2018

Grandes Regiões	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade que tinha telefone móvel celular para uso pessoal (%)								
	Total			Situação de ocupação na semana de referência					
				Ocupadas			Não ocupadas		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Brasil	78,4	84,0	88,2	83,3	88,7	92,2	71,1	76,8	82,0
Norte	76,3	81,1	85,5	78,9	83,8	88,3	72,7	77,2	81,6
Nordeste	70,1	76,9	82,9	75,4	82,7	88,1	63,8	69,9	76,7
Sudeste	83,4	88,3	91,4	87,5	92,1	94,4	76,7	82,0	86,4
Sul	77,0	83,5	87,8	82,7	88,8	92,6	66,7	73,7	79,3
Centro-Oeste	80,1	84,7	88,5	84,8	89,2	92,3	72,3	77,1	81,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2018.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, por grupamentos ocupacionais no trabalho principal

O percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população ocupada de 14 anos ou mais de idade, conforme já visto, alcançou 90,7% em 2018, no País. Em cinco dos dez grupamentos ocupacionais, esse percentual foi muito elevado, variando de 97,7% a 99,2%. Em três grupamentos ocupacionais, esse percentual permaneceu abaixo do resultado nacional: trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (66,0%); ocupações elementares (81,1%); e trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (89,2%). Cabe notar a elevada diferença entre os resultados desses três grupamentos ocupacionais, especialmente entre o primeiro e o segundo.

Em 2018, nas Grandes Regiões, esses três grupamentos ocupacionais foram os que detiveram os menores percentuais de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, exceto na Região Norte, em que o terceiro menor foi o do grupamento dos operadores de instalações e máquinas e montadores (75,9%), em lugar do grupamento dos trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (80,3%). Vale ressaltar, que esse mesmo comportamento foi observado nos dois anos anteriores.

Tabela 3.10 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupamentos ocupacionais no trabalho principal - 4º trimestre de 2018

Grupamentos ocupacionais no trabalho principal	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	90,7	79,3	84,8	94,0	93,5	94,6
Diretores e gerentes	99,0	98,5	98,8	98,9	99,2	99,0
Profissionais das ciências e intelectuais	98,8	96,4	98,2	99,1	99,2	99,4
Técnicos e profissionais de nível médio	98,3	95,5	97,4	98,8	98,8	98,8
Trabalhadores de apoio administrativo	97,7	95,6	97,1	97,9	98,2	98,4
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	93,4	86,2	89,9	95,4	96,4	95,8
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	66,0	47,9	53,9	75,4	76,8	85,0
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	89,2	80,3	82,5	91,9	91,8	92,8
Operadores de instalações e máquinas e montadores	93,0	75,9	90,7	95,6	95,8	95,3
Ocupações elementares	81,1	67,8	71,6	86,3	87,8	88,5
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	99,2	97,8	100,0	99,3	98,3	99,7

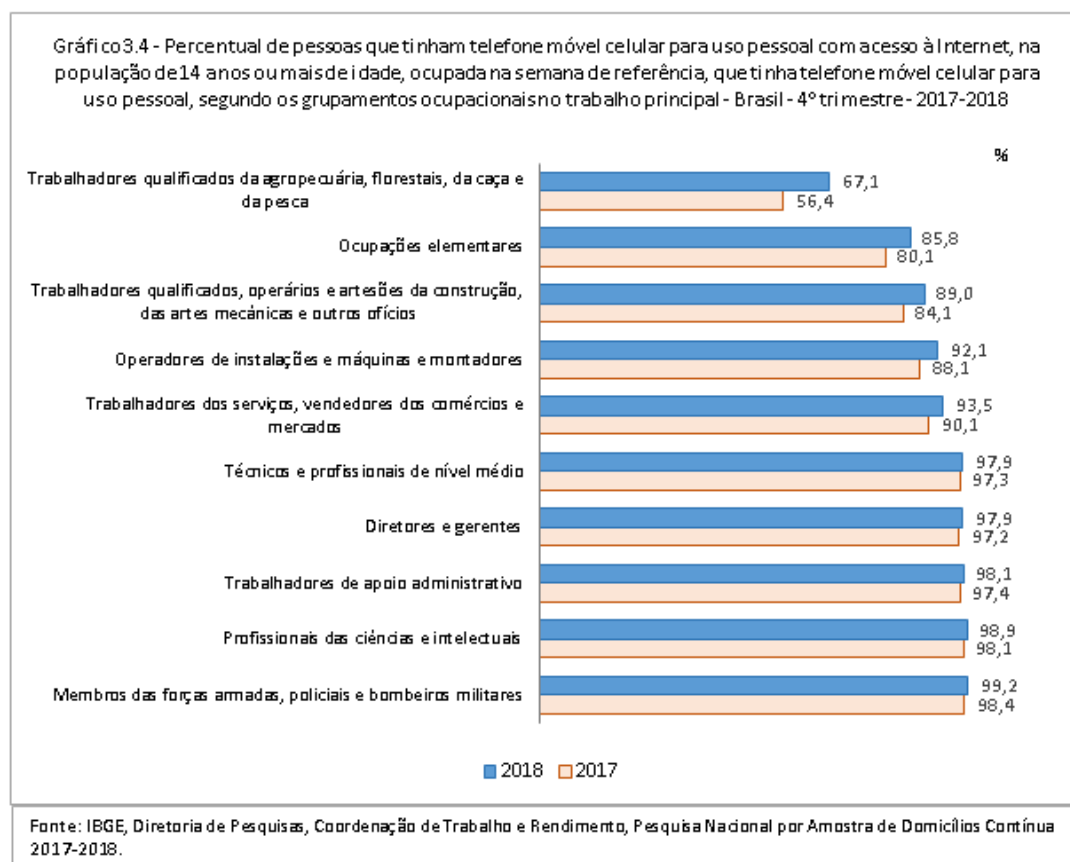
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
(1) Inclusive as pessoas com ocupação maldefinida.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, por grupamentos ocupacionais no trabalho principal

Conforme já foi visto, houve sensível crescimento no percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada, que tinha este equipamento para uso pessoal. O aumento de 2017 para 2018, foi mais acentuado nos grupamentos ocupacionais com os menores percentuais de pessoas que tinham telefone móvel celular com acesso à Internet e que tinham mais possibilidades de crescimento: trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (de 56,4% para 67,1%);

ocupações elementares (de 80,1% para 85,8%); trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (de 84,1% para 89,0%); operadores de instalações e máquinas e montadores (88,1% para 92,1%); e trabalhadores de serviços, vendedores dos comércios e mercados (de 90,1% para 93,5%).

Cabe ressaltar que, em 2018, esse indicador variou de 97,9% a 99,2% em cinco dos dez grupamentos ocupacionais e em somente três deles ficou abaixo de 90%.



Em 2018, nas Grandes Regiões, os grupamentos ocupacionais com os menores resultados do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular com acesso à Internet, na população que tinha este equipamento para uso pessoal,

foram os mesmos do País. Cabe ressaltar que a elevada diferença entre o indicador do grupamento dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca e o do grupamento das ocupações elementares ocorreu, também, em todas as Grandes Regiões, sendo que a maior foi a da Região Norte (24,2 p.p) e a menor, da Região Sul (15,1 p.p).

A maior dispersão entre os resultados regionais desse indicador também foi constatada no grupamento dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca, que variou de 58,5%, na Região Norte, a 72,0%, na Região Sul.

Tabela 3.11 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que tinha telefone móvel celular para uso pessoal, por Grandes Regiões, segundo os grupamentos ocupacionais no trabalho principal - 4º trimestre de 2018

Grupamentos ocupacionais no trabalho principal	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que tinha telefone móvel celular para uso pessoal (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	92,2	88,3	88,1	94,4	92,6	92,3
Diretores e gerentes	97,9	95,9	98,1	98,1	97,8	97,9
Profissionais das ciências e intelectuais	98,9	97,9	98,5	99,0	99,1	99,2
Técnicos e profissionais de nível médio	97,9	96,6	96,9	98,1	98,7	98,4
Trabalhadores de apoio administrativo	98,1	97,8	97,5	98,4	97,7	98,5
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	93,5	90,2	89,4	95,8	94,6	94,0
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	67,1	58,5	58,9	71,7	72,0	69,6
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	89,0	86,5	83,2	90,9	90,6	89,4
Operadores de instalações e máquinas e montadores	92,1	87,1	87,7	94,2	93,1	92,1
Ocupações elementares	85,8	82,7	80,2	88,8	87,1	85,5
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	99,2	98,7	98,8	99,6	98,5	99,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
(1) Inclusive as pessoas com ocupação maldefinida.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, por grupamentos de atividade do trabalho principal

Em 2018, no País, em oito dos onze grupamentos de atividade, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal já tinha ultrapassado 90%. O resultado mais baixo foi o do grupamento da agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (64,9%), que apresentou diferença elevada em relação ao segundo menor que foi o da construção (84,9%). O terceiro menor foi o dos serviços domésticos (88,4%).

Em três das Grandes Regiões, os três grupamentos que apresentaram os resultados mais baixos desse indicador foram os mesmos do País e ficaram na mesma sequência. Na Região Norte, o menor foi o mesmo do País, mas o segundo mais baixo foi o da indústria geral e o terceiro, da construção. Na Região Centro-Oeste, os dois menores foram os mesmos do País, mas o terceiro foi o do alojamento e alimentação (93,1%), que, entretanto, não apresentou diferença significativa em relação ao dos serviços domésticos (93,4%).

Tabela 3.12 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - 4º trimestre de 2018

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	90,7	79,3	84,8	94,0	93,5	94,6
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	64,9	46,9	51,6	75,1	76,6	84,8
Indústria geral	91,5	73,7	85,7	94,2	94,0	93,8
Construção	84,9	74,3	77,4	88,3	89,5	89,2
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	93,1	86,2	89,6	95,0	96,2	96,0
Transporte, armazenagem e correio	95,3	88,3	92,0	96,9	97,0	97,2
Alojamento e alimentação	91,1	82,8	87,6	93,1	93,9	93,1
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	97,3	92,8	96,5	97,7	97,8	97,1
Administração pública, defesa e seguridade social	96,5	94,5	94,6	97,0	97,9	98,7
Educação, saúde humana e serviços sociais	97,4	92,9	95,8	98,3	98,5	98,8
Serviços domésticos	88,4	79,9	82,9	90,6	91,9	93,4
Outros serviços	95,4	90,1	91,4	96,9	97,6	96,8

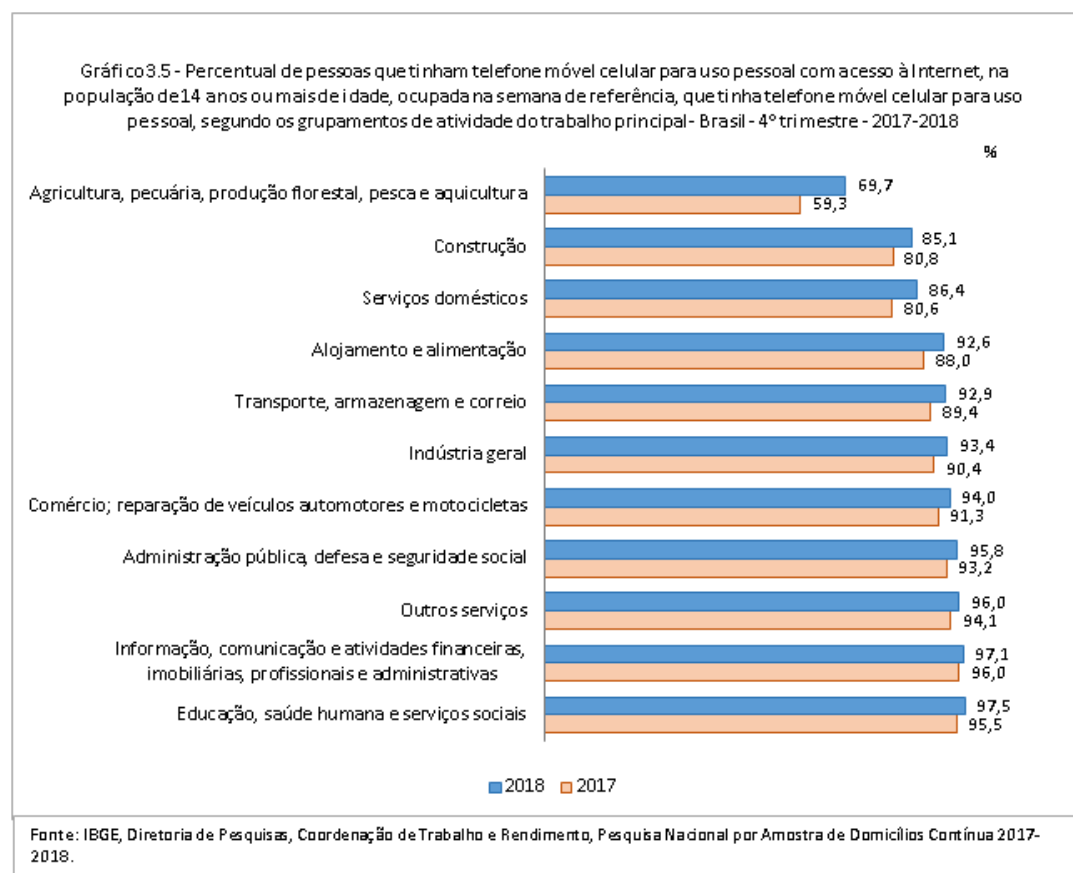
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, por grupamentos de atividade do trabalho principal

Conforme comportamento que já havia sido observado em relação aos grupamentos ocupacionais, de 2017 para 2018, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada, que tinha este equipamento para uso pessoal teve crescimento mais acentuado nos grupamentos de atividade em que era mais baixo, destacando-se o do grupo agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

De 2017 para 2018, nos quatro grupamentos de atividade que apresentavam os menores percentuais de pessoas que tinham telefone móvel celular com acesso à Internet, os aumentos foram: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (de 59,3% para 69,7%); construção (de 80,8% para 85,1%); serviços domésticos (de 80,6% para 86,4%); e alojamento e alimentação (88,0% para 92,6%).

Com essa evolução, em 2018, esse indicador ficou abaixo de 90% somente em três dos onze grupamentos de atividade.



Em 2018, nas Grandes Regiões, os três grupamentos de atividade com os menores resultados do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular com acesso à Internet na população ocupada que tinha este aparelho para uso pessoal foram os mesmos do País (agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; construção; e serviços domésticos), sendo que houve inversão de posição entre o segundo e o terceiro menores na Região Sul.

A maior dispersão entre os resultados regionais desse indicador ocorreu no grupamento agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (13,5 p.p) e a menor, no da Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias,

profissionais e administrativas (2,2 p.p.).

Tabela 3.13 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que tinha telefone móvel celular para uso pessoal, por Grandes Regiões, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - 4º trimestre de 2018

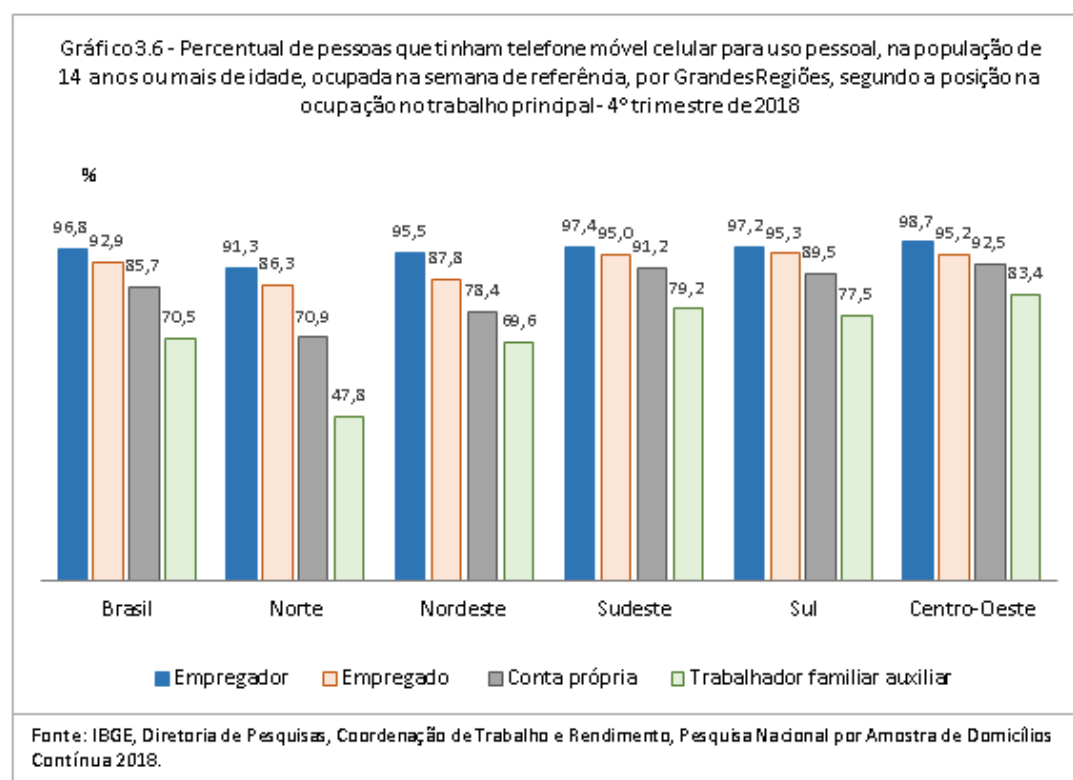
Grupamentos de atividade do trabalho principal	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que tinha telefone móvel celular para uso pessoal (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	92,2	88,3	88,1	94,4	92,6	92,3
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	69,7	61,3	61,4	74,7	73,2	74,8
Indústria geral	93,4	86,8	87,8	95,2	94,9	93,5
Construção	85,1	83,9	78,7	87,7	86,6	85,7
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	94,0	91,3	90,4	95,8	95,6	94,7
Transporte, armazenagem e correio	92,9	89,3	86,8	95,9	93,5	91,8
Alojamento e alimentação	92,6	90,2	89,0	94,6	93,4	92,4
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	97,1	95,4	95,7	97,6	97,2	96,8
Administração pública, defesa e seguridade social	95,8	94,8	94,0	97,0	96,0	96,6
Educação, saúde humana e serviços sociais	97,5	96,0	96,2	98,1	98,4	98,5
Serviços domésticos	86,4	85,0	83,6	88,4	84,3	86,5
Outros serviços	96,0	92,8	93,5	97,5	95,2	96,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.
(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, por posição na ocupação, setor e categoria do emprego no trabalho principal

Em 2018, nas categorias de posição na ocupação, constatou-se que, no País, a dos trabalhadores familiares auxiliares deteve o menor percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal (70,5%), que se situou em nível muito menor que o dos trabalhadores por conta própria (85,7%), enquanto a dos

empregados atingiu 92,9% e a dos empregadores, 96,8%. Essa mesma ordenação do percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal das quatro categorias de posição na ocupação ocorreu em todas as Grandes Regiões. A dispersão entre os resultados extremos das categorias de posição na ocupação foi maior na Região Norte e menor na Região Centro-Oeste. A diferença entre os percentuais de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal nas categorias dos empregadores e dos trabalhadores familiares auxiliares foi de 43,5 p.p., na Região Norte, e de 15,3 p.p., Região Centro-Oeste.



Considerando o setor e a categoria do emprego, observaram-se sensíveis distinções dentro da categoria dos empregados quanto à posse de telefone móvel celular para uso pessoal. No País, em 2018, no contingente de empregados do setor

público, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal (96,6%) continuou sendo maior que no do setor privado (92,0%).

Na população de empregados do setor privado, constatou-se acentuada diferença entre os resultados das categorias dos empregados com e sem carteira de trabalho assinada. O percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal situou-se em 95,5%, na categoria dos empregados com carteira de trabalho assinada, e em 84,4%, na dos empregados sem carteira de trabalho assinada, no setor privado. No subgrupo dos trabalhadores domésticos, também houve expressiva diferença, ainda que menos acentuada, entre os resultados das pessoas com carteira de trabalho assinada (93,0%) e sem carteira de trabalho assinada (86,7%). Nas Regiões Norte e Nordeste, essas diferenças foram mais acentuadas e, na Região Sul, no caso dos trabalhadores domésticos, foi insignificante.

No setor público, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na categoria dos empregados sem carteira de trabalho assinada (94,0%) apresentou diferença perceptível em relação a dos militares e funcionários públicos estatutários (97,2%) e dos empregados com carteira de trabalho assinada (97,4%). Nas Regiões Norte e Nordeste, essas diferenças também foram mais acentuadas, enquanto nas demais ficaram aproximadas.

Tabela 3.14 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 14 anos ou mais de idade, empregada no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o setor e a categoria do emprego no trabalho principal - 4º trimestre de 2018

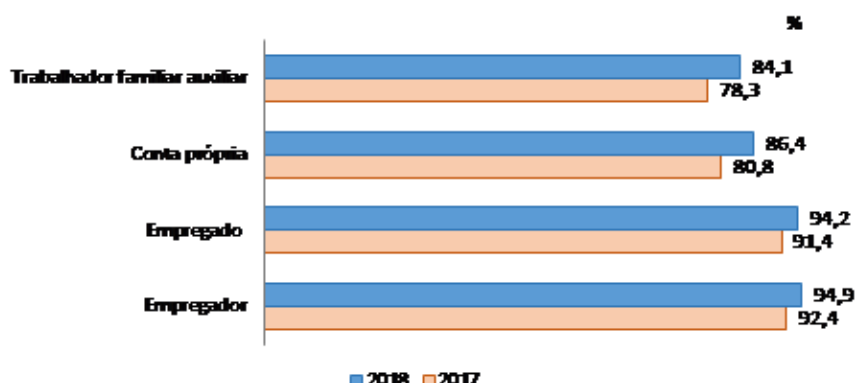
Setor e categoria do emprego no trabalho principal	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 14 anos ou mais de idade, empregada no trabalho principal da semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	92,9	86,3	87,8	95,0	95,3	95,2
Com carteira de trabalho assinada	95,6	92,3	93,8	96,3	95,9	95,9
Militar e funcionário público estatutário	97,2	94,6	96,4	97,7	98,2	98,6
Sem carteira de trabalho assinada	85,7	76,5	79,0	90,3	91,8	91,8
Setor público	96,6	92,7	94,9	97,6	98,3	98,6
Com carteira de trabalho assinada	97,4	92,3	96,7	97,6	98,0	99,7
Militar e funcionário público estatutário	97,2	94,6	96,4	97,7	98,2	98,6
Sem carteira de trabalho assinada	94,0	88,5	91,4	97,0	99,2	98,3
Setor privado	92,0	83,7	85,7	94,5	94,7	94,3
Com carteira de trabalho assinada	95,5	92,3	93,7	96,2	95,9	95,9
Sem carteira de trabalho assinada	84,4	73,6	76,7	89,6	90,8	90,6
Trabalhador doméstico	88,5	79,9	82,9	90,6	91,9	93,4
Com carteira de trabalho assinada	93,0	87,4	92,0	93,4	92,2	95,4
Sem carteira de trabalho assinada	86,7	78,2	80,9	89,2	91,8	92,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, por posição na ocupação, setor e categoria do emprego no trabalho principal

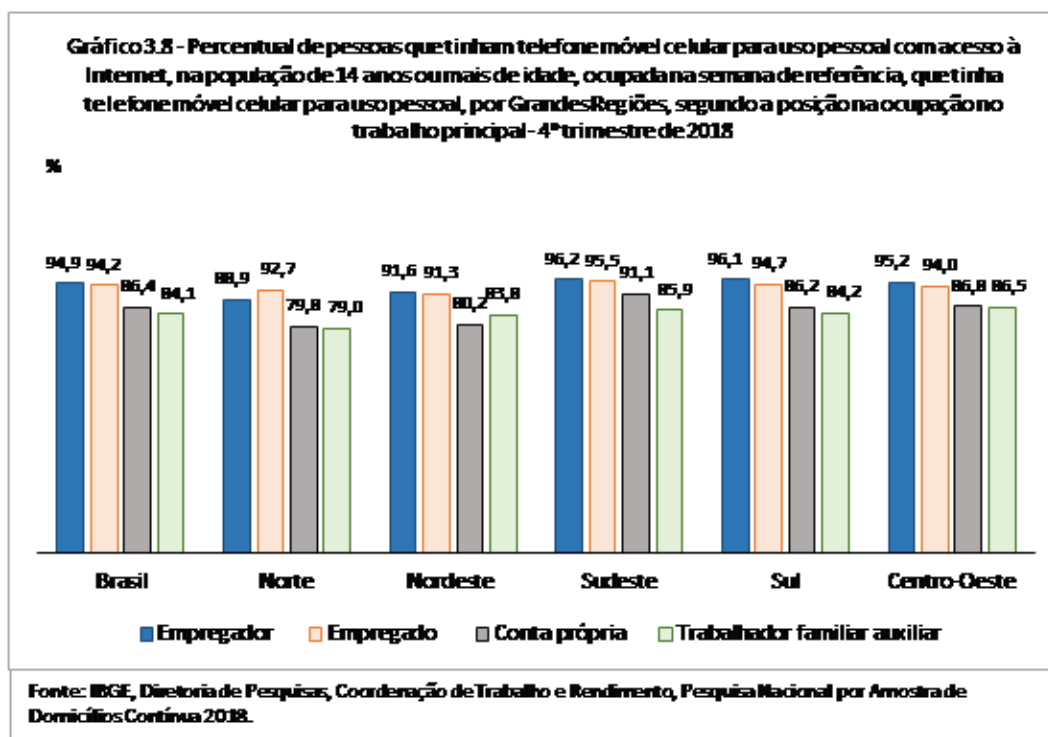
No País, de 2017 para 2018, na população ocupada que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, o percentual de pessoas que tinham este equipamento com acesso à Internet aumentou nas quatro categorias de posição na ocupação. O crescimento foi maior nas categorias dos trabalhadores familiares auxiliares e dos conta própria. Em decorrência, a diferença entre o resultado referente aos trabalhadores familiares auxiliares e o dos empregadores diminuiu de 14,1 p.p., em 2017, para 10,8 p.p., em 2018.

Gráfico 3.7 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 4º trimestre - 2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.

Em 2018, no País, ainda que distintos entre si, houve ainda mais proximidade entre os indicadores dos empregados (94,2%) e empregadores (94,9%), assim como entre os dos trabalhadores por conta própria (86,4%) e trabalhadores familiares auxiliares (84,1%). Nas Grandes Regiões, a relação de proximidade entre os dois pares de indicadores foi mantida, mas não a ordem.



De 2016 a 2018, em todas as categorias do emprego, tanto no setor público como no privado, houve nítida tendência crescimento no percentual de pessoas com telefone móvel celular com acesso à Internet, na população empregada tinha este aparelho para uso pessoal. Esse movimento foi mais acelerado no subgrupo dos trabalhadores domésticos, em ambas categorias (com e sem carteira de trabalho assinada), e no total da categoria dos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado.

No País, de 2017 para 2018, no contingente de empregados do setor público que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, a parcela que tinha este aparelho com acesso à Internet cresceu de 93,7% para 96,4%, e no dos empregados do setor privado (de 90,8% para 93,6%). No subgrupo dos trabalhadores domésticos, este percentual subiu de 80,6% para 86,4%.

Tabela 3.15 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, empregada no trabalho principal da semana de referência, que tinha telefone móvel celular para uso pessoal, segundo o setor e a categoria do emprego no trabalho principal - 4º trimestre de 2018

Setor e categoria do emprego no trabalho principal	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, empregada no trabalho principal da semana de referência, que tinha telefone móvel celular para uso pessoal (%)		
	2016	2017	2018
Total	86,5	91,4	94,2
Com carteira de trabalho assinada	88,8	93,4	95,7
Militar e funcionário público estatutário	91,3	94,2	96,8
Sem carteira de trabalho assinada	77,9	85,3	89,6
Setor público	90,7	93,7	96,4
Com carteira de trabalho assinada	91,2	93,1	96,6
Militar e funcionário público estatutário	91,3	94,2	96,8
Sem carteira de trabalho assinada	88,1	92,3	95,2
Setor privado	85,5	90,8	93,6
Com carteira de trabalho assinada	88,7	93,4	95,6
Sem carteira de trabalho assinada	76,3	84,0	88,7
Trabalhador doméstico	70,8	80,6	86,4
Com carteira de trabalho assinada	76,8	84,4	91,0
Sem carteira de trabalho assinada	67,9	78,8	84,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Em 2017, nas Grandes Regiões, o percentual de pessoas com telefone móvel celular com acesso à Internet, no contingente de empregados no setor público que tinha este aparelho para uso pessoal permaneceu acima daquele do setor privado. Esse indicador dos empregados sem carteira de trabalho assinada no setor público, manteve-se acima e com diferença considerável em relação ao do setor privado. No caso dos empregados com carteira de trabalho assinada dos setores público e privado, a diferença não foi acentuada.

Tabela 3.16 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, empregada no trabalho principal da semana de referência, que tinha telefone móvel celular para uso pessoal, por Grandes Regiões, segundo o setor e a categoria do emprego no trabalho principal - 4º trimestre de 2018

Setor e categoria do emprego no trabalho principal	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal com acesso à Internet, na população de 14 anos ou mais de idade, empregada no trabalho principal da semana de referência, que tinha telefone móvel celular para uso pessoal (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Setor público	96,4	94,7	94,8	97,4	97,3	97,4
Com carteira de trabalho assinada	96,6	94,5	95,1	97,3	96,9	95,8
Militar e funcionário público estatutário	96,8	95,1	95,1	97,8	97,2	97,5
Sem carteira de trabalho assinada	95,2	93,8	94,0	95,8	97,7	97,6
Setor privado	93,6	91,8	90,1	95,1	94,2	93,0
Com carteira de trabalho assinada	95,6	94,8	94,0	96,3	95,7	94,8
Sem carteira de trabalho assinada	88,7	87,5	84,8	91,4	88,6	88,6
Trabalhador doméstico	86,4	85,0	83,6	88,5	84,3	86,5
Com carteira de trabalho assinada	91,0	90,3	91,4	91,6	89,7	89,2
Sem carteira de trabalho assinada	84,4	83,6	81,7	86,8	82,1	85,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

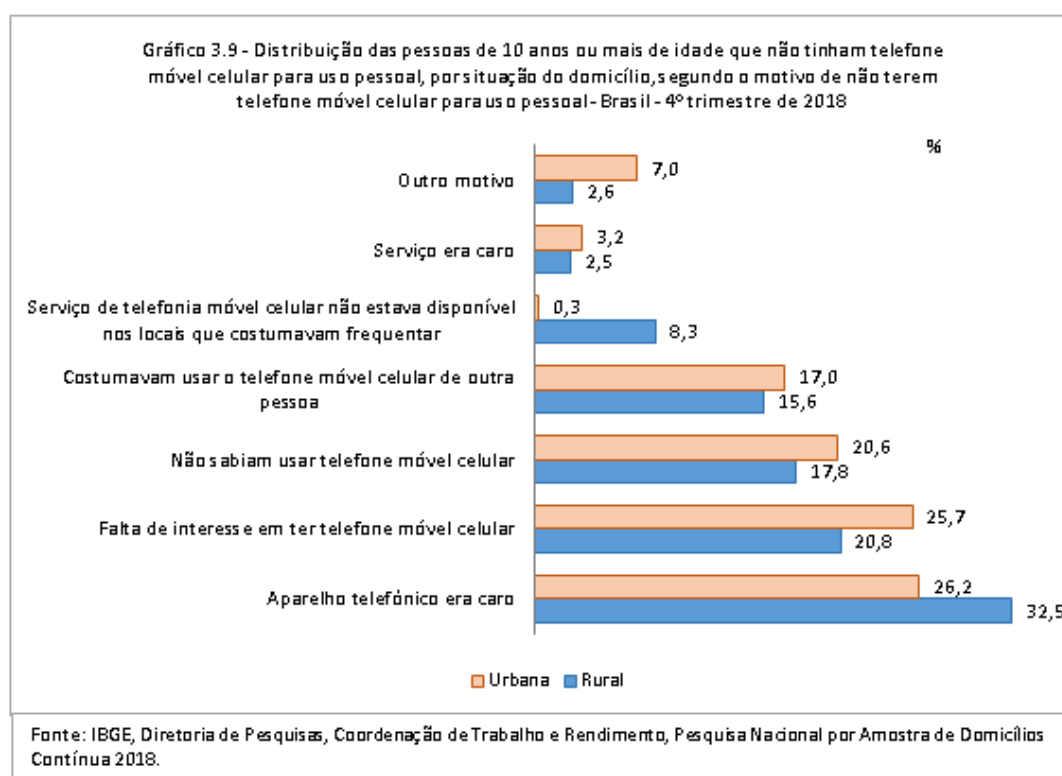
Motivo de não ter telefone móvel celular para uso pessoal

Em 2018, no País, 37 651 mil pessoas não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, que representavam 20,7% da população de 10 anos ou mais de idade. Esse percentual estava em 22,9%, em 2016, e passou para 21,8%, em 2017.

Em 2018, dentre os motivos alegados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal, os quatro que mais se destacaram agregaram, em conjunto, 88,6% das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham este aparelho, no País. No contingente que não tinha telefone móvel celular para uso pessoal, 28,0% alegaram que o aparelho telefônico era caro; 24,2%, falta de interesse em ter telefone móvel celular; 19,8% que não sabiam usar telefone móvel celular; e 16,6% que costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa. Em cada um dos demais motivos, o percentual não alcançou 6%.

Em 2018, no País, os quatro motivos mais alegados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal foram os mesmos em 2017.

Esses quatro motivos para não ter telefone móvel celular foram os mais indicados e na mesma ordem pelas pessoas moradoras, tanto em área urbana como rural. O confronto das distribuições dos resultados das áreas urbana e rural revelaram que o motivo de o aparelho telefônico ser caro foi o mais frequente em ambas as áreas, entretanto, foi destacadamente mais elevado em área rural (32,5%), enquanto que o resultado da área urbana (26,2%) ficou próximo ao do motivo da falta de interesse em ter telefone móvel celular (25,7%). Cabe destacar, ainda, a diferença acentuada entre os resultados das áreas urbana e rural referentes às pessoas que indicaram que o serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar como motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal (8,3%, em área rural, e somente por 0,3%, em área urbana).



O confronto dos resultados de 2017 e 2018 mostrou que, no contingente que não tinha telefone móvel celular para uso pessoal, o percentual de pessoas que

alegaram não ter este aparelho porque usavam o de outrem foi o que apresentou variação mais acentuada, com queda de 23,3% para 17,0%, em área urbana, e de 22,9% para 15,6%, em área rural, passando de segundo para quarto motivo mais indicado. Verificou-se, em ambas as áreas, crescimento perceptível nos percentuais referentes às pessoas que alegaram não ter telefone móvel celular porque o aparelho telefônico era caro (de 24,3% para 26,2%, em área urbana, e de 29,2% para 32,5%, em área rural) e por falta de interesse em ter esse aparelho para uso pessoal (de 23,0% para 25,7%, em área urbana, e de 17,2% para 20,8%, em área rural), enquanto para os demais motivos as variações não foram significativas.

Tabela 3.17 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, por situação do domicílio, segundo o motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal - 4º trimestre - 2017-2018

Motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)					
	Total		Situação do domicílio			
			Urbana		Rural	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Aparelho telefônico era caro	25,7	28,0	24,3	26,2	29,2	32,5
Falta de interesse em ter telefone móvel celular	21,4	24,2	23,0	25,7	17,2	20,8
Não sabiam usar telefone móvel celular	19,4	19,8	19,8	20,6	18,2	17,8
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	23,2	16,6	23,3	17,0	22,9	15,6
Serviço era caro	2,3	3,0	2,5	3,2	1,9	2,5
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	2,6	2,6	0,4	0,3	8,3	8,3
Outro motivo	5,5	5,7	6,8	7,0	2,4	2,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017-2018.

Nas Grandes Regiões, em 2018, os quatro motivos mais alegados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal foram os mesmos indicados no País, entretanto, as suas ordenações foram distintas e a dispersão entre o maior e o menor desses quatro resultados também foi diferenciada. A diferença entre os resultados extremos desses quatro motivos foi mais reduzida na Região Centro-Oeste (4,4 p.p.), ficou em pouco mais de 15 p.p., nas Regiões Sudeste e Sul, subiu para 21,0 p.p. na Região Nordeste, e atingiu 27,5 p.p., na Região Norte.

Em 2018, no contingente que não tinha telefone móvel celular para uso pessoal, o motivo mais indicado para não o ter foi: o aparelho era caro, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e falta de interesse em ter telefone móvel celular,

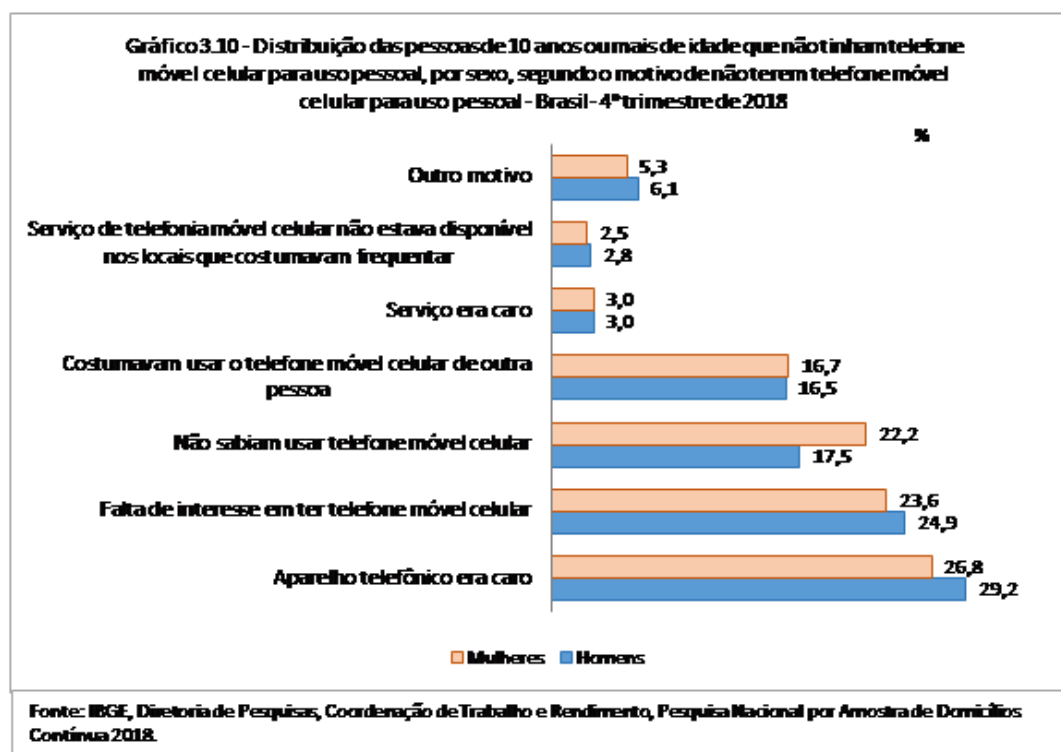
nas Regiões Sudeste e Sul. Cabe ressaltar que na Região Norte a parcela que alegou que o serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumava frequentar alcançou 9,3% e foi reflexo da alta ocorrência deste motivo em área rural (22,0%), pois ficou restrito a 0,5% em área urbana. Nas demais Grandes Regiões, o percentual de pessoas que alegaram que o serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar não chegou a 2,5%, no total, e, em área rural, variou de 4,5%, na Região Sudeste, a 7,6%, na Região Centro-Oeste.

Tabela 3.18 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, por Grandes Regiões, segundo o motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal - 4º trimestre de 2018

Motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Aparelho telefônico era caro	28,0	38,1	35,7	20,5	14,1	23,1
Falta de interesse em ter telefone móvel celular	24,2	16,7	19,6	31,4	29,4	21,5
Não sabiam usar telefone móvel celular	19,8	10,6	20,8	21,6	22,3	18,7
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	16,6	17,9	14,7	15,9	21,9	21,5
Serviço era caro	3,0	3,1	2,6	3,2	3,4	3,5
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	2,6	9,3	2,4	0,7	1,7	1,7
Outro motivo	5,7	4,4	4,3	6,7	7,3	10,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

A distribuição dos homens pelos motivos de não terem telefone móvel celular para uso pessoal em comparação com a das mulheres mostrou diferença mais expressiva no de não saber usar este aparelho. Em 2018, no País, o percentual de mulheres que indicaram esse motivo foi 4,7 p.p maior que o dos homens. Em relação aos demais motivos, a diferença entre os percentuais dos homens e das mulheres não ultrapassou 2,4 p.p.



A idade é um dos fatores que se refletem nos motivos alegados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal.

O confronto das distribuições das pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal pelos motivos de não terem este aparelho de cada grupo etário mostrou que o percentual de pessoas que alegaram falta de interesse em ter telefone móvel celular, a partir do grupo etário de 18 ou 19 anos, apresentou crescimento com o aumento da idade, sendo que o mesmo comportamento ocorreu com o das que alegaram que não sabiam usar telefone móvel celular. Por outro lado, o percentual de pessoas que indicaram que costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa mostrou tendência de decréscimo com o aumento da idade. No caso do percentual de pessoas que alegaram que o aparelho telefônico era caro, houve acentuado sentido de crescimento até o grupo etário de 18 ou 19 anos, passando a declinar nos seguintes.

Em 2018, no País, o percentual de pessoas que indicaram falta de interesse em ter telefone móvel celular ou não saber usar este aparelho abrangearam, em conjunto, 13,5% das pessoas no grupo etário de 10 a 13 anos, e 10,0%, no de 14 a 17

anos, e, em seguida, ascendeu continuamente com o aumento da idade, atingindo 79,6%, no de 60 anos ou mais. Reunindo as pessoas que indicaram um dos dois motivos de razão econômica (aparelho telefônico era caro ou o serviço era caro) o percentual resultante foi de 39,6%, no grupo etário de 10 a 13 anos, e com o aumento da idade, cresceu até alcançar 57,8%, no de 18 ou 19 anos, passando, em seguida, a declinar, atingindo 9,6% no de 60 anos ou mais.

Tabela 3.19 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, por motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal, segundo os grupos de idade - Brasil - 4º trimestre de 2018

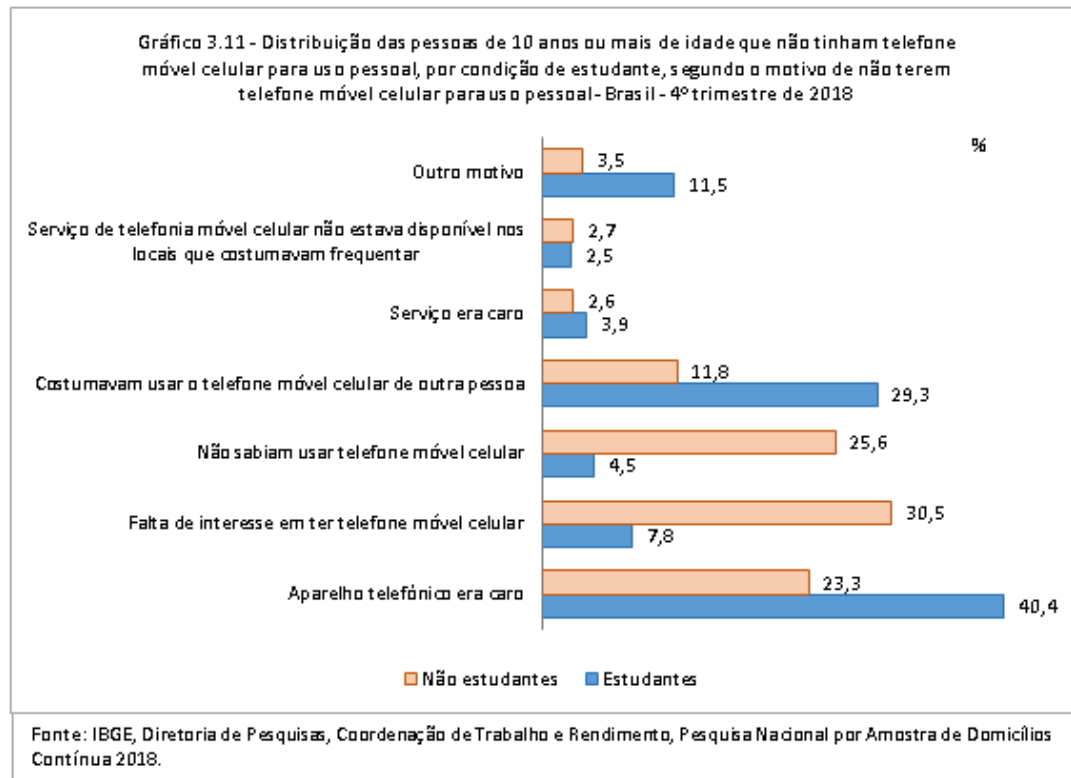
Grupos de idade	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)							
	Total	Motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal						
		Aparelho telefônico era caro	Serviço era caro	Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	Falta de interesse em ter telefone móvel celular	Não sabiam usar telefone móvel celular	Outro motivo
Total	100,0	28,0	3,0	2,6	16,6	24,2	19,8	5,7
10 a 13 anos	100,0	36,1	3,5	2,0	31,0	7,9	5,6	13,9
14 a 17 anos	100,0	47,9	4,8	3,1	26,9	7,3	2,7	7,2
18 ou 19 anos	100,0	53,4	4,4	3,3	19,0	8,4	4,1	7,4
20 a 24 anos	100,0	47,6	4,4	4,1	17,9	13,2	5,4	7,4
25 a 29 anos	100,0	44,3	4,2	4,8	17,4	16,2	6,4	6,7
30 a 34 anos	100,0	40,9	4,0	5,0	15,8	19,7	9,6	5,0
35 a 39 anos	100,0	37,8	3,9	4,7	15,3	21,8	11,6	4,8
40 a 44 anos	100,0	34,5	3,2	3,5	15,5	25,1	13,9	4,3
45 a 49 anos	100,0	29,7	3,3	3,3	13,4	29,4	17,3	3,4
50 a 54 anos	100,0	24,8	3,4	3,1	13,0	33,4	19,5	2,7
55 a 59 anos	100,0	18,2	2,8	2,8	12,6	35,6	25,3	2,7
60 anos ou mais	100,0	8,3	1,3	1,3	7,4	38,7	40,9	2,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

A comparação das distribuições dos estudantes e não estudantes de 10 anos ou mais de idade, quanto ao motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal, mostrou diferenças marcantes.

No País, em 2018, no contingente de estudantes, as maiores concentrações foram nos que indicaram que o aparelho telefônico era caro (40,4%) e que costumavam usar o telefone de outra pessoa (29,3%), ficando os demais motivos abaixo de 12%. No caso dos não estudantes, a distribuição apresentou mais dispersão e os motivos mais indicados foram: falta de interesse em ter telefone

móvel celular (30,5%), não sabiam usar telefone móvel celular (25,6%) e aparelho telefônico era caro (23,3%). A estrutura etária mais jovem dos estudantes em relação a dos não estudantes é um dos fatores que pode ter influenciado na diferença entre as distribuições destas duas populações.



O percentual de pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal foi decrescente com a elevação do nível de instrução.

Em 2018, no País, as pessoas que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal representavam 62,7%, no contingente sem instrução, e somente 2,1%, no que alcançou o superior completo.

No grupo sem instrução, a parcela que alegou não saber usar telefone móvel celular alcançou 51,3%, enquanto no que tinha superior completo ficou em 12,2%. Esse percentual foi mais baixo nos grupos com médio incompleto (3,5%) e superior incompleto (4,8%), que concentram parcelas maiores de estudantes do que nestes dois níveis completos.

As pessoas que indicaram falta de interesse em ter telefone móvel celular representaram 51,9% no contingente com superior completo e 14,8% no que tinha o médio incompleto. Nos demais níveis de instrução esse indicador variou de 22,2% a 28,8%.

Reunindo as pessoas que indicaram um dos dois motivos de razão econômica (aparelho telefônico era caro ou o serviço era caro) o percentual resultante abrangeu 15,7% das pessoas sem instrução, em seguida, cresceu até alcançar o máximo no grupo que tinha o ensino médio incompleto (48,4%), passando, depois, a declinar e atingindo 14,8%, no do superior completo.

O contingente que costumava usar o telefone móvel celular de outra pessoa abrangeu 6,4% das pessoas sem instrução e 12,7% das que tinham superior completo. Nos demais níveis de instrução variou de 17,2% a 22,3%.

Tabela 3.20 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, por motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal, segundo o nível de instrução - Brasil - 4º trimestre de 2018

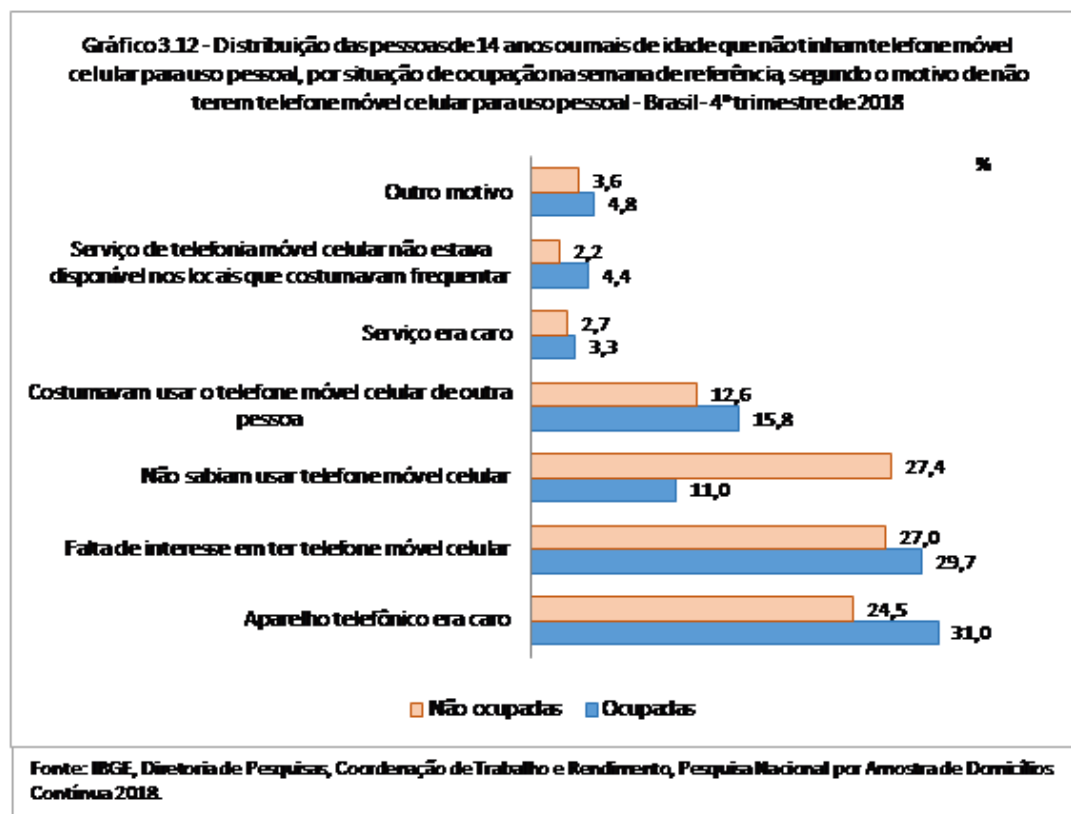
Nível de instrução	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)							
	Total	Motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal						
		Aparelho telefônico era caro	Serviço era caro	Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	Falta de interesse em ter telefone móvel celular	Não sabiam usar telefone móvel celular	Outro motivo
Total	100,0	28,0	3,0	2,6	16,6	24,2	19,8	5,7
Sem instrução	100,0	14,1	1,6	2,6	6,4	22,2	51,3	1,7
Fundamental incompleto	100,0	29,1	3,0	2,7	18,4	24,0	16,6	6,2
Fundamental completo	100,0	34,0	4,5	2,5	17,2	26,2	9,9	5,7
Média incompleto	100,0	44,6	3,8	3,1	22,3	14,8	3,5	7,9
Média completo	100,0	33,1	3,5	2,5	17,6	28,0	7,7	7,5
Superior incompleto	100,0	28,4	2,2	1,3	22,2	28,8	4,8	12,4
Superior completo	100,0	12,0	2,8	1,0	12,7	51,9	12,2	7,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

O confronto das distribuições das pessoas ocupadas e não ocupadas, de 14

anos ou mais de idade, pelos motivos de não terem telefone móvel celular mostrou que, em ambas, os quatro motivos mais indicados foram os mesmos, mas com diferentes ordenações. O motivo de não saber usar telefone móvel foi o que apresentou, destacadamente, a maior diferença entre os resultados desses dois contingentes (16,4 p.p.).

No País, em 2018, na população ocupada, os resultados dos dois motivos mais indicados para não ter telefone móvel celular para uso pessoal ficaram próximos e foram: aparelho telefônico era caro (31,0%), falta de interesse em ter telefone móvel celular (29,7%). Os dois seguintes ficaram em nível muito menor e foram: costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa (15,8%) e não sabiam usar telefone móvel celular (11,0%). Na população não ocupada, os dois motivos mais alegados para não ter telefone móvel celular também ficaram no mesmo patamar e foram: não sabiam usar o telefone móvel celular (27,4%), falta de interesse em ter telefone móvel celular (27,0%). Os dois seguintes foram: o aparelho telefônico era caro (24,5%) e costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa (12,6%).



Nas Grandes Regiões, em 2018, os quatro motivos para não ter telefone móvel celular mais destacados foram os mesmos indicados para o País, mas apresentando diferentes ordenações, tanto na população ocupada como na não ocupada, com uma exceção. Para as pessoas ocupadas na Região Norte, o serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar foi o quarto motivo mais alegado em lugar de não sabiam usar telefone móvel celular.

Em todas as Grandes Regiões, o motivo que apresentou diferença mais acentuada entre as pessoas ocupadas e não ocupadas foi o de não saber usar telefone móvel celular. O percentual de pessoas não ocupadas que indicaram não saber usar telefone móvel celular como motivo para não ter este aparelho foi 16,4 p.p. maior que o de ocupadas, no País, e esta diferença variou de 9,5 p.p., na Região Norte, a 19,0 p.p. na Região Centro-Oeste.

Tabela 3.21 - Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal, por Grandes Regiões, segundo a situação de ocupação na semana de referência e o motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal - 4º trimestre de 2018

Situação de ocupação na semana de referência e motivo de não terem telefone móvel celular para uso pessoal	Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade que não tinham telefone móvel celular para uso pessoal (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Ocupadas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Aparelho telefônico era caro	31,0	38,8	38,3	23,6	15,8	25,1
Falta de interesse em ter telefone móvel celular	29,7	21,0	24,8	39,3	35,7	28,4
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	15,8	15,1	13,7	15,1	23,6	20,3
Não sabiam usar telefone móvel celular	11,0	5,7	13,2	11,2	12,0	10,0
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	4,4	12,8	3,3	1,5	2,8	2,8
Serviço era caro	3,3	3,1	2,9	3,5	4,5	3,8
Outro motivo	4,8	3,5	3,8	5,8	5,6	9,6
Não ocupadas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Aparelho telefônico era caro	24,5	37,5	31,8	17,0	11,0	19,4
Falta de interesse em ter telefone móvel celular	27,0	17,1	21,0	35,4	32,7	25,8
Costumavam usar o telefone móvel celular de outra pessoa	12,8	15,8	12,2	10,8	16,4	15,0
Não sabiam usar telefone móvel celular	27,4	15,2	27,8	29,7	30,9	29,0
Serviço de telefonia móvel celular não estava disponível nos locais que costumavam frequentar	2,2	8,1	2,2	0,8	1,5	1,4
Serviço era caro	2,7	3,3	2,3	3,0	2,7	3,3
Outro motivo	3,8	3,0	3,0	3,8	4,8	6,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.